

RELATÓRIO DE GESTÃO

SEBRAE/PR | 2015



SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SEBRAE PARANÁ

Vinculado à Presidência da República

RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010 e da DN TCU nº 134/2013.

CURITIBA – PARANÁ / 2016

Presidente do Conselho Deliberativo – SEBRAE PARANÁ

EDSON LUIZ CAMPAGNOLO

Diretoria Executiva do SEBRAE PARANÁ

Vitor Roberto Tioqueta - **Diretor Superintendente**

Julio Cezar Agostini – **Diretor de Operação**

José Gava Neto – **Diretor de Administração e Finanças**

Coordenação e Elaboração

UGE - Unidade de Gestão Estratégica/SEBRAE PARANÁ

Fabio Hideki Ono – Gerente da UGE

Amberson Bezerra da Silva – Consultor

AAI – Assessoria de Auditoria Interna/SEBRAE PARANÁ

Sylvia Lucia da Fonseca Gonçalves - Consultora

Apresentado para o CDE em:

22/02/2016

CURITIBA – PARANÁ / 2016

Conteúdo

1	APRESENTAÇÃO	8
2	VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	9
2.1	Finalidade e competências	9
2.2	Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da Unidade.....	9
2.3	Ambiente de atuação.....	9
2.4	Organograma	12
2.5	Macroprocessos finalísticos	14
3	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	15
3.1	Planejamento Organizacional	15
3.1.1	Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	17
3.1.2	Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	18
3.1.3	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	18
3.2	Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	19
3.3	Desempenho Orçamentário.....	20
3.3.1	Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade...20	
3.3.2	Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	20
3.3.3	Execução descentralizada com transferência de recursos	20
3.3.4	Informações sobre a realização das receitas.....	21
3.3.5	Informações sobre a execução das despesas	25
3.4	Desempenho operacional.....	28
3.5	Apresentação e análise de indicadores de desempenho	42
4	GOVERNANÇA	45
4.1	Descrição das estruturas de governança.....	45
4.2	Informações sobre dirigentes e colegiados	45
4.3	Atuação da auditoria interna	50
4.4	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	51
4.5	Gestão de riscos e controles internos	51
4.6	Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados	53
4.7	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	54
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	55
5.1	Canais de acesso do cidadão	55
5.2	Carta de serviços ao cidadão.....	56
5.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	56
5.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade.....	56
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	58
6.1	Desempenho financeiro no exercício.....	58

6.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	58
6.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	59
6.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	59
7	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	60
7.1	Gestão de pessoas	60
7.1.1	Estrutura de pessoal da Unidade	60
7.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal.....	62
7.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	63
7.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	63
7.2.1	Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	63
7.2.2	Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	63
7.3	Gestão da tecnologia da informação	65
7.3.1.	Principais sistemas de informações	65
7.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	65
7.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	68
7.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	69
8	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	71
8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	71
8.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	72
8.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	77
8.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	78
9	ANEXOS E APÊNDICES	79
	Anexo I - Parecer conselho Fiscal Estadual.....	79
	Anexo II - Parecer CDE Conselho Deliberativo Estadual	80
	Anexo III – Parecer da Auditoria Interna	81
	Anexo IV - Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria Externa.....	82
	Anexo V - Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	83
	Anexo VI - Sistemática de Coleta das Declarações de Bens e Rendas	84
	Anexo VII – Declaração da UGP – Unidade de Gestão de Pessoas	85

Lista de Tabelas, Ilustrações, Abreviaturas, Siglas e Símbolos.

TABELA	NOME	PÁGINA
Tabela 01	PIB 2010 – 2013	09
Tabela 02	Distribuição de MPEs comparativo Paraná com Brasil	11
Tabela 03	Distribuição de MPEs por setor no Paraná	11
Tabela 04	Pessoal Ocupado por Setor	11
Tabela 05	Densidade Empresarial por Território	11
Tabela 06	Dirigentes e Membros do Conselho	45
Tabela 07	Dirigentes e Membros do Conselho Fiscal	48
Tabela 08	Membros da Diretoria Executiva	49
Tabela 09	Avaliação dos Elementos de Controles Internos	51
Tabela 10	Vida Útil de Depreciação	59
Tabela 11	Sedes Próprias	63
Tabela 12	Imóveis locados	63
Tabela 13	Projetos de TI	67
Tabela 14	Recomendações do TCU Atendidas	71
Tabela 15	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento	72
Tabela 16	Recomendações do Órgão Controlador - 1	72
Tabela 17	Recomendações do Órgão Controlador - 2	73
Tabela 18	Recomendações do Órgão Controlador - 3	73
Tabela 19	Recomendações do Órgão Controlador - 4	74
Tabela 20	Recomendações do Órgão Controlador - 5	74
Tabela 21	Recomendações do Órgão Controlador - 6	75
Tabela 22	Recomendações do Órgão Controlador - 7	75
Tabela 23	Recomendações do Órgão Controlador – Pendentes 1	76
Tabela 24	Recomendações do Órgão Controlador – Pendentes 2	76
Tabela 25	Recomendações do Órgão Controlador – Pendentes 3	77

QUADRO	NOME	PÁGINA
Quadro 01	Identificação do SEBRAE – Relatório de Gestão Individual	08
Quadro 02	Normas Relacionadas ao SEBRAE	09
Quadro 03	Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	12
Quadro 04	Execução Orçamentária por Objetivo Estratégico Prioritário	17
Quadro 05	Execução Orçamentária por Prioridades Estratégicas	17
Quadro 06	Convênios – Quantidades e Valores	21
Quadro 07	Valores Prestação de Contas de Convênios	21
Quadro 08	Balanço Orçamentário	21
Quadro 09	Explicativo sobre variação de Receitas	22
Quadro 10	Demonstração do Resultado do Exercício	23
Quadro 11	Explicativo sobre variação de Receitas- DRE	24
Quadro 12	Balanço Orçamentário	25
Quadro 13	Explicativo sobre variação de Despesas	26

Quadro 14	Comparativo DRE	27
Quadro 15	Explicativo sobre variação de Despesas - DRE	28
Quadro 16	Programas Nacionais – Execução Física e Orçamentária	28
Quadro 17	Aplicação de Recursos da Carteira de Agronegócios, por Segmento Econômico	33
Quadro 18	Aplicação de Recursos da Carteira de Comércio, por Segmento Econômico	34
Quadro 19	Aplicação de Recursos da Carteira de Indústria, por Segmento Econômico	35
Quadro 20	Aplicação de Recursos da Carteira de Serviços, por Segmento Econômico	37
Quadro 21	Aplicação de Recursos Projetos de Desenvolvimento Territorial	39
Quadro 22	Aplicação de Recursos Projetos de Desenvolvimento Produtos e Serviços	41
Quadro 23	Aplicação de Recursos Projetos de Articulação Institucional	41
Quadro 24	Indicadores de Desempenho	42
Quadro 25	Instrumentos de Atendimento	43
Quadro 26	Metas Mobilizadoras	44
Quadro 27	Remuneração a Dirigentes	53
Quadro 28	Balanco Patrimonial	58
Quadro 29	Explicativo sobre variações – Balanco Patrimonial	58
Quadro 30	Explicativo sobre variações – Comparativo 2014/15	58
Quadro 31	Estrutura de pessoal do SEBRAE/PR	60
Quadro 32	Distribuição de Pessoal – Área Meio e Fim	60
Quadro 33	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	61
Quadro 34	Demonstrativo de Despesas com Pessoal	62

GRÁFICO	NOME	PÁGINA
Gráfico 01	Composição PIB	10

FIGURA	NOME	PÁGINA
Figura 01	Estrutura Organizacional SEBRAE/PR	14
Figura 02	Linhas Estratégicas SEBRAE/PR	15
Figura 03	Estratégico SEBRAE/PR	16
Figura 04	Cronograma de Reuniões de Gestão SEBRAE/PR	19
Figura 05	Relação dos Sistemas e as Funções	65

Lista de anexos e apêndices

Anexo/ Apêndice	NOME	PÁGINA
Anexo I	Parecer do Conselho Fiscal Estadual	79
Anexo II	Parecer CDE Conselho Deliberativo Estadual	80
Anexo III	Parecer da Auditoria Interna	81
Anexo IV	Demonstrações Contábeis da Auditoria Externa	82
Anexo V	Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	83
Anexo VI	Sistemática de Coleta das Declarações de Bens e Rendas	84
Anexo VII	Declaração UGP – Unidade de Gestão de Pessoas	85

1 APRESENTAÇÃO

1.1 - Identificação da Unidade

Quadro 01 – Identificação do SEBRAE –Relatório de Gestão Individual

Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas	
Denominação abreviada: SEBRAE/PR	
Vinculação : Presidência da República	
CNPJ: 75.110.585/0001-00	
Situação: Ativa	
Natureza Jurídica: Serviço Social Autônomo	
Principal Atividade: Entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo.	Código CNAE: 7020-4/00
Telefones/Fax de contato: (41) 3330-5795 – Auditoria Interna – Sylvia Gonçalves	
Endereço Eletrônico: sgoncalves@pr.sebrae.com.br	
Página na Internet: www.sebraepr.com.br	
Endereço Postal: Rua Caeté, 150 – Prado Velho – Curitiba – PR – CEP 80.220 – 300	
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Lei nº 8.029 de 12/04/1990	
Lei nº 8.154 de 28/12/1990	
Decreto nº 99.570 de 09/10/1990	
Resolução CDE/PR – nº04/2015 – Estatuto Social do SEBRAE/PR	
Resolução CDN nº 53/2003 – Estatuto Social	
Resolução CDN nº 120/2005 – Regimento Interno	
Resolução CDN nº 189/2009 – Estatuto Social	

1.2 - Introdução

Este relatório apresenta os atos de gestão praticados pelo SEBRAE/PR durante Exercício de 2015.

O Relatório de Gestão foi elaborado de acordo com as disposições do TCU previamente listados e está estruturado em 12 seções, quais sejam:

1. Apresentação;
2. Visão Geral da Unidade;
3. Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional;
4. Governança;
5. Relacionamento com a Sociedade;
6. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis;
7. Áreas Especiais de Gestão;
8. Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle;
9. Outras informações relevantes;
10. Anexos e Apêndices;
11. Relatórios, Pareceres e Declarações;
12. Informações Suplementares.

2 VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1 Finalidade e competências

O SEBRAE foi criado inicialmente como CEBRAE (Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa) tinha como correspondentes nos Estados os CEAG (Centros de Assistência Gerencial à Pequena Empresa) localizados nas Unidades da Federação. Em 1990, foi transformado em serviço social autônomo, tornando-se uma entidade com o mesmo caráter dos demais serviços já existentes: Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e outros, passando a fazer parte do Sistema “S”, com a denominação de Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE que permanece.

Organizado sob a forma de Sistema, o SEBRAE é composto por uma unidade nacional coordenadora e por unidades estaduais operacionais vinculadas, localizadas nas 26 Unidades da Federação e no Distrito Federal, o que lhe permite atuar de forma regionalizada e harmônica em todo o território nacional.

O SEBRAE/PR realiza atendimentos a potenciais empreendedores, empresários e empresas por meio de projetos de acordo com as diretrizes nacionais, adequando-as à realidade estadual. Essa sinergia permite uma gestão eficiente e comprometida com resultados. Isto faz do Sistema Sebrae uma instituição atuante em todo o país e capaz de contribuir ativamente para seu crescimento, com ações apoiadas na disseminação do conhecimento como principal ferramenta para capacitação do empreendedor brasileiro, dotando-o de competências que lhe proporcionem as condições necessárias para gerir os negócios de forma competitiva, eficiente e moderna.

2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da Unidade

Quadro 02 – Normas Relacionadas ao SEBRAE

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Lei nº 8.029 de 12/04/1990 Lei nº 8.154 de 28/12/1990 Decreto nº 99.570 de 09/10/1990 Resolução CDE/PR – nº04/2015 – Estatuto Social do SEBRAE/PR Resolução CDN nº 53/2003 – Estatuto Social Resolução CDN nº 120/2005 – Regimento Interno Resolução CDN nº 189/2009 – Estatuto Social

2.3 Ambiente de atuação

2.3.1 O Ambiente Econômico - Ambiente Legal e Institucional das MPE

A economia paranaense é a quarta maior do País. O Estado responde atualmente por 6,3% do PIB nacional, registrando uma renda per capita de R\$ 30,3 mil em 2013, acima do valor de R\$ 26,4 mil referente ao Brasil.

Produto Interno Bruto 2010 – 2014

Tabela 01 – PIB 2010 – 2013

ANO	PARANÁ	BRASIL	PARTICIPAÇÃO
	Preços correntes (R\$ milhão)	Preços correntes (R\$ milhão)	PARANÁ / BRASIL (%)
2010	225.211	3.885.847	5,8
2011	256.974	4.373.658	5,88

2012	285.206	4.805.913	5,93
2013	332.837	5.316.455	6,26
2014	(1)358.544	(2)5.687.308	6,3

FONTES: IBGE, IPARDES

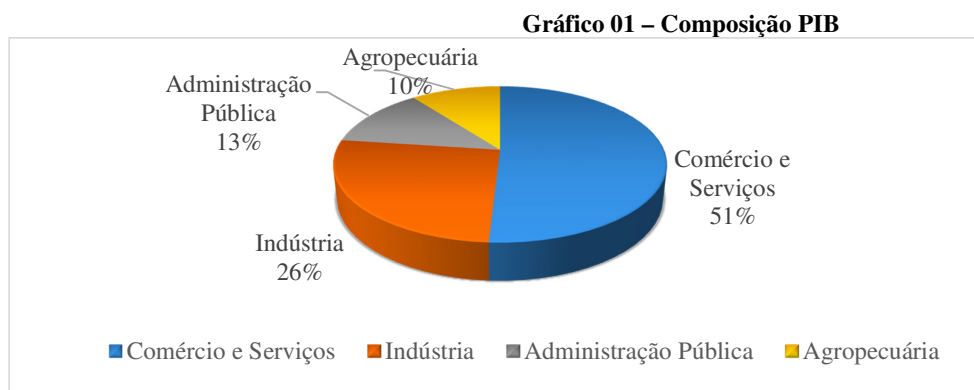
NOTA: Nova metodologia. Referência 2010.

(1) O resultado para o estado do Paraná, no ano de 2014, é estimativa do IparDES.

(2) Dados do PIB do Brasil de 2014, calculados pelo IBGE, referem-se às Contas Nacionais Trimestrais.

Composição do Produto Interno Bruto (PIB)

O setor de Comércio e Serviços é preponderante na economia do Paraná, sendo responsável por 50,9% do PIB estadual. A seguir, vêm os setores industrial e agropecuário, com participações de 26,2% e 10,4%, respectivamente.



Fonte: IBGE - IPARDES

Setores Econômicos

Agropecuária

O Paraná é o maior produtor nacional de grãos, apresentando uma pauta agrícola diversificada. A utilização de avançadas técnicas agrônômicas coloca o Estado em destaque em termos de produtividade. A cana-de-açúcar, o milho, a soja, a mandioca, o trigo e a batata-inglesa sobressaem na estrutura produtiva da agricultura local, observando-se, em paralelo, forte avanço de outras atividades, como a produção de frutas. Já na pecuária, destaca-se a avicultura, com 29,2% do total de abates do País. Nos segmentos de bovinos e suínos, a participação do Estado atinge 4,2% e 19,1%, respectivamente.

Indústria

O valor da transformação industrial do Paraná atingiu R\$ 78 bilhões em 2013. Na estrutura da indústria de transformação, predominam os segmentos de alimentos, veículos automotores e refino de petróleo, responsáveis por aproximadamente 55,4%.

Serviços

O valor adicionado do setor de serviços do Paraná totalizou R\$ 146.070 bilhões em 2013, com grande participação dos ramos de comércio e atividades imobiliárias.

O Ambiente Legal e Institucional das MPEs

A distribuição das MPEs por setores no Paraná é parecida com a do Brasil. Apenas o setor de serviços do Estado é que apresenta uma proporção menor de MPEs que a do total do Brasil.

Este é substituído por uma maior presença do setor industrial e de construção.

Tabela 02– Distribuição de MPEs comparativo Paraná com Brasil

Setor	Paraná	Brasil
Comércio	49,7%	50,0%
Serviços	33,9%	35,5%
Indústria	12,2%	10,6%
Construção	4,2%	3,9%

Fonte: CSE – Dados de 2012

Além de ser o setor mais representativo entre as MPEs, o Setor do Comércio com 52% das empresas, também é o que mais possui vínculos (pessoal ocupado) totalizando 41% do Estado.

O setor de construção, apesar de representar cerca de 5% do total de MPEs, é o que apresenta maior remuneração média.

Tabela 03 – Distribuição de MPEs por setor no Paraná

Setor	MEI	Micro	Pequena
Indústria	19.390	45.683	13.305
Construção Civil	14.806	15.506	2.745
Comércio	46.629	206.317	42.703
Serviços	46.271	185.447	25.824
Agronegócios	1.104	4.665	827
Total	128.200	457.618	85.404

Fonte: Cadastro SEBRAE de Empresas – CSE

Além de ser o setor mais representativo entre as MPEs, o Setor do Comércio com 49,7% das empresas, também é o que mais possui vínculos (pessoal ocupado) totalizando 34,9% do Estado.

Tabela 04 – Pessoal Ocupado por Setor

SETOR	MEI	Pequena	Micro	Total	%
Serviços	788	165.664	131.651	298.103	31,7
Construção Civil	214	29.928	20.905	51.047	5,4
Agropecuária	27	5.889	4.852	10.768	1,1
Comércio	966	203.259	123.573	327.798	34,9
Indústria	374	178.111	73.592	252.077	26,8

Fonte: Cadastro SEBRAE de Empresas – CSE

Com relação à densidade de MEI e MPEs nos escritórios regionais do Paraná, tem maior densidade a regional Leste com 39%, seguida da regional Norte com 17%.

Tabela 05: Densidade Empresarial por Território

Regional	MEI	Micro	Pequena
Centro	13.169	36.660	6.076
Leste	51.073	141.587	26.858
Noroeste	21.001	53.731	11.706
Norte	23.022	61.780	11.476
Oeste	19.302	42.081	9.761
Sudoeste	8.075	21.364	4.331
Total	135.642	357.203	70.208

Fonte: Cadastro SEBRAE de Empresas – CSE

2.4 Organograma

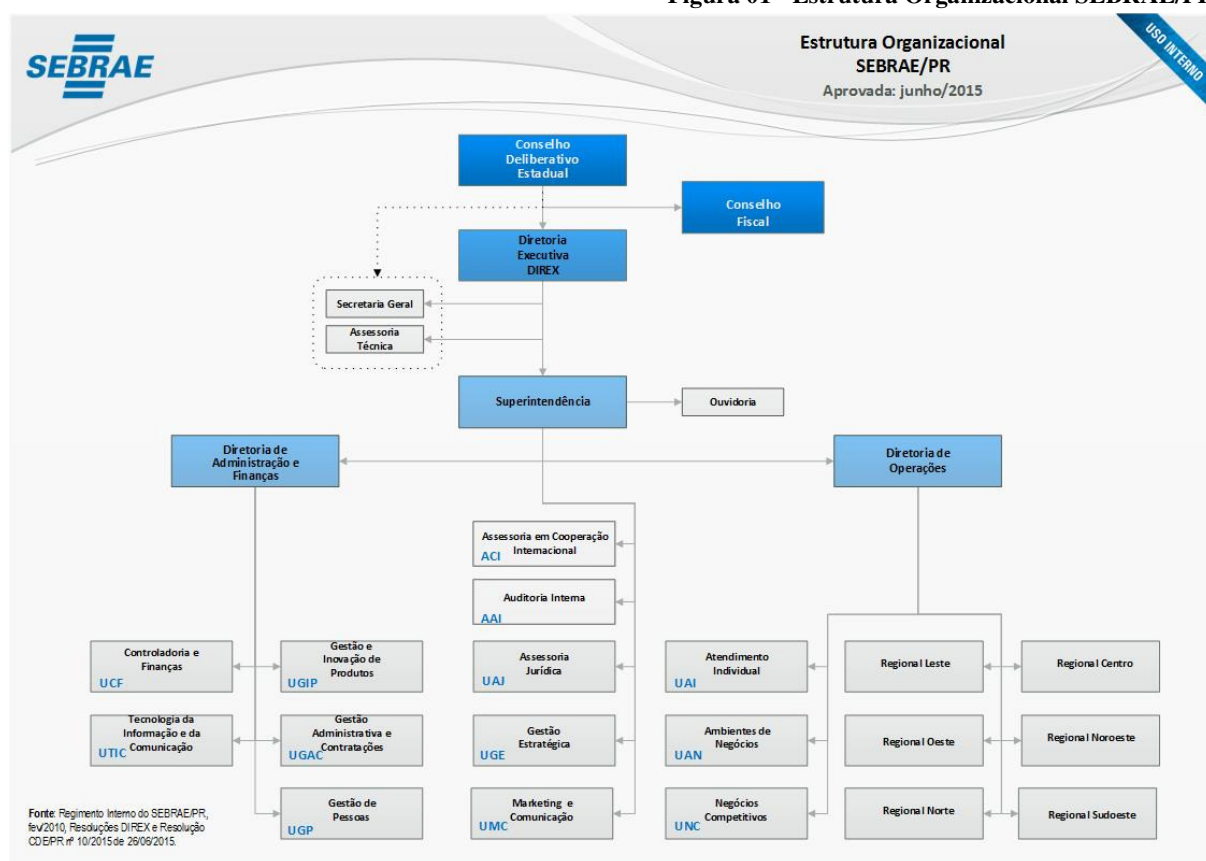
Quadro 03 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Superintendência	Gestão estratégica dos negócios do SEBRAE/PR e o relacionamento institucional com o Sistema SEBRAE. Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social do SEBRAE/PR e o Regimento Interno, as resoluções, políticas, diretrizes e prioridades emanadas do CDE, as decisões de seu Presidente, além das resoluções da Diretoria Executiva e demais atos normativos do SEBRAE/PR.	Vitor Roberto Tioqueta	Superintendent e	01/01/2015 a 31/12/2015
Diretoria de Administração e Finanças	Gestão administrativo-financeira, compreendendo a organização, o planejamento, a coordenação, a execução e o controle das atividades administrativas e a gestão dos recursos materiais, financeiros e humanos do SEBRAE/PR.	José Gava Neto	Diretor	01/01/2015 a 31/12/2015
Diretoria de Operações	Gestão técnica dos negócios do SEBRAE/PR, a orientação, implementação e acompanhamento das ações baseadas nas políticas e diretrizes expressas no direcionamento estratégico da entidade, mediante o desenvolvimento de metodologias, tecnologias e instrumentos de apoio, assim como a promoção da interdependência das ações do Sistema SEBRAE.	Julio Cezar Agostini	Diretor	01/01/2015 a 31/12/2015
Ouvidoria	Tratar manifestações dos usuários internos e externos que se classificam em elogios, sugestões, críticas, reclamações e denúncias.	Larissa Dias Botion	Consultora	01/01/2015 a 31/12/2015
Assessoria Técnica	Prover a hierarquia superior da organização de assessoramento técnico especializado para o processo de tomada de decisão.	Ricardo Schiffini Dellamea	Assessor	01/01/2015 a 24/03/2015
		Luiz Antonio Rolim de Moura	Assessor	25/03/2015 a 31/12/2015
Assessoria em Cooperação e Internacionalização	Atuar como assessoria da Diretoria Executiva no âmbito do SEBRAE/PR, em apoio às ações, gestão de processos de internacionalização de pequenos negócios e cooperação para o desenvolvimento no Estado do Paraná.	Luiz Antonio Rolim de Moura	Assessor	01/01/2015 a 31/12/2015
Auditoria Interna	Atuar como assessoria da Diretoria Executiva no âmbito do SEBRAE/PR, a melhorar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança, em relação ao cumprimento da legislação que afeta o Sistema SEBRAE, Estatuto Social, diretrizes nacionais e estaduais; por meio de orientação e monitoramento ao grupo de colaboradores do SEBRAE/PR e parceiros de negócios.	Sylvia Lucia da Fonseca Gonçalves	Assessor	01/01/2015 a 31/12/2015
Unidade de Gestão e Inovação de Produtos	Gestão e monitoramento do portfólio de produtos do SEBRAE/PR	Rainer Junges	Gerente	01/01/2015 a 31/12/2015
Unidade de Gestão Administrativa e Contratações	Subsidiar a Diretoria Executiva com informações para tomada de decisão, apoiar as áreas internas e assegurar a transparência/legalidade das operações envolvendo os recursos do SEBRAE/PR, atendendo as exigências dos órgãos de controle, em suas diversas áreas de atuação.	Claudio Eduardo de Assis	Gerente	01/01/2015 a 31/12/2015

Unidade de Gestão de Pessoas	Promover um ambiente propício à criatividade, à inovação e ao alto desempenho, elevando os níveis de conhecimento, com fundamento na confiança, no reconhecimento e na valorização dos profissionais do SEBRAE/PR. Assegurar excelência na gestão de empresas, prestadores de serviços de consultoria e capacitação empresarial através de seu corpo de credenciados.	Alba Silva Anastácio Soares	Gerente	01/01/2015 a 31/12/2015
Unidade de Tecnologia da Informação e de Comunicação	Prover soluções de tecnologia da informação com qualidade e de forma inovadora, que permitam ao SEBRAE cumprir sua missão de desenvolvimento de pequenas empresas e ajudem a construir a sua visão empresarial.	Anibal André Antunes Mendes	Gerente	01/01/2015 a 31/12/2015
Unidade de Controladoria e Finanças	Subsidiar a Diretoria Executiva com informações para tomada de decisão, apoiar as áreas internas e assegurar a transparência/legalidade das operações envolvendo os recursos do SEBRAE/PR, atendendo as exigências dos órgãos de controle, em suas diversas áreas de atuação.	Emerson Angelo Dalla Stela	Gerente	01/01/2015 a 31/12/2015
Unidade de Marketing e Comunicação	Zelar pela imagem do SEBRAE/PR e promover a comunicação oficial da instituição com seu público interno e externo, a proposição, coordenação, implantação e avaliação de estratégias, planos e ações de marketing referentes ao relacionamento do SEBRAE/PR com seu público-alvo.	Renata Borges Todescato	Gerente	01/01/2015 a 06/01/2015
		Fabiola Negrão	Gerente	07/01/2015 a 31/12/2015
Unidade de Gestão Estratégica	Criar condições para o SEBRAE/PR atuar estrategicamente para o alcance de sua missão, utilizando processos de conhecimento e gestão.	Fabio Hideki Ono	Gerente	01/01/2015 a 31/12/2015
Unidade de Assessoria Jurídica	Dar suporte e assessorar a Diretoria Executiva e as áreas internas do SEBRAE/PR em matéria jurídica, zelando pela observância das leis, regulamentos e normas vigentes.	Marcos Aurélio de Lima	Gerente	01/01/2015 a 31/12/2015
Unidade de Atendimento Individual	Agente propulsor para ampliar e otimizar o atendimento do SEBRAE/PR, com base em processos eficazes e inovadores, de forma integrada às demais unidades e alinhada à estratégia da organização.	André Leão Rego Basso	Gerente	01/01/2015 a 31/12/2015
Unidade de Ambientes de Negócios	Prover os clientes e potenciais clientes do SEBRAE/PR de conhecimentos e soluções para elevação do seu grau de competitividade.	Cesar Reinaldo Rissete	Gerente	01/01/2015 a 31/12/2015
Unidade de Negócios Competitivos	Propor e promover estratégias para competitividade empresarial e setorial. Facilitar a transformação de ideias inovadoras em negócios de alto impacto com potencial de crescimento mercadológico. Facilitar a transformação das MPE's com potencial de crescimento em empresas competitivas em padrões internacionais.	Aginaldo Gerson Castanharo	Gerente	01/01/2015 a 31/12/2015
Regional Centro	Estruturação, gerenciamento e execução de ações e projetos finalísticos, com o apoio da Diretoria de Operações e demais Unidades do SEBRAE/PR.	Joel Franzim Junior	Gerente	01/01/2015 a 31/12/2015
Regional Oeste	Gerenciamento e execução do atendimento presencial. Articulação e negociação de parcerias para a estruturação dos projetos e iniciativas de interesse do SEBRAE/PR.	Orestes Hotz	Gerente	01/01/2015 a 31/12/2015
Regional Leste	Identificação e organização de demandas emergentes, locais, territoriais e regionais.	José Ricardo Castelo Campos	Gerente	01/01/2015 a 31/12/2015

Regional Sudoeste	Exercício de representação institucional do SEBRAE/PR no espaço territorial sob sua responsabilidade.	Joailson Antonio Agostinho	Gerente	01/01/2015 a 31/12/2015
Regional Noroeste	Disponibilização, para outras unidades do SEBRAE/PR, de recursos técnicos, infraestrutura logística ou espaço físico, para a realização de seus projetos ou iniciativas, no âmbito estadual.	Luiz Carlos da Silva	Gerente	01/01/2015 a 31/12/2015
Regional Norte	Supervisão e acompanhamento do trabalho desenvolvido nos Escritórios e nas demais estruturas de atendimento sob sua responsabilidade. Orientação, supervisão e acompanhamento das ações administrativas, financeiras, de logística e trabalhistas realizadas nos Escritórios e nas demais estruturas de atendimento sob sua responsabilidade.	Heverson Feliciano	Gerente	01/01/2015 a 31/12/2015

Figura 01 - Estrutura Organizacional SEBRAE/PR



2.5 Macroprocessos finalísticos

O SEBRAE/PR vem trabalhando significativamente para a melhoria da sua gestão em algumas frentes, uma delas, são as orientações advindas do relatório da Autoavaliação assistida da FNQ (Fundação Nacional da Qualidade), onde foram identificadas oportunidades de melhoria, sendo que os macroprocessos foram revistos e tem um horizonte de implantação a partir de 2016.

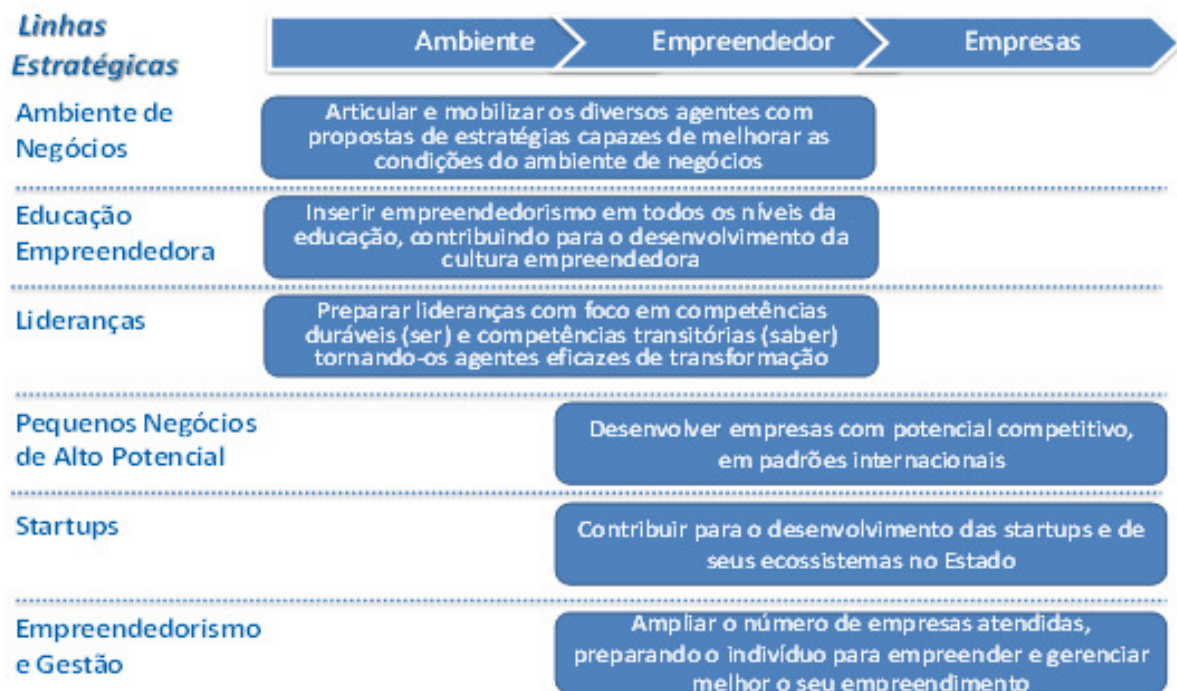
3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1 Planejamento Organizacional

Em 2012, o SEBRAE completou 40 anos de uma história marcada pela transformação da vida de muitos empreendedores e pela promoção do desenvolvimento do Paraná. Entretanto, bons resultados passados não são a garantia de um sucesso no futuro, ou seja, o modelo de atuação que nos trouxe até o presente poderia não ser capaz de responder ao dinamismo da sociedade e aos anseios dos empreendedores do futuro. Foi pensando no futuro que se iniciou em 2011 uma profunda reflexão sobre a atuação do SEBRAE, o Projeto SEBRAE/PR 2022. Uma data cheia de significados. 2022 marcará os 200 anos da independência do Brasil e os 50 anos do SEBRAE.

Foram promovidos 15 encontros em todo o estado nos quais os quase 500 participantes contribuíram com 338 ideias. Essas ideias foram consolidadas, organizadas em seis linhas estratégicas de atuação, em vertentes relacionadas ao ambiente negócios e a empresa, com ênfase no papel do empreendedor como agente da transformação.

Figura 02 – Linhas Estratégicas SEBRAE/PR

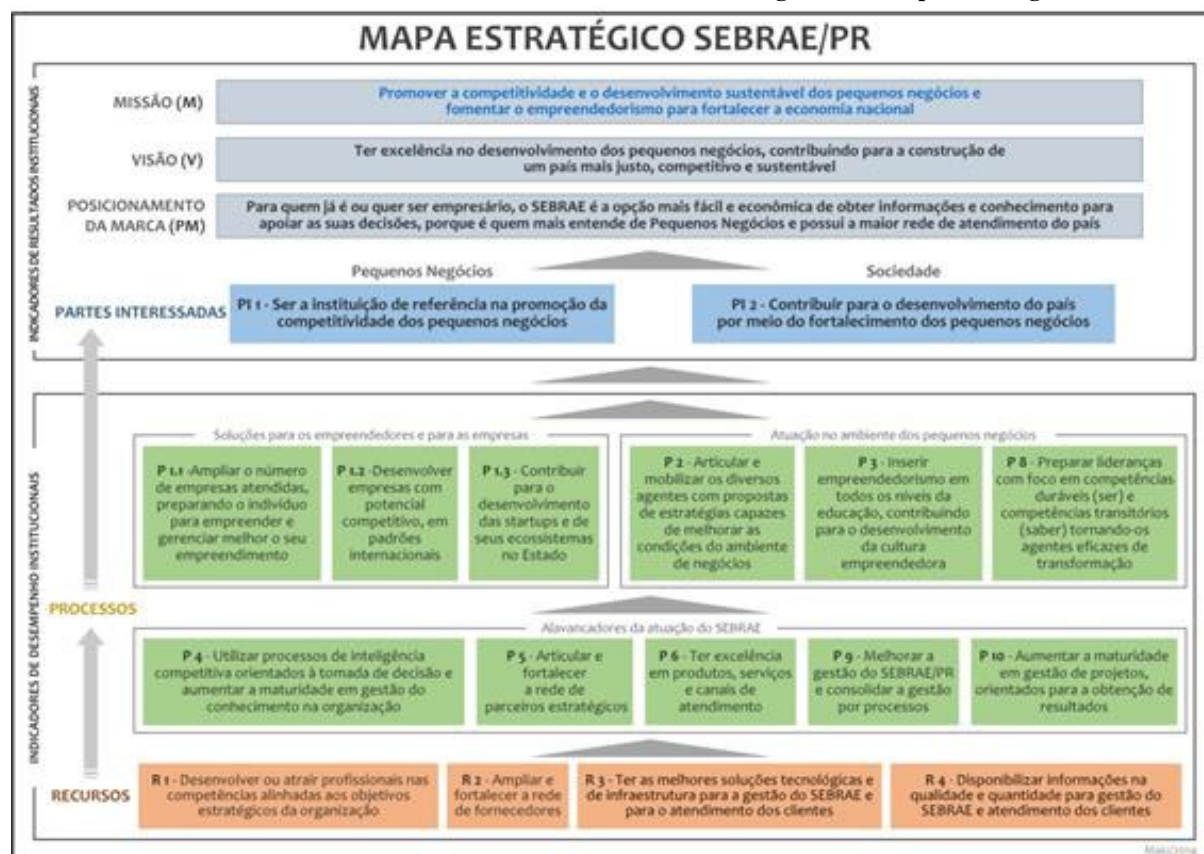


Paralelamente, em 2012, o sistema SEBRAE, capitaneado pelo SEBRAE Nacional, conduziu uma revisão do seu direcionamento estratégico com vistas ao ano de 2022. Esse direcionamento teve como objetivo rever e reafirmar os conceitos fundamentais da organização e orientar a atuação das Unidades Estaduais e do SEBRAE Nacional, rumo à excelência no apoio ao desenvolvimento dos pequenos negócios.

Esse exercício de reflexão estratégica teve como ponto de partida a construção de cenários até o ano de 2022 e na sequência contou com a participação de técnicos, gerentes e dirigentes em oficinas presenciais, e também com a contribuição dos colaboradores por meio de uma plataforma, onde registraram ideias, comentários e votações.

Consequentemente, a proposta de valor do SEBRAE/PR para a economia e sociedade, ou seja, a missão institucional foi assim definida, tal qual a do sistema Sebrae, como a de promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo para fortalecer a economia nacional. O mapa estratégico do SEBRAE/PR é um desdobramento direto do mapa estratégico do Sistema SEBRAE:

Figura 03 – Mapa Estratégico SEBRAE/PR



No planejamento para o exercício 2015, considerando o contexto vigente, o SEBRAE/PR estabeleceu prioritariamente as seguintes medidas de atenção:

- Implantação de novo modelo de gestão, com maior ênfase na gestão por indicadores e estabelecendo reuniões de avaliação da estratégia.
 - Sistematização de reuniões de equipe (reuniões operacionais), com monitoramento da execução.
- Aquisição/desenvolvimento de novas competências associadas as linhas estratégicas, por meio de:
 - Mapeamento de competências e conhecimentos críticos na organização
 - Execução de plano de capacitações para colaboradores envolvidos diretamente com as linhas estratégicas.
- Ampliação da capacidade do portal SEBRAE/PR como canal de atendimento a clientes e implantação de novos processos de atendimento à distância.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

A distribuição de recursos entre os objetivos estratégicos foi feita de acordo com a estratégia estadual, e é convergente com os investimentos apresentados nas prioridades locais.

Quadro 04– Execução Orçamentária por Objetivo Estratégico Prioritário

Valores em R\$ mil

Estratégia Atuação	Previsto Original	Previsto Ajustado	Total Executado	% Executada	% Participação
P1.1 - Ampliar o número de empresas atendidas, preparando o indivíduo para empreender e gerenciar melhor o seu empreendimento.	44.518.259	60.936.975	58.878.381	96,62%	47,05%
P1.2 - Desenvolver empresas com potencial competitivo, em padrões internacionais.	43.121.198	42.289.915	39.111.983	92,49%	31,25%
P1.3 - Contribuir para o desenvolvimento das startups e de seus ecossistemas no Estado.	1.893.000	2.536.141	1.946.153	76,74%	1,56%
P10 - Aumentar a maturidade em gestão de projetos, orientados para a obtenção de resultados.	50.000	80.000	79.975	99,97%	0,06%
P2 - Articular e mobilizar os diversos agentes com propostas de estratégias capazes de melhorar as condições do ambiente de negócios.	12.956.803	15.623.798	15.406.267	98,61%	12,31%
P3 - Inserir empreendedorismo em todos os níveis da educação, contribuindo para o desenvolvimento da cultura empreendedora.	5.684.930	6.361.110	5.220.066	82,06%	4,17%
P4 - Utilizar processos de inteligência competitiva orientados à tomada de decisão e aumentar a maturidade em gestão do conhecimento na organização.	150.000	443.000	389.706	87,97%	0,31%
P6 - Ter excelência em produtos, serviços e canais de atendimento.	2.462.498	2.301.819	2.065.868	89,75%	1,65%
P8 - Preparar lideranças com foco em competências duráveis (ser) e competências transitórias (saber) tornando-os agentes eficazes de transformação.	1.362.450	1.812.953	1.682.358	92,80%	1,34%
P9 - Melhorar a gestão do SEBRAE/PR e consolidar a gestão de processos.	180.000	136.000	103.585	76,17%	0,08%
R1 - Desenvolver ou atrair profissionais nas competências alinhadas aos objetivos estratégicos da organização.	350.000	350.000	177.047	50,58%	0,14%
R2 - Ampliar e fortalecer a rede de fornecedores.	302.000	104.913	66.034	62,94%	0,05%
R3 - Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do SEBRAE e o atendimento dos clientes.	70.000	70.000	25.440	36,34%	0,02%

Quadro 05– Execução Orçamentária por Prioridades Estratégicas

Valores em R\$ mil

Prioridades Estratégicas	Previsto Original	Previsto Ajustado	Executado	% Executada	% Participação
Ampliar o volume de atendimentos aos pequenos negócios por meio de soluções de atendimento em larga escala (multicanais), explorando as possibilidades de virtualização de conteúdos e soluções e redes de parceiros, como salas do empreendedor e postos de atendimento.	40.493.248	57.063.776	55.134.579	96,62%	55,74%
Promover o desenvolvimento de empresas de alto potencial competitivo e/ou inseridas em segmentos com potencial competitivo, por meio	31.089.699	36.021.109	34.194.304	94,93%	34,57%

de produtos e serviços atualizados e adequados às necessidades.					
Melhorar o ambiente para os pequenos negócios, através da implantação da Lei Geral em todos os municípios do Paraná.	3.134.120	3.670.468	3.663.150	99,80%	3,70%
Disseminar a educação empreendedora, estabelecendo um canal de relacionamento direto com professores e alunos.	5.684.930	6.361.110	5.220.066	82,06%	5,28%
Estruturar processos de inteligência competitiva e gestão do conhecimento, provendo conhecimento sobre e para os pequenos negócios.	150.000	443.000	389.706	87,97%	0,39%
Implementar planos de melhoria, visando a excelência da gestão do SEBRAE, conforme os critérios do Modelo de Excelência da Gestão.	180.000	136.000	103.585	76,17%	0,10%
Mapear os conhecimentos e competências dos colaboradores, desenvolvendo um plano de capacitações.	350.000	350.000	177.047	50,58%	0,18%
Aprimorar a estrutura física, equipamentos e instalações do SEBRAE Paraná, de forma a viabilizar novas possibilidades de atendimento e transmitindo imagem de uma organização inovadora e de vanguarda.	70.000	70.000	25.440	36,34%	0,03%

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

A estratégia SEBRAE/PR 2022 é um desdobramento da estratégia 2022 do sistema Sebrae e está amparada em seis linhas estratégicas (a saber: “Ambiente de Negócio”, “Educação Empreendedora”, “Lideranças”, “Alto Potencial e Potencialização”, “Startups” e “Empreendedorismo e Gestão”) e em vertentes relacionadas ao ambiente negócios e à empresa, mas com ênfase no papel do empreendedor como agente da transformação.

Esse planejamento estratégico foi lançado em 2014, com vistas ao Plano Plurianual 2015-2018 e desde então diversas iniciativas foram implantadas ou estão em curso. Por exemplo, a) revisão da estrutura organizacional com a extinção e criação de novas unidades (Atendimento Individual, Negócios Competitivos, Ambiente de Negócios) e novas atribuições técnicas (gestores estaduais e regionais para cada uma das 6 linhas estratégicas), b) fortalecimento de novos traços culturais por meio de um programa de desenvolvimento organizacional, c) novos ritos de comunicação e deliberação (reuniões de análise crítica e de avaliação da estratégia), d) uso de indicadores estratégicos (balanced scorecard), e) mapeamento de conhecimentos e competência chave, f) práticas de alinhamento estratégico de projetos, g) coleta de informações sobre os territórios do estado (inteligência competitiva descentralizada).

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A missão estratégica do SEBRAE/PR é uma transcrição fiel à missão estratégica do sistema SEBRAE e é assim descrita: ***“Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo para fortalecer a economia nacional”***.

Tal missão está intrinsecamente relacionada à finalidade da instituição, assim descrita no artigo 5º do Estatuto Social do SEBRAE/PR: “O SEBRAE/PR, no âmbito territorial de atuação, tem por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das micro empresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação ao acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização

daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capitalização gerencial e da assistência social”

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

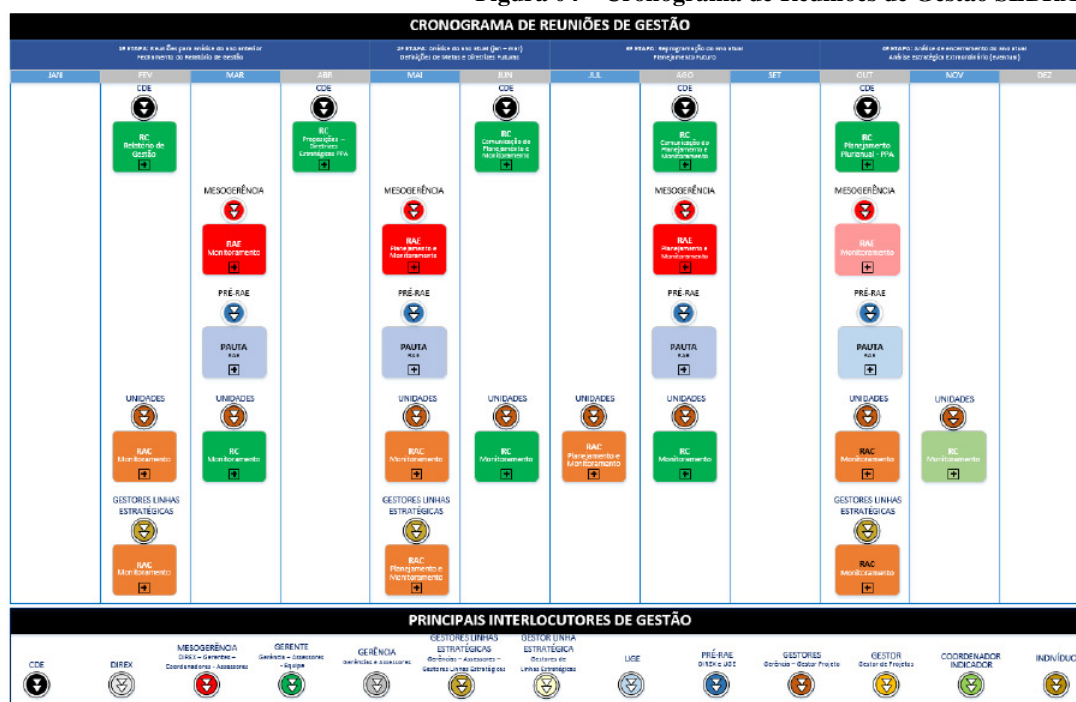
O Modelo de Gestão do SEBRAE/PR é um conjunto de métodos e fundamentos que orientam os gestores em suas decisões e a organização no cumprimento de sua estratégia. Para suportar este modelo, foi elaborado um cronograma de reuniões de gestão, envolvendo os principais interlocutores da gestão da Instituição e definindo os principais temas a serem discutidos no ano.

Neste modelo estão previstas a realização das seguintes reuniões:

- RAC - Reunião de Análise Crítica (Unidades/Regionais): Esta reunião acontece com os gerentes e gestores de cada unidade/ regional. Tem como objetivo analisar a execução dos indicadores estratégicos e operacionais relacionados a cada Unidade/Regional, bem como propor melhorias para serem deliberadas na RAE – Reunião de Análise Estratégica;
- RAC - Reunião de Análise Crítica (Linhas Estratégicas): Esta reunião acontece com gestores regionais e estaduais de linhas estratégicas. Tem como objetivo analisar os indicadores estratégicos das Linhas estabelecidas, bem como propor melhorias para serem deliberadas na RAE – Reunião de Análise Estratégica;
- PRÉ RAE: Reunião com a UGE e Diretoria para analisar as possíveis melhorias propostas pelas unidades/regionais e definir a pauta da Reunião de Análise Estratégica;
- RAE – Reunião de Análise Estratégica: nesta reunião é apresentada a execução dos indicadores estratégicos e discutido encaminhamentos de melhoria de possíveis falhas de execução;
- RC – Reunião de Comunicação: para cada reunião, encerra-se o processo com uma reunião de comunicação das deliberações.

O modelo prevê a realização de 4 reuniões dessas no ano, sendo que para cada uma definiu-se um objetivo diferente:

Figura 04 – Cronograma de Reuniões de Gestão SEBRAE/PR



3.3 Desempenho Orçamentário

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

O Sebrae é um Serviço Social Autônomo, constituído sob a forma de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, desvinculado da entidade da administração pública, por força da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto 99.570, de 09 de outubro de 1990.

Suas atividades não possuem relação com a execução física e financeira da Lei Orçamentária Anual, de forma que esse item não se enquadra no Relatório de Gestão.

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

O SEBRAE/PR encerrou o ano de 2015 com uma Execução Orçamentária de 95,7%, superior ao mínimo (90%) estabelecido pelo SEBRAE/NA para o Estado ter direito a 100% da Contribuição Social Ordinária. Além disto, todas as Metas Físicas, Mobilizadoras e Limites Orçamentários foram cumpridos conforme as normas e regras do SEBRAE/NA. Em relação à 2014, tivemos um crescimento nas Receitas e Despesas de 30% e 28%, respectivamente, comprovando desta forma, tanto a capacidade de geração de novas receitas, quanto de execução de ações em favor das Micro e Pequenas Empresas do Paraná.

Diante de todos esses aspectos favoráveis, não temos fatores intervenientes a citar em relação a esse item para o SEBRAE/PR em 2015.

3.3.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

A formalização dos convênios está amparada pela NI 06, a qual estabelece procedimentos para realização de parcerias no âmbito do SEBRAE/PR. O processo inicia-se pela elaboração do Plano de Trabalho, preparado pelo gestor do projeto em pauta. Nesse documento formalizam-se os objetivos da parceria, o conjunto de ações a serem realizadas e as responsabilidades de cada entidade conveniente, entre outros aspectos necessários à análise e aprovação do instrumento. Após análise e concordância do gerente diretamente responsável pelo gestor do projeto, o plano de trabalho é encaminhado à Diretoria para conhecimento da proposta e deliberação sobre a oportunidade e pertinência de formalização da parceria.

Em sendo aprovado e elaborado o convênio, o acompanhamento das ações é realizado pelo gestor do projeto, amparado pela UCF no que diz respeito ao monitoramento e controle dos prazos de repasses, prestações de contas, apresentação de relatórios de execução e outros instrumentos previstos na NI 06, que para os convênios firmados a partir do ano de 2015 o SEBRAE/PR passou a utilizar o sistema Preste contas, que é um sistema eletrônico (web) disponibilizado pelo SEBRAE aos parceiros, para preenchimento dos dados requeridos na elaboração da prestação de contas.

As prestações de contas apresentadas via sistema são validadas primeiramente pelo gestor do convênio, quanto à pertinência dos gastos e resultados técnicos das ações, através do próprio sistema. Após análise e parecer formal emitido pelo gestor, a UCF executa a verificação dos dados inseridos e análise dos documentos anexados ao sistema, solicitando esclarecimentos ou documentos adicionais conforme a necessidade. Em estando corretas as demonstrações, procede-se a emissão de parecer sobre a regularidade da prestação de contas e efetuam-se os registros necessários para documentação dos fatos.

Em 2015 não houve qualquer ocorrência de irregularidade constatada nas prestações de contas avaliadas pelo SEBRAE/PR, porém mantém-se em andamento a pendência informada em 2010 referente ao convênio 58/08 firmado com a entidade PTS Brasil, o qual ainda aguarda conhecimento e posterior análise por parte do TCU para providências de tomada de contas especial.

Quadro 06– Convênios – Quantidades e Valores

Convênios	Transferidos em 2015	Total de Convênios Vigentes
Quantidade	40	51
Valores	5.472.134,50	11.367.119,78

Quadro 07– Valores Prestação de Contas de Convênios

Convênios	Valores prestados contas em 2015
Quantidade	26
Valores	4.603.771,84

3.3.4 Informações sobre a realização das receitas

Quadro 08– Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
Receitas	Previsão			Execução		
	Original (a)	Ajustada (b)	% Δ (b/a)	(c)	% (c/a)	% (c/b)
Receitas Correntes	196.422	218.789	11,4%	216.780	110,4%	99,1%
Contribuição Social Ordinária - CSO	100.902	93.710	-7,1%	93.710	92,9%	100,0%
Contribuição Social do SEBRAE/NA – CSN	68.177	87.930	29,0%	83.039	121,8%	94,4%
CSO - SALDO de Exercícios Anteriores	10.414	13.564	30,2%	13.564	130,2%	100,0%
CSO – Ressarcimentos	270	270	0,0%	90	33,3%	33,3%
Aplicações Financeiras	1.800	5.500	205,6%	6.910	383,9%	125,6%
Convênios com SEBRAE/NA	80	1	-98,8%	1	1,3%	100,0%
Convênios com Parceiros	615	1.167	89,8%	1.175	191,1%	100,7%
Empresas Beneficiadas	14.064	16.547	17,7%	18.259	129,8%	110,3%
Outras Receitas	100	100	0,0%	32	32,0%	32,0%

Déficit Corrente				0		
Receitas de Capital	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Alienação de Bens	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Operações. de Crédito / Recebimento. de Empréstimos	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Receitas Totais	196.422	218.789	11,4%	216.780	110,4%	99,1%
Saldo de Exercícios Anteriores	4.000	4.000	0,0%	-	-	-
Resultado – Déficit				0		
Total Geral	200.422	222.789	11,2%	216.780	108,2%	97,3%

Explicação para variações superiores a 15% entre Execução e Previsão Original (% c/a) – Receitas

Quadro 09– Explicativo sobre variação de Receitas

Receita (R\$ mil)	Previsto Original	Execução	Previsto Original / Executado	Explicação para variações superiores a 15% entre Previsto Original X Executado
Contribuição Social do SEBRAE/NA - CSN	68.177	83.039	121,8%	Referem-se a recursos novos e complementares encaminhados pelo Sebrae/NA para ações incrementais em Programas e Projetos Nacionais, depois da aprovação do PPA Original. Os principais recursos recebidos pelo SEBRAE/PR em ordem decrescente de valor foram os seguintes: Sebraetec, Movimento Compre do Pequeno Negócio, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, Sociedade de Garantia de Crédito, Projeto Hortifruti & Foods Brasil Show, Negócio a Negócio, Sebrae Mais, Educação Empreendedora, etc.
CSO - Saldo de Exercícios Anteriores	10.414	13.564	130,2%	Incorporação do Excesso de Arrecadação do 3º Trimestre de 2014, conforme opção feita pelo SEBRAE/PR no ano anterior.
CSO – Ressarcimentos	270	90	33,3%	O SEBRAE/PR realizou um valor de viagens abaixo do planejado originalmente pelo SEBRAE/NA.
Aplicações Financeiras	1.800	6.910	383,9%	A variação Previsto Original X Executado, refere-se principalmente a quatro fatores: 1) Os expressivos valores de CSN recebidos no primeiro e segundo semestres, que não foram gastos integralmente quando de seu ingresso;

				2) Da execução orçamentária que se apresentou baixa até o final do 3º e início do 4º trimestre; 3) Da não utilização das Receitas de Empresas auferidas, ficando as mesmas desta forma, aplicadas; e 4) Das sobras de recursos de anos anteriores.
Convênios com SEBRAE/NA	80	1	1,2%	A redução significativa refere-se à descontinuidade do Projeto Petróleo e Gás.
Convênios com Parceiros	615	1.175	191,1%	O crescimento verificado em relação à previsão original, se deve principalmente a dois fatores: 1) À incorporação de saldos de recursos de convênios não executados em 2014; e 2) A celebração de convênio com a Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica), para desenvolvimento do Projeto Eficiência Energética.
Empresas Beneficiadas	14.064	18.259	129,8%	A elevação significativa ocorrida nesta fonte de Receita, refere-se principalmente a maior demanda por Ações Sebraetec no Estado (conforme já comentado no acréscimo da rubrica Contribuição Social do SEBRAE/NA), a qual gerou por consequência um crescimento nas Receitas de Empresas.
Outras Receitas	100	32	32,0%	A previsão original considerou algumas devoluções de recursos de convênios, que com a mudança no critério de contabilização, não ocorreram.

Comparação entre os dois últimos exercícios:

Quadro 10– Demonstração do Resultado do Exercício

Valores em R\$ mil

DRE			
Receitas	Execução		
	2.014 (a)	2015 (b)	Δ % (b/a)
Receitas Correntes	169.186	216.780	28,1 %
Contribuição Social Ordinária – CSO	88.983	93.710	5,3%
Contribuição Social do SEBRAE/NA - CSN	51.967	83.039	59,8%
CSO - SALDO de Exercícios Anteriores	10.597	13.564	28,0%
CSO – Ressarcimentos	154	90	-41,6%
Aplicações Financeiras	4.695	6.910	47,2%
Convênios com SEBRAE/NA	245	1	-99,6%

Convênios com Parceiros	871	1.175	34,9%
Empresas Beneficiadas	11.622	18.259	57,1%
Outras Receitas	52	32	-38,5%
Déficit Corrente	X	X	
Receitas de Capital	138	0	-100,0%
Alienação de Bens	138	0	-100,0%
Operações de Crédito / Recebimento de Empréstimos	0	0	0,0%
Receitas Totais	169.324	216.780	28,0%
Resultado – Déficit	X	X	
Total Geral	169.324	216.780	216.781

Explicação para variações superiores a 15% entre 2014 e 2015 – Receitas – DRE

Quadro 11– Explicativo sobre variação de Receitas- DRE

Receita (R\$ mil)	2014	2015	2014 x 2015	Explicação para variações superiores a 15% entre 2014 e 2015
Contribuição Social do SEBRAE/NA - CSN	51.967	83.039	59,8%	Uma pequena parte da variação é explicada pelos recursos que foram encaminhados para Projetos que não envolvem Programas Nacionais. O restante está concentrado principalmente nos seguintes Programas: Sebraetec (maior parte), Educação Empreendedora, Negócio a Negócio e Sebrae Mais.
CSO - Saldo de Exercícios Anteriores	10.597	13.564	28,0%	Mesmo adotando igual procedimento de 2014 em 2015 (acréscimo de 3 parcelas de Excesso de Arrecadação em cada ano), ainda assim, os valores direcionados pelo SEBRAE/NA ao SEBRAE/PR neste último ano foram maiores, justificando desta forma a variação.
CSO – Ressarcimentos	154	90	-41,6%	A redução, está diretamente relacionada ao número de viagens patrocinadas pelo SEBRAE/NA, não tendo o SEBRAE/PR qualquer influência a respeito.
Aplicações Financeiras	4.695	6.910	47,2%	A variação é explicada principalmente, pelos seguintes fatores: 1) Os expressivos valores de CSN recebidos no primeiro e segundo semestres, que não foram gastos integralmente quando de seu ingresso; 2) Da execução orçamentária que se apresentou baixa até o final do 3º e início do 4º trimestre; 3) Da não utilização das Receitas de Empresas auferidas, ficando as mesmas desta forma, aplicadas; e

				4) Das sobras de recursos de anos anteriores.
Convênios com SEBRAE/NA	245	1	-99,6%	Em 2015 não tivemos a celebração dos convênios com a Petrobrás (Petróleo e Gás), Gerdau e Odebrecht que ocorreram em 2014.
Convênios com Parceiros	871	1.175	34,9%	O crescimento verificado em relação a 2014, se deve principalmente a dois fatores: 1) À incorporação de saldos de recursos de convênios não executados em 2014; e 2) À celebração de convênio com a Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica), para desenvolvimento do Projeto Eficiência Energética, que não havia em 2014.
Empresas Beneficiadas	11.622	18.259	57,1%	A elevação significativa ocorrida nesta fonte de Receita de 2014 para 2015, refere-se principalmente a maior demanda por Ações Sebraetec no Estado (conforme já comentado no acréscimo da rubrica Contribuição Social do SEBRAE/NA), a qual gerou, por consequência, um crescimento nas Receitas de Empresas.
Outras Receitas	52	32	-38,5%	Em 2014 tivemos alguns fatos que não ocorreram em 2015, tais como: recebimentos de multa por descumprimento de cláusula contratual, reembolso de passagens solicitadas, mas não utilizadas, etc.
Alienação de Bens	138	0	-100%	Em 2014 tivemos a venda de veículos em leilão, fato que não ocorreu em 2015.

3.3.5 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 12– Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
Despesas	Previsão			Execução		
	Original (a)	Ajustado (b)	% Δ (b/a)	(c)	% (c/a)	% (c/b)
Despesas Correntes	192.522	218.459	13,5%	205.681	106,8%	94,2%
Pessoal, Encargos e Benefícios	52.008	50.626	-2,7%	48.062	92,4%	94,9%
Serviços Profissionais e Contratados	101.357	128.680	27,0%	121.399	119,8%	94,3%
Demais Despesas Operacionais	24.193	31.015	28,2%	28.993	119,8%	93,5%
Encargos Diversos	1.466	2.583	76,2%	2.341	159,7%	90,6%
Transferências	13.498	5.555	-58,8%	4.886	36,2%	88,0%
Transferências (SEBRAE/UF)	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Superávit Corrente				11.100		

Despesas de Capital	3.500	1.856	-47,0%	1.847	52,8%	99,5%
Investimentos / Outros	3.500	1.856	-47,0%	1.847	52,8%	99,5%
Financ. /Amort. de Empréstimos	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Despesas Totais	196.022	220.315	12,4%	207.528	105,9%	94,2%
Fundo de Reserva	4.400	2.474	-43,8%	-	-	-
Resultado Superávit				9.252		
Total Geral	200.422	222.789	11,2%	216.781	108,2%	97,3%

Explicação para variações superiores a 15% entre Execução e Previsão Original (% c/a) – Despesas

Quadro 13– Explicativo sobre variação de Despesas

Despesa (R\$ mil)	Previsto Original	Execução	Previsto Original / Executado	Explicação para variações superiores a 15% entre Previsto Original X Executado
Serviços Profissionais e Contratados	101.357	121.399	119,8%	<p>As principais explicações para a variação apresentada são:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Os novos recursos de CSN recebidos do SEBRAE/NA, os quais foram alocados na rubrica Serviços Especializados, especificamente em Consultorias Sebraetec; 2) Aumento no valor das despesas de manutenção das instalações e com a abertura de novos escritórios; 3) Aumento nos gastos com manutenção e suporte técnico de softwares de terceiros; 4) Aumento nos gastos de vigilância, limpeza, seja por horas extras ou acréscimo nos postos de trabalho; e 5) Aumento nos gastos com mão de obra terceirizada.
Demais Despesas Operacionais	24.193	28.993	119,8%	<p>As principais explicações para essa variação são:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Novos recursos de CSN recebidos do Sebrae/NA, que automaticamente são alocados nas rubricas de despesas que compõem este grupo (Despesas com Viagens, Serviços Gráficos e de Reprodução, etc); 2) Aumento no valor dos aluguéis de imóveis, seja por reajuste acima do planejado em contratos já existentes ou por transferências de pontos de atendimento para novas instalações ou novos escritórios; 3) Aumento no valor dos Materiais de Consumo, especialmente os ligados a

				manutenção e reparos das instalações, conforme já mencionado no item de Serviços Profissionais e Contratados; 4) Reajuste nas tarifas de água e energia elétrica.
Encargos Diversos	1.466	2.341	159,7%	O crescimento no valor das Aplicações Financeiras (item explicado no quadro de Receitas), ocasionou, por consequência, incremento no valor da Despesa Imposto de Renda que incide sobre esse item.
Transferências	13.498	4.886	36,2%	Originalmente o Gestor do Projeto fez uma previsão errada nesta rubrica. O correto seria orçar em Serviços Profissionais e Contratados (por se tratar de Consultorias do Transferidor Sebraetec), fato que foi corrigido no decorrer do ano e que acabou provocando esta variação.
Investimentos / Outros	3.500	1.847	52,8%	O valor não utilizado, foi acrescido aos demais recursos não gastos, compondo o total de CSO de 2015 que migramos para o orçamento de 2016, que apresentou redução em função dos cortes promovidos pelo governo federal.

Comparação entre os dois últimos exercícios:

Quadro 14– Comparativo DRE

DRE			
Despesas	Execução		
	2.014 (a)	2015 (b)	Δ % (b/a)
Despesas Correntes	159.785	205.681	28,7%
Pessoal, Encargos e Benefícios	41.866	48.062	14,8%
Serviços Profissionais e Contratados	84.858	121.399	43,1%
Demais Despesas Operacionais	28.035	28.993	3,4%
Encargos Diversos	1.708	2.341	123,7%
Transferências (Parceiros)	3.318	4.886	47,3%
Transferências (SEBRAE/UF)	0	0	0,0%
Superávit Corrente	9.401	11.100	
Despesas de Capital	1.863	1.847	-0,9%
Investimentos / Outros	1.863	1.847	-0,9%
Financ. / Amort. de Empréstimos	0	0	0,0%
Despesas Totais	161.649	207.528	28,4%
Resultado Superávit	7.675	9.252	

Total Geral	169.324	216.780	28,0%

Explicação para variações superiores a 15% entre 2014 e 2015 – Despesas – DRE

Quadro 15– Explicativo sobre variação de Despesas - DRE

Despesa (R\$ mil)	2014	2015	2014 x 2015	Explicação para variações superiores a 15% entre 2014 e 2015
Serviços Profissionais e Contratados	84.858	121.399	43,1%	O crescimento de 43% ou mais de R\$ 36 milhões nesta rubrica em relação à 2014 está concentrado principalmente nas Ações de Consultoria do Programa Nacional Sebraetec (R\$ 28,5 milhões); Instrutoria (R\$ 2,8 milhões); Patrocínios (R\$ 1,0 milhão); Locação de Mão de Obra (R\$ 917 mil); Manutenção de Instalações (R\$ 702 mil) e Organização e Promoção de Eventos (R\$ 2,2 milhões).
Encargos Diversos	1.708	2.341	37%	O crescimento de 37% em relação a 2014 (e não 123,7% como apresenta o relatório), está relacionado a: despesas financeiras (+47% especialmente em comissões de cartões de crédito e despesas bancárias) e despesas tributárias (+34% ocasionada por IOF, IPTU e principalmente, IR s/ Aplicações Financeiras). A variação geral (37%), só não é maior, porque as despesas financeiras, representam um valor bem menor se comparado às despesas tributárias.
Transferências (Parceiros)	3.318	4.886	47,3%	Em 2015 tivemos a celebração de alguns convênios que não existiram em 2014, dentre eles: da Sociedade Garantidora de Crédito nas Regionais e convênios com Fundações, Instituições, Universidades, Incubadoras, Centros de Estudos para acompanhamento da Implantação da Metodologia Cerne 1 e 2.

3.4 Desempenho operacional

A estratégia de atuação adotada pelo SEBRAE tem como foco o atendimento segmentado do seu público-alvo com a estruturação dos Programas Nacionais. A tabela a seguir demonstra os recursos e metas de cada programa:

Quadro 16: Programas Nacionais – Execução Física e Orçamentária

Programa						
	Total			Nº de Clientes Atendidos		
	Previsto	Executado	%	Previsto	Executado	%
PG - Agentes Locais de Inovação	1.335.393	981.673	73,5%*	2.400	2.967	123,6%
PG - Educação Empreendedora	2.470.890	2.462.512	99,7%	93.989	200.239	213,0%
PG - Encadeamento Produtivo	370.760	370.759	100,0%	0	137	0,0%**
PG - Negócio a Negócio	8.352.046	8.160.570	97,7%	36.028	36.956	102,6%
PG - Sebrae Mais	3.191.134	3.011.956	94,4%	1.798	4.349	241,9%
PG - Sebraetec	52.262.748	50.099.518	95,9%	7.249	11.969	165,1%
Total	67.982.971	65.086.989	95,7%	141.464	256.617	181,4%

Fonte SME 12/02/2015 – 10:00

*A execução do programa ALI terminou o ano com uma execução abaixo de 80% devido à redução despesas que estavam previstas diante do cenário que o país já apresentava em 2015 e incertezas instaladas

**Previsão não foi inserida nos projetos no sistema interno.

3.4.1 Programa SEBRAETEC

Objetivo do programa: O Programa tem por objetivo garantir ao seu público-alvo o acesso subsidiado a serviços tecnológicos, visando a melhoria de processos, produtos e serviços ou a introdução de inovações nas empresas e mercados.

Ações de destaque:

- Realizou três chamadas de projetos de diferenciação, sendo duas iniciadas em 2014 com conclusão em 2015 e uma com início e término em 2015, direcionada a linha de ação de Alto Potencial. Foram investidos cerca de 20 milhões nestes dois anos e atendidas aproximadamente, 200 empresas com projetos de inovação.
- Aprovou junto ao Sebrae Nacional dez projetos de Aglomeração Produtiva no Paraná voltados a energias renováveis e avanço tecnológico em produtos, tais como uva e café.
 - Cooperativa Agroindustrial dos Viticultores -COAVITI
 - C.VALE Cooperativa Agroindustrial
 - Cooperativa Agroindustrial Lar
 - Cooperativa Agroindustrial COPAGRIL
 - Agencia Curitiba De Desenvolvimento S/A
 - Associação Comercial E Empresarial De Itaipulândia
 - Castrolanda - Cooperativa Agroindustrial Ltda.
 - Centro de Inovação de Maringá
 - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná
 - ACENPP - Associação de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná

3.4.2 Programa – Negócio a Negócio

Objetivo do Programa: O atendimento Negócio a Negócio é uma orientação empresarial em gestão básica para empreendimentos de baixa complexidade, e caracteriza-se essencialmente pela visita de um Agente de Orientação Empresarial à sede do empreendimento, não havendo necessidade de que o empresário tenha a iniciativa de buscar o SEBRAE ou de se deslocar até um de seus pontos de atendimento. São realizadas, no mínimo, três visitas a cada empreendimento. Na primeira visita, o agente apresenta o SEBRAE e o Programa Negócio a Negócio, destacando suas vantagens para o desenvolvimento do empreendimento. Quando há interesse em participar, o agente realiza o cadastramento e aplica um questionário de cerca de 20 perguntas, que têm como objetivo identificar o estágio de desenvolvimento do negócio e o nível de conhecimento e de emprego de técnicas básicas de gestão.

Ações de destaque:

- Capacitação de 94 novos Agentes de Orientação Empresarial;
- Visita de acompanhamento do Sebrae Nacional;
- Criação de marcos críticos norteadores da atuação nas regionais;
- Elaboração de apresentação padrão para ser utilizada nas reuniões preparatórias da atuação 2015;
- Adequação da proposta de atuação, seguindo os padrões metodológicos e de monitoramento do Sebrae/Na para 2015;
- Maior integração do Projeto Negócio a Negócio com a Linha de Empreendedorismo e Gestão;
- Piloto com Instituições de Ensino em cinco regionais;
- Benchmarking nos estados do Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo e Espírito Santo.

Principais resultados/conquistas alcançadas:

- Os participantes do programa tiveram acesso a conceitos de gestão para definição do público-alvo, formação do preço de venda, projeções de venda, análise de concorrentes e de fornecedores, controle diário de caixa, contas a pagar, contas a receber e controle de estoque.

3.4.3 Programa SEBRAE Mais

Objetivo do Programa: Aumentar a lucratividade das pequenas empresas atendidas pelo programa, com vistas ao seu crescimento, ganho de competitividade e ampliação de mercados.

Ações de destaque:

- Distribuição dos materiais em outubro de 2014 para divulgação em 2015;
- Realização do Seminário Desafios do Crescimento nos meses de fevereiro e março, nas 6 regionais do Estado; utilizando como forma de lançamento do Programa SEBRAE Mais;
- Realização do Seminário Desafios do Crescimento – Inovação, com utilização do recurso CSN que sobrou de outras ações do programa;
- Ações realizadas nos Pontos de Atendimento ao Empreendedor, representando 16% das ações estaduais;
- Nos Pontos de Atendimentos foram realizadas as seguintes ações: 13 Empretec, 4 Encontros Empresariais, 1 Seminário Desafios do Crescimento, 2 Gestão da Qualidade, 3 Estratégias Empresariais e 1 Oficina MEG.

Principais resultados/conquistas alcançadas:

- Antecipação do Seminário contribuiu para fechamento das outras soluções;
- Realização nos Pontos de Atendimentos ao Empreendedor fortaleceu a parceria e o canal de atendimento, gerou contrapartida aos parceiros e possibilidade do empresário participar das soluções no próprio município;
- Atualização dos materiais (lâminas e pasta) disponibilizados na UMC online para as regionais utilizarem nas divulgações em 2016;
- Construção do BI SEBRAE MAIS para a gestão do programa de forma eficiente. Com o BI, o monitoramento do programa possibilitou a correção de ações lançadas erroneamente, visão estadual, regional, clientes e relatórios prontos para o acompanhamento do programa.

3.4.4 Programa ALI – Agente Local de Inovação

Objetivo do Programa: Nos últimos 5 anos, o Sistema SEBRAE tem investido em uma ampla política de extensão tecnológica, que tem por objetivo promover a prática continuada de ações de inovação nas empresas de pequeno porte, por meio de uma orientação proativa, gratuita e personalizada: o Agente Local de Inovação - ALI.

Ações de destaque:

Quando começaram a conversar na Regional sobre o Programa ALI, tinham como desafio mudar a imagem estabelecida anteriormente, onde a pouca valorização por parte do empresário era evidente, com baixo resultado efetivo. Precisavam reverter esta situação e, ao invés de irem atrás das empresas, gostariam que as empresas procurassem o Programa, reconhecendo seus resultados.

Com este propósito iniciaram com a escolha do perfil dos Agentes Locais de Inovação, onde

buscaram um agente que pudesse ter uma visão mais holística da empresa, não ficando centralizado numa área específica. Por isso, muitos gestores solicitaram perfis como Administradores de Empresas.

Logo após o processo de seleção e capacitação, na entrega dos ALIs para as Regionais, fizeram uma reunião para alinharem o que tinham planejado.

O gerente da regional apresentou aos agentes o SEBRAE suas estratégias e qual estratégia estaria vinculado o Programa ALI. No caso, a Estratégia de Potencialização e Alto Potencial, buscando elevar a competitividade das empresas em nível mundial, com foco em gestão, inovação, certificação e sustentabilidade e que eles não estariam sozinhos e fariam parte das estratégias da Regional.

Sem interferir na Metodologia do Programa, potencializaram a atuação do Agente, trazendo mais resultados para as empresas participantes da linha estratégica, com capacitação principalmente no MEG, base de trabalho da linha estratégica. Investiram tempo na preparação dos agentes em temas até então não trabalhados.

Uma das principais mudanças foi a forma de relacionamento entre Gestor, Sênior e ALI, pois seriam as mesmas empresas a serem atendidas e a necessidade de integração era fundamental.

Nas edições anteriores tinham dificuldade em acompanhar as realizações das ações nas empresas, criando um gap de gestão. Nesta edição concentraram os esforços para acompanhar a realização das ações, evitando esforços múltiplos, com sobreposição e interferência.

Para apoiar a atuação do Agente em campo, criaram uma ação chamada de Rodada Tecnológica, que tem como objetivo o empresário conhecer melhor sobre a necessidade apontada no plano de ação e assim, poder contratar serviços para suprir suas necessidades. A Rodada não é um instrumento de venda de consultorias, mas de atendimento.

Para tanto, elaboraram uma planilha de demandas e necessidades, onde os empresários junto com os agentes preenchiam priorizando as necessidades. Com estas informações fizeram o cruzamento com quais profissionais ele poderia ser atendido para esclarecimentos, tirar dúvidas e quem sabe implantar a melhoria na empresa.

A cada Rodada tinham o resultado do que o empresário tinha conversado, com quem e qual o encaminhamento. Assim centralizavam todo o processo de relacionamento com o ALI para execução e acompanhamento.

Realizaram quatro Rodadas em 2015, com o objetivo de ter mais assertividade no atendimento as empresas, bem como uma maior efetividade na aplicação dos recursos Sebraetec, que ficou sob o comando do Gestor do Projeto e não do ALI.

O maior ganho não foi no modo de atuação, mas na forma de integração entre os ALIs e os Gestores nos Projetos já estruturados na Regional. Dentro de uma linha estratégica, todos com a mesma informação e direcionamento, com acompanhamento e orientação do Gestor do Projeto.

No início o trabalho foi conjunto entre coordenação do Programa ALI (Regional) e coordenação da Linha Estratégica de Potencialização e Alto Potencial (Regional).

Com o processo em andamento, também foram envolvidos o coordenador do Empreendedorismo e o coordenador da Linha de Ambiente de Negócios da Regional.

Priorizaram a qualidade no atendimento às necessidades das empresas, buscando trazer o empresário para o Sebrae, fazendo que ele conhecesse o que o Programa ALI oferecia, bem como o melhor entendimento da dimensão do Programa, 500 empresas.

Trabalhos com grupos de empresas, com o processo de adesão, diagnóstico, radar, devolutiva e plano de ação, onde as empresas não ficariam muito tempo sem serem visitadas, ou seja, passariam a aderir outra empresa, assim que a anterior já estivesse no processo de acompanhamento com plano de ação. A preocupação era com a demora entre a adesão e o plano de ação, com um grupo grande de empresas.

Com o desenvolvimento do trabalho junto às linhas estratégicas, observamos que os empresários começaram a solicitar a visita do ALI para adesão e participação, que foi uma grata surpresa, mas que também trouxe alguns ajustes, pois tinham empresas que não se enquadravam no porte. Para não dizer não ao empresário, optaram por atender da mesma forma, desde que tivesse o perfil da linha estratégica de potencialização e alto potencial.

Para 2016, a proposta é realizar o plano de ação (R1) já no começo de ano, definindo as ações prioritárias, com a avaliação do sênior e no segundo semestre realizar o R2, mas apenas para deixar para o empresário um gancho para atuação na próxima edição do Programa ALI e assim não perderem o vínculo, bem como o desenvolvimento das empresas.

Principais resultados/conquistas alcançadas:

Em novembro de 2014, iniciamos a 4ª Edição do Programa ALI, e o Paraná, com a parceria do CNPq, capacitou 90 agentes. Desses, 60 foram selecionados para atuarem em 12 segmentos no Estado. Além dos segmentos atendidos na edição anterior, contamos agora com Encadeamento Produtivo, Indústrias Químicas e Logística. Nossa meta para este novo período de 2014/2016 é de atingirmos 3.000 empresas com potencial inovador.

Neste primeiro ano de ALI em campo, de novembro de 2014 a dezembro de 2015, cumprimos a meta com lastro, atendendo 3.192 empresas com potencial inovador. Também tivemos algumas desistências e desligamentos de agentes locais de inovação, fato este normal para o programa, pois são pessoas que não se adaptam ao trabalho e que acabam por procurar uma recolocação no mercado de trabalho.

3.4.5 Programa Encadeamento Produtivo

Objetivo do Programa: Articular o incremento da abordagem de Encadeamento Produtivo no Paraná, aumentando a competitividade e promovendo a cooperação entre grandes e pequenas empresas da mesma cadeia de valor.

Ações de destaque:

- GERDAU: Fortalecimento do Encadeamento Produtivo - Inst. Gerdau - SEBRAE - Serralheiros - Londrina e Região – Regional Norte: Projeto encerrado em 2015, prestação de contas entregue e aprovada.
- USAÇUCAR: Adensamento Produtivo da Cadeia de Alcool/Açúcar do Noroeste do Paraná – Regional Noroeste: Projeto encerrado em 2015, prestação de contas entregue e aprovada.
- Programa Estadual: Articulação do programa de Encadeamento Produtivo

Principais resultados/conquistas alcançadas:

- Entrega projeto articulação estadual
 - Material com estudos de caso - Encadeamento Produtivo: Benchmarking de casos de sucesso internacionais baseados na metodologia de Encadeamento Produtivo;
- Principais resultados (compilado dos projetos finalísticos GERDAU + USAÇUCAR 2013-2015):
 - Margem de Lucro = 13,91%
 - Postos de Trabalho = 16%
 - Variação do Faturamento Geral = 17%

3.4.6 Programa Educação Empreendedora

Objetivo do Programa: Ampliar, promover e disseminar a educação empreendedora nas instituições de ensino por meio da oferta de conteúdos de empreendedorismo nos currículos, objetivando a consolidação da cultura empreendedora na educação.

Ações de destaque:

Implantação do Programa de Educação Empreendedora por meio da solução JEPP em 112 municípios, 670 escolas de nível fundamental, 4.156 professores, 86.405 alunos do Ensino Fundamental. Implantado o Programa de Educação Empreendedora no Ensino Superior em 15 Instituições por meio de chamada pública. Realização de curso de formação no ensino do empreendedorismo para professores de 16 instituições de Ensino Superior do Paraná, com a principal universidade norte-americana na área do empreendedorismo, a BABSON College,

Principais resultados/conquistas alcançadas:

A principal conquista do SEBRAE/PR, com essa linha estratégica, foi o estabelecimento das parcerias com os governos municipais das 112 cidades para a instalação do ensino de empreendedorismo para as crianças do Ensino Fundamental. Entende-se que, com isso, o Paraná mudará o cenário econômico no médio e longo prazo, tornando-se uma sociedade mais empreendedora e gerando mais desenvolvimento.

3.4.7 Setor Agronegócios

Quadro 17: Aplicação de Recursos da Carteira de Agronegócios, por Segmento Econômico

Segmento Econômico	Despesa				
	Previsto Original	Previsto Ajustado	% Variação	Execução	
	SEBRAE	SEBRAE		SEBRAE	% Execução
Agroindústria	1.602	1.992	124,3%	1.918	96,3%
Apicultura	200	200	100,0%	196	98,0%
Café	834	1.067	127,9%	1.064	99,7%
Derivados de Cana de Açúcar	50	102	204,6%	102	100,0%
Fruticultura	100	180	179,8%	180	100,0%
Horticultura	616	1.503	243,8%	1.500	99,8%
Leite e Derivados	68	0	0,0%	0	0,00%
Setorial	1.821	1.815	99,7%	1.755	96,7%
Total	5.291	6.859	129,6%	6.715	97,9%

Fonte SME 12/02/2015 – 10:00

Objetivo do Programa: Articular ações estratégicas para empresas de micro e pequeno porte ligadas ao agronegócio do Paraná com o intuito de torná-las de alto potencial, trabalhando programas estratégicos para o desenvolvimento das agroindústrias e estruturação das indicações geográficas visando acesso a mercado e competitividade.

Principais Ações:

- Lançamento do Selo alimentos do Paraná (12/03/2015).
- Hortifruti & Foods Brasil Show (30/06 a 02/07).
- Participação do Sebrae/PR no comitê consultivo instaurado para criação de Resolução para o licenciamento sanitário de empreendimentos da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (18/12/2015).

Principais resultados/conquistas:

- Concessão do 1º registro estadual de denominação de origem para Ortigueira, produto mel (30 de junho a 02 de julho): A concessão reconhece que as características físico-químicas do produto decorrem das condições botânicas da região, sendo diferenciado do mel produzido fora da área delimitada. O registro consolida a estratégia do SEBRAE/PR para o setor do agronegócio, com foco em produtos de diferenciação pela qualidade e tipicidade.
- Ampliação de 30% nas vendas das empresas do Selo Alimentos do Paraná que participaram do eventos Hortifruti & Foods Brasil Show (já citado) e Sirha Rio (14 a 16 de outubro, no Centro de Convenções Sulamérica, Rio de Janeiro): O evento é dedicado aos profissionais das indústrias de hotelaria e serviços de alimentação do Brasil, as empresas conseguiram manter de outubro até hoje vendas regulares.
- 10 pedidos de IG protocolados no INPI em 2015

3.4.8 Setor do Comércio

Quadro 18: Aplicação de Recursos da Carteira de Comércio, por Segmento Econômico

Segmento Econômico	Despesa				
	Previsto Original	Previsto Ajustado	% Variação	Execução	
	SEBRAE	SEBRAE		SEBRAE	% Execução
Comércio de materiais de construção	225	248	110,6%	245	98,7%
Comércio de vestuário, calçados e acessórios	431	467	104,2%	355	76,0%
Comércio Varejista	348	339	95,5%	326	96,2%
Minimercados, mercadinhos e mercearias	864	864	98,9%	420	48,6%
Revitalização de Espaços Comerciais	1.912	1.754	91,9%	1.772	101,0%
Setorial Comércio	20.464	30.327	148,2%	29.774	98,2%
Total	24.244	33.999	140,0%	32.892	96,7%

Fonte SME 12/02/2015 – 10:00

Objetivo do Programa: Articular ações estratégicas voltadas a preparar empresas do comércio varejista do Paraná para torná-las de alto potencial, trabalhando estratégias de especialização, atratividade, tecnologia e mercado como fator chave de competitividade.

Principais ações:

O ano de 2015 para o SEBRAE/PR no setor do comércio varejista manteve-se como referência em soluções de alto valor agregado às MPes. A ação de destaque foi o Projeto de atuação segmentada

denominado TOP Loja, atendendo os segmentos de Minimercados, Confeção e Acessórios e Lojas de Materiais de Construção, além também do lançamento inédito do Programa Franquias Paraná, ambos os Projetos viraram referência Nacional.

O Programa Top Loja possibilitou alianças com instituições de referência no mercado estadual e nacional, com a criação de uma metodologia especializada e inovadora. Destacamos a parceria com APRAS – Associação Paranaense de Supermercados do Paraná e com a Anamaco – Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção.

Destacamos também a inovação da parceria com a ABF – Associação Brasileira de Franchising, que possibilitou implantar uma metodologia inovadora para programas deste formato no território nacional. A ABF foi a executora responsável pelo conteúdo educacional do Projeto Franquias Paraná.

Principais resultados/conquistas:

O ano de 2015 continuou apresentando uma forte instabilidade. Os projetos da carteira do comércio foram assertivos nas propostas para o desenvolvimento do setor. Cabe ressaltar o empenho e compromisso dos Gestores Regionais e o apoio de parceiros para garantir qualidade na execução das ações, como: Federação do Comércio do Paraná – Fecomércio, Prefeituras Municipais, Associações Comerciais, Sindicatos do Comércio e SESC/SENAC. De acordo com a Média Geral de 9,33 de satisfação dos clientes, garantimos a eficácia dessas soluções, uma vez que a pesquisa é realizada diretamente com o público alvo e mantemos a média acima de 9, de acordo com o contrato de gestão de excelência do SEBRAE/PR.

3.4.9 Indústria

Quadro 19: Aplicação de Recursos da Carteira de Indústria, por Segmento Econômico

Segmento Econômico	Despesa				
	Previsto Original	Previsto Ajustado	% Variação	Execução	
	SEBRAE	SEBRAE		SEBRAE	% Execução
Construção Civil	1.590	1.782	108,7%	1.739	97,6%
Madeira e Móveis	928	1.969	209,4%	1.802	91,5%
Metal-Mecânica	811	1.258	155,1%	1.183	94,1%
Petróleo, Gás e Energia	420	0	0,0%	0	0,0%
Setorial Indústria	7.051	6.810	96,6%	6.675	98,0%
Têxtil e Confeções	1.643	1.719	97,4%	1.673	97,9%
Total	12.443	13.538	106,9%	13.072	96,7%

Fonte SME 12/02/2015 – 10:00

Programa da Indústria Têxtil

Objetivo do Programa: Preparar as empresas ligadas à indústria da moda, clientes dos projetos nas regionais do SEBRAE/PR, para torná-las de alto potencial, trabalhando estratégias de negócio, moda e mercado como fator chave de competitividade.

Principais Ações:

- Missões Técnicas São Paulo Fashion Week (Spfw) - Sp
- Capacitação Internacional - Parsons The New School For Design/ Nova York
- Convênio Nacional SEBRAE - Senai
- Circuito Inteligência Competitiva - Perspectivas Brasil 2015/2016

- Workshop Internacional Sobre Novos Modelos de Negócios
- Id Fashion
- Circuito Estadual: “Diante do Cenário Atual, Como a Sua Marca se Torna Relevante Para o Cliente?”
- Estudo Inteligência Competitiva: Cenários & Tendências de Mercado Para o Setor do Vestuário

Principais resultados/conquistas:

As ações acima mencionadas atingiram os objetivos propostos.

Conforme a última pesquisa GEOR, os resultados de 2014 em relação a 2013 apresentaram evolução nos seguintes indicadores:

- Faturamento - ↑ 6%
- Variação no Volume de Vendas - ↑ 4%
- Ampliação da participação das marcas em lojas multimarcas - ↑ 37%

Neste sentido, como mantivemos a estratégia de atuação do Programa Estadual/ Projetos, iniciada em 2014, acreditamos que em 2015, mesmo com o cenário político-econômico desfavorável no País, os indicadores previstos nos projetos deverão apresentar um desempenho positivo, a serem mensurados até março de 2016.

Programa da Indústria Construção Civil

Objetivo do Programa: Promover a potencialização e a competitividade na cadeia da construção civil do Paraná, através de ações estratégicas de inteligência que beneficiem os projetos regionais.

Principais ações:

- Implantação do sistema de indicadores locais da construção civil – Inteligência Competitiva, sendo que este trabalho foi intensificado em 2015 na Regional Oeste. Esta ação terá continuidade em 2016 e é altamente relevante considerando seu aspecto estratégico para tomada de decisão frente ao cenário econômico e de mercado;
- Realização de pesquisas e workshops nas regionais sobre os indicadores locais da construção civil;
- Promoção e apoio nas certificações PBQP-H e PSQ;
- Apoio na realização da Feira do Construtor, bem como, realização de rodadas de negócios durante o evento que mobilizaram aproximadamente 150 empresários, de pequenas, médias e grandes empresas;
- Apoio ao projeto de inovação sobre a queima da cerâmica vermelha com a INTEG – Incubadora Tecnológica de Guarapuava;
- Missões Técnicas/tecnológicas (FEICON, ExpoRevestir, Concrete Show, TecVerde e Smart – Sistemas Construtivos Inteligentes;
- Participamos no ENIC – Encontro Nacional da Indústria da Construção – 2015;
- Participamos no Encontro Nacional da Cerâmica Vermelha – 2015;
- Participamos no Expo GREENBUILDING – 2015;
- Participação técnica e apoio no Prêmio SINDUSCON-NOR.

Principais resultados/conquistas:

- Implantação de sistema de indicadores em parceria com SINDUSCON Oeste;

- Ampliação no número de empresas certificadas PBQP-H com apoio do SEBRAE;
- Alinhamento do conceito estratégico entre todos os projetos regionais, principalmente no contexto da nova linha estratégica de potencialização.

3.4.10 Serviços

Quadro 20: Aplicação de Recursos da Carteira de Serviços, por Segmento Econômico

Segmento Econômico	Despesa				
	Previsto Original	Previsto Ajustado	% Variação	Execução	
	SEBRAE	SEBRAE		SEBRAE	% Execução
Economia Criativa	120	232	186,2%	229	98,7%
Saúde	658	889	135,1%	862	97,0%
Setorial Serviços	1.500	1.099	73,2%	884	80,5%
Startups Digitais	2.035	2.687	132,0%	2.095	78,0%
Tecnologia da Informação	425	888	209,1%	887	99,9%
Tecnologia da Informação e Comunicação	2.289	2.950	124,6%	2.844	95,5%
Turismo	1.938	2.443	126,0%	2.401	98,3%
Turismo de Negócios e Eventos	876	853	97,3%	846	99,2%
Turismo Rural	125	125	100,0%	122	97,4%
Total	9.967	12.166	121,1%	11.171	91,6%

Fonte SME 12/02/2015 – 10:00

Programa Estadual da Tecnologia da Informação / Software

Objetivo do Programa: Elevar o nível de qualidade, inovação e acesso a mercado das empresas Desenvolvedoras de Software, Serviços de TI do Estado do Paraná organizadas em APL, posicionando o setor como referência em organização estrutural, sistêmica e empresarial no desenvolvimento de Software no cenário Brasileiro.

Ações de destaque:

- Priorização do trabalho de MPS-BR (Melhoria do Processo de Software) com o objetivo de certificar e garantir qualidade ao produto Software Paranaense;
- Consolidar os APLs de Software no estado, criando uma governança forte e atuante;
- Realização periódica do Encontro de Líderes dos APLs do Paraná;
- Consolidação de Centrais de Negócios de Serviços de Software;
- Realização da Missão Internacional ao Valle do Silício, em sua quarta Edição;
- Consolidação do projeto de Indicadores de Gestão Empresarial focado empresas de TI Software no estado;
- Relatórios e palestras de inteligência competitiva setorial;
- Organização do Evento Estadual Paraná TIC;
- Organização de Eventos Locais de Tecnologia da Informação em cada Arranjo Produtivo.

Principais resultados/conquistas:

- Consolidar o estado na primeira colocação de empresas certificadas em MPS-BR, aumentando para 48 (Certificações Válidas);
- Realização de 4 encontros de líderes de APLs de TIC do Estado;
- Consolidação dos 6 APLs de TI no Estado, bem como da governança estadual;
- Realização, da quarta missão internacional de ao Valle do Silício, com a participação de 19 empresas paranaenses onde foram visitadas diversas empresas e universidades com destaques para:

- Google, IBM, Samsung, Universidade de Stanford e Berkeley, Zendesk...
- Realização da quinta Edição do Paraná TIC, evento que conta com a parceria da ASSESPRO-PR e da SETI (Secretaria de Ciência e Tecnologia) com a participação de 400 pessoas;
- Consolidação da Governança estadual do Setor de Tecnologia da Informação;
- Aumento médio de **25,56%** no faturamento das empresas.
 - Fonte: Projeto Indicadores de Gestão

Programa Estadual do Turismo

Objetivo do Programa: Articular para desenvolver o Turismo do Paraná, com ênfase em Turismo MICE - Negócios e Eventos. Executar ações, parcerias, alianças estratégicas e dar suporte aos processos e projetos que fazem parte do Programa Estadual de Turismo do Paraná, com foco na estratégia setorial estadual.

Principais Ações:

- Revisar o Termo de Referência do Paraná Turismo MICE;
- Planejar e Fortalecer a Governança Estadual;
- Ampliar e Fortalecer o Alinhamento com Parceiros Estaduais;
- Revisar e Disseminar as Estratégias de Atuação no Segmento;
- Organizar e executar Missão Técnica de Benchmarking a Las Vegas - USA;
- Fortalecer as Governanças Municipais;
- Realizar Pesquisa de Perfil de Visitante no Turismo MICE das 6 bases definidas.

Principais resultados/conquistas:

- Termo de Referência Paraná MICE redigido e revisado e aprovado por parceiros estaduais;
- Política Pública para o PARANÁ MICE fortalecida entre os parceiros estaduais;
- Governança do Programa constituída, ampliada e fortalecida;
- Estratégias para atuação no Paraná MICE disseminadas entre os parceiros e empresários;
- Diagnóstico MICE realizado em cada uma das seis cidades;
- Pesquisa de Perfil de Visitante no Turismo MICE realizadas nas 6 bases definidas.

Programa Selo de Qualidade no Turismo do Paraná

Objetivo: contribuir com o aperfeiçoamento técnico e profissional das empresas do segmento turístico do Paraná, visando a qualidade dos produtos e serviços oferecidos nos empreendimentos, tornando-os mais competitivos nos cenários nacional e internacional.

Principais Ações:

- Idealizar o Termo de Referência o Projeto Selo de Qualidade no Turismo do Paraná;
- Articular a Governança Estadual do Projeto;
- Disseminar as Estratégias de Atuação nos negócios meios de hospedagens e gastronomia turística;
- Lançar o Projeto nas bases estaduais;
- Captar um número mínimo de 55 empresas para o Projeto;
- Organizar e executar Missão Técnica de Benchmarking a Las Vegas – USA (MICE e Selo).

Principais Resultados/Conquistas:

- Termo de Referência do Projeto Selo de Qualidade no Turismo do Paraná redigido e aprovado por parceiros estaduais;
- Governança do Programa constituída e fortalecida;
- Estratégias para atuação no Projeto Selo de Qualidade no Turismo do Paraná disseminadas entre os parceiros e empresários;
- Projeto lançado em oito bases no Paraná;
- Adesão de 105 empresas no projeto (a meta era de 55);
- Diagnóstico MEG, Turista Oculto e Análise de Qualidade nas 105 empresas participantes;
- Plano de Melhoria com Sebraetec nas 105 empresas participantes;
- Auditoria Tecpar realizadas em 86 empresas que concluíram o processo.

3.4.11 Territorial

Quadro 21: Aplicação de Recursos Projetos de Desenvolvimento Territorial

Segmento Econômico	Despesa				
	Previsto Original	Previsto Ajustado	% Variação	Execução	
	SEBRAE	SEBRAE		SEBRAE	% Execução
Desenvolvimento Territorial	28.492	36.992	129,7%	35.395	95,7%
Total	28.492	36.992	129,7%	35.395	95,7%

Fonte SME 12/02/2015 – 10:00

Objetivo do Programa: O objetivo primordial do programa é alinhar a atuação dos projetos de atendimento individual no Estado, de forma a garantir a uniformidade e qualidade dos serviços prestados aos clientes.

Principais Ações:

- Reuniões estaduais com assuntos estratégicos;
- Reuniões on line com assuntos operacionais;
- Capacitação da FIA para gestores de Linha (módulo 2) e para gestores atuantes na Linha (módulo 1);
- Conhecimento em Pauta - capacitação da equipe de atendimento dos Escritórios e Pontos de Atendimento semanalmente as sextas feiras de forma on line e com instrutores da própria equipe de atendimento dos Escritórios ou funcionários do SEBRAE/PR;
- Desenvolvimento dos requisitos para a construção do Sistema de Consultoria;
- Integração com a Linha Estratégica Liderança;
- Parâmetros mínimos de operação para os canais Escritório, Ponto de Atendimento ao Empreendedor, Sala do Empreendedor, Porta a Porta favorecendo a estratégia SEBRAE 2022;
- Atendimento ao público alvo prioritário nos canais Ponto de Atendimento ao Empreendedor – ME e EPP e na Sala do Empreendedor – MEI;
- Acompanhamento com tutor – 6 visitas presenciais e ligações semanais com Manual padronizando as visitas e as ligações de todos os tutores estaduais;
- Capacitações padronizadas e por vídeo – Quando o agente do PA inicia sua atuação é obrigatório participar da capacitação padronizada para o estado. No processo de tutoria sua capacitação continua por meio de vídeos;
- Piloto do evento – Escute o Especialista - A ação foi composta por 3 encontros sequenciais, abordando temas de Marketing, Economia e Criatividade aos empresários de ME e EPP transmitidas pela internet, simultaneamente, para todos os Pontos de Atendimento, nos dias 9

- de setembro, 23 de setembro e 1º de outubro de 2015, das 7h30 às 9h30;
- Ao todo, foram realizadas 72 oficinas em 24 PAs, durante o Movimento Compre do Pequeno Negócio, atendendo 503 microempresas e 253 pequenas empresas;
 - Encontro Estadual dos Pontos de Atendimento – em novembro reunimos todos os Pontos de Atendimento em Curitiba onde participaram os agentes e o comitê gestor, além dos gestores de Linha regionais e os gestores dos PAs;
 - Distribuição de cartilha na orientação feita pelo Agente da Sala, possibilitando ao MEI levar para casa as obrigações e os benefícios que terá, além de registrar o atendimento como orientação dada pelo SEBRAE/PR;
 - DASN-SIMEI Declaração Anual do Simples Nacional do Microempreendedor Individual (janeiro a abril), encerrando essa ação com a Semana do Microempreendedor Individual (final de março, início de abril);
 - Oficinas SEIs realizadas em todas as salas e consultorias semanais ou quinzenais dependendo do porte do município;
 - Negócio a Negócio:
 - Realização conforme marcos críticos;
 - As entregas dos materiais ocorreram no final de 2014 o que proporcionou os agentes iniciarem seus atendimentos na primeira semana de janeiro;
 - Aplicação de piloto de Consultoria Porta a Porta no Movimento Compre do Pequeno Negócio
 - Aplicação de uma pesquisa e entrega do Kit Boas Vendas (estudo autônomo) de forma Porta a Porta para 19.300 Microempresas;
 - SEBRAE Pocket – ação 100% digital para atendimento há mais de 22.000 empresas (MEI, Micro e EPP) proporcionando uma economia de mais de R\$ 300.000,00 comparado ao ano de 2014;
 - Transmissão de eventos em parcerias com outros projetos;
 - Criação e distribuição de e-books;
 - Transmissão de Eventos sobre a Crise no Movimento Compre do Pequeno Negócio;
 - Contribuição para o Estado alcançar a Metas Mobilizadoras 4 e 7.

Principais resultados/conquistas:

- Consolidação da equipe de gestores de linha regionais, seu papel, sua condução da equipe e das ações, além da mudança das reuniões estaduais que eram operacionais para assuntos estratégicos;
- Conhecimento em Pauta - capacitação permanente da equipe, reduzindo custos;
- Parâmetros mínimos de operação proporcionou o acompanhamento dos canais e suas estratégias;
- Fortalecimento do PA no atendimento a ME e EPP e a Sala do Empreendedor para o MEI. .
- Atuação dos tutores proporcionou a liberação de tempo para os gestores se dedicarem a estratégia;
- Encontro Estadual dos Pontos de Atendimento favoreceu os planejamentos estratégico das ações para 2016;
- As ações realizadas nas Salas liberaram os atendimentos (pessoas) que eram realizados nos escritórios e PAs;
- A Meta Mobilizadora 3 foi atingida em agosto de 2015;
- Negócio a Negócio:
 - A realização com base nos marcos críticos proporcionou acompanhamento e redirecionamento de estratégias para o alcance das mesmas, o que deu mais tranquilidade nas realizações das metas;

- Destaque para a regional Oeste que alcançou os marcos críticos antes do previsto;
- Aplicação da uma pesquisa e entrega do Kit Boas Vendas (estudo autônomo) de forma Porta a Porta para 19.300 Micro Empresas contribuíram para o estado atingir as metas mobilizadoras 4 e 7;
- SEBRAE Pocket – ação 100% digital para atendimento há mais de 22.000 empresas (MEI, Micro e EPP proporcionando uma economia de mais de R\$ 300.000,00 comparado ao ano de 2014;
- Ação do Call Center contribuição para o estado alcançar a Metas Mobilizadoras 4 e 7.

3.4.12 Projetos de Desenvolvimento de Produtos e Serviços

Quadro 22: Aplicação de Recursos Projetos de Desenvolvimento Produtos e Serviços

Projetos	Despesa				
	Previsto Original	Previsto Ajustado	% Variação	Execução	
				SEBRAE	% Execução
Sebrae Negócios - PR	400.000	400.000	0%	227.831	57%
Projeto Inovação - fase 2	100.000	100.000	0%	38.829	39%
Gestão de Relacionamento com os Clientes	70.000	70.000	0%	15.049	21%

Nota: A execução da despesa de alguns projetos ficou abaixo de 60% devido à reavaliação de algumas ações para economia de recurso diante do cenário econômico que o país já apresentou no segundo semestre de 2015 e as incertezas instaladas.

3.4.13 Projetos de Articulação Institucional

Quadro 23: Aplicação de Recursos Projetos de Articulação Institucional

Projetos	Despesa				
	Previsto Original	Previsto Ajustado	% Variação	Execução	
				SEBRAE	% Execução
Fronteiras Cooperativas Paraná	50.000	50.000	0%	43.898	88%
Articulação de Projetos Estratégicos Para o Paraná	520.575	820.575	58%	598.037	73%
Aquicultura e Pesca no Litoral do Paraná - Articulação	45.000	28.000	-38%	0	0%
Oportunidades de Negócios para Pequenas Empresas na Região Portuária	130.000	30.000	-77%	19.723	66%
Oportunidades no Setor de Saúde	130.000	55.000	-58%	0	0%
Energias Limpas e Renováveis no Noroeste do Paraná	0	280.000	-	119.988	43%
ESPIN - Armazém Digital de Maringá	153.000	153.000	0%	141.542	93%
Oeste em Desenvolvimento - Fase 2	870.000	686.448	-21%	560.811	82%
Projeto Fronteira Cooperativa - Foz do Iguaçu - Puerto Iguazu - Ciudad Del Este - 2	250.000	250.000	0%	225.478	90%
Energias Limpas e Renováveis no Sudoeste do Paraná	0	280.000	-	0	0%
Projeto Fronteira Cooperativa Sudoeste do Paraná	250.000	250.000	0%	247.339	99%
Ambiente de Negócios	221.000	511.000	131%	361.676	71%
Articulação para Inclusão Financeira de Pequenos Negócios	223.000	223.000	0%	161.597	72%
Cidade Empreendedora - Implantação e Regulamentação da Lei Geral Municipal	2.739.400	3.097.400	13%	2.993.836	97%

Desenvolvimento Empresarial e Comércio Inter entre os Pequenos Negócios do Brasil e Estados Unidos	296.709	340.211	15%	294.287	87%
Implantação da Lei Geral Municipal - metodologia simplificada	400.000	847.400	112%	449.876	53%
Incubadoras e Parques Tecnológicos	1.500.001	1.359.131	-9%	1.359.130	100%
Redesim - Empresa Fácil Paraná	1.643.120	1.673.120	2%	1.952.018	117%
SEBRAE PR - Fortalecimento da Rede de Agentes de Desenvolvimento	377.860	475.278	26%	453.596	95%
Sociedade Garantidora de Crédito - fase 2	520.000	1.685.000	224%	1.178.036	70%
Escritórios e Pontos de Atendimento	661.875	401.375	-39%	197.006	49%
Estímulo à abertura de pequenos negócios	15.000	15.000	0%	0	0%
Articulação do Programa Encadeamento Produtivo	100.000	100.000	0%	87.137	87%
Estratégias de Potencialização para a Cadeia da Construção Civil no Paraná	100.000	100.000	0%	60.170	60%
Estratégias de Potencialização para a Indústria da Moda do Paraná	400.000	586.575	47%	342.419	58%
Estratégias de Potencialização para o Turismo do Paraná	375.000	548.000	46%	666.869	122%
Total	11.971.540	14.845.513	24%	12.514.470	84%

Nota: A execução da despesa de alguns projetos ficou abaixo de 60% devido à reavaliação de algumas ações para economia de recurso diante do cenário econômico que o país já apresentou no segundo semestre de 2015 e as incertezas instaladas.

3.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho mensuram os resultados que a sociedade e o público esperam do SEBRAE, como produto das atividades desempenhadas no cumprimento de sua missão institucional. Os indicadores estão vinculados aos Objetivos Estratégicos das Perspectivas “Processos” e “Recursos”.

Na tabela abaixo são demonstrados os indicadores de desempenho, o planejado e realizado em 2015, segundo dados disponibilizados pelo SEBRAE/NA.

Quadro 24: Indicadores de Desempenho

Indicadores de Desempenho	Perspectiva	Objetivo estratégico relacionado	Escala	Planejado para 2015	Realizado em 2015
Índice de satisfação do cliente*	Processos	<i>P1 – Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente</i>	0–10	8,50	8,9
Índice de aplicabilidade dos produtos *			0–10	7,10	7,8
Taxa de pequenos negócios atendidos			%	21,33	21,6
Taxa de fidelização de pequenos negócios atendidos			%	50,00	52,9
Número de potenciais empresários atendidos**			nº	127.569	100.206
Número de municípios com a Lei Geral implementada		<i>P2 – Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios</i>	nº	155	204
Número de potenciais empreendedores atendidos		<i>P3 – Promover a educação e a cultura empreendedora</i>	nº	40.000	87.284

Número de acessos aos conteúdos ***		<i>P4 – Prover conhecimento sobre e para os pequenos negócios</i>	0–10	-	-
Índice da transparência percebida pela sociedade ²		<i>P7 – Assegurar a efetividade e a transparência na aplicação dos recursos e na comunicação de resultados</i>	0–10	-	-
Índice de Comportamento Organizacional (ICO)****	Recursos	<i>R1 – Desenvolver e reter capital humano comprometido, motivado e com competências voltadas à inovação e à obtenção de resultados</i>	%	-	-
Índice de satisfação com os fornecedores ²		<i>R2 – Ampliar e fortalecer a rede de fornecedores</i>	0–10		
Índice de satisfação dos clientes internos ²		<i>R3 – Ter as melhores soluções tecnológicas e de infraestrutura para a gestão do Sebrae e o atendimento dos clientes</i>	0–10	-	-

Fonte: Boletim de Monitoramento Sistema SEBRAE nº 11/2015 – dezembro e Relatório da pesquisa de Satisfação, Aplicabilidade e Efetividade (Relatório Paraná) – agosto de 2015.

* O Índice de Satisfação e Aplicabilidade são referentes aos clientes atendidos em 2014.

**O número de potenciais empresários atendido ficou um pouco abaixo do previsto devido a estratégia intensificada de atendimento a empresas e devido a menor procura deste público no atendimento espontâneo em relação ao previsto

***O número de potenciais empreendedores atendidos foi muito maior que o previsto pois a previsão cadastrada estava abaixo da realidade do projeto

**** Índices não mensurados pelo SEBRAE/NA.

O atendimento do SEBRAE/PR é feito por meio de dez instrumentos de atendimento, que são apresentados na tabela abaixo, com seus indicadores de desempenho.

Quadro 25: Instrumentos de Atendimento

Instrumento de atendimento	Indicador de desempenho	Planejado para 2015	Realizado em 2015	% Realizado
CONSULTORIA	Número de horas	375.329	769.561	205%*
CURSO	Número de Cursos	861	4.184	486%**
FEIRAS	Nº de feiras do SEBRAE	1	4	400%
	Nº de pequenos negócios expositores em feiras de terceiros	48	80	167%
	Nº de pequenos negócios expositores em feiras do SEBRAE	10	120	1200%
INFORMAÇÃO	Número de informações	363.119	473.586	130%
MISSÃO E CARAVANA	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	27	55	204%
	Nº de missões/caravanas para eventos do SEBRAE	41	69	168%
	Nº de pequenos negócios para eventos de terceiros	200	356	178%
	Nº de pequenos negócios para eventos do SEBRAE	279	511	183%
	Nº de potenciais empresários para eventos de terceiros	43	183	426%
	Nº de potenciais empresários para eventos do SEBRAE	75	314	419%
OFICINA	Nº de Oficinas	2.253	2.956	131%
	Nº de Participantes	30.460	43.900	144%

ORIENTAÇÃO TÉCNICA	Número de orientações	333.891	429.038	129%
PALESTRA	Nº de Palestras	1.569	2.572	164%
RODADA	Nº de Pequenos negócios	298	1.315	441%
	Nº de Rodadas	19	69	363%
SEMINÁRIO	Nº de Participantes	10.213	25.027	245%
	Nº de Seminário	183	305	167%

Fonte SME 12/02/2015 – 10:00

O desdobramento dos indicadores de desempenho do mapa estratégico resulta em indicadores de Metas Mobilizadoras, que possibilitam o monitoramento contínuo do esforço do SEBRAE/PR para o alcance dos seus objetivos.

Quadro 26: Metas Mobilizadoras

Meta Mobilizadora	Planejado para 2015	Realizado em 2015	% Realizado
Meta 1 - Ampliar o número de empresas atendidas pelo Sistema Sebrae	139.651	161.538	115,7%
Meta 2 - Ampliar a quantidade de empresas atendidas pelo Sebrae com soluções específicas de inovação	15.850	19.367	122,2%
Meta 3 - Número de MEIs Atendidos	54.571	66.962	122,7%
Meta 4 - Número de Micro Empresas Atendidas	69.400	76.390	110,1%
Meta 5 - Número de Pequenas Empresas Atendidas	15.500	18.186	117,3%
Meta 6: Ampliação do número de municípios com a Lei Geral implementada	155	204	131,6%
Meta 7 - Fidelização de Clientes	50%	52,90%	105,8%

Fonte SME 12/02/2015 – 10:00

Metas mobilizadoras tiveram grande realização em 2015, cumprindo em todos os portes de empresas a realização superior a 100%. Para atingir essas metas investiu-se em novos pontos de atendimento, abrangência do atendimento à distância. A estratégia de atendimento em Salas do Empreendedor contribuiu, significativamente, para a meta de atendimento de MEIs.

4 GOVERNANÇA

Informações sobre a estrutura de governança e atribuições da entidade:

A base normativa da forma de atuação das instâncias de controle está estabelecida em Estatuto Social e atribuições através do Sistema de Gestão de Pessoas do Sistema SEBRAE.

4.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura básica de governança do SEBRAE/PR é composta pelos seguintes órgãos:

I - **O Conselho Deliberativo Estadual**, doravante designado simplificadamente por sigla CDE – é o órgão colegiado de direção superior, que detém o poder originário e soberano no âmbito do SEBRAE/PR;

II - **O Conselho Fiscal** – é o órgão de assessoramento do CDE para assuntos de gestão contábil, patrimonial e financeira;

III - **A Diretoria Executiva** - é o órgão colegiado de natureza executiva, responsável pela gestão administrativa e técnica do SEBRAE/PR.

4.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

4.2.1 Estrutura do Conselho Deliberativo

Composta por 13 (treze) conselheiros titulares e respectivos suplentes, pessoas físicas capazes civilmente, representantes de cada um dos associados instituidores do SEBRAE/PR. Tanto os conselheiros titulares e respectivos suplentes serão indicados pelos associados instituidores, a quem representarão no CDE, e cumprirão mandato 02 (dois) anos, sem remuneração, permitida a recondução.

4.2.2 Membros do Conselho Deliberativo Estadual

Dirigentes e Membros de Conselhos (período de jan/2015 a dez/2018)

Tabela 06 – Dirigentes e Membros do Conselho

Nome	Segmento	Entidade	Função	Período de Gestão	
				Início	Fim
Juraci Barbosa Sobrinho	Finanças	FOMENTO PARANÁ	Presidente da Agencia de Fomento do Paraná	01/01/2015	31/12/2018
Heraldo Alves das Neves	Finanças	FOMENTO PARANÁ	Conselheiro Suplente	01/01/2015	31/12/2018
Luiz Carlos Baeta Vieira	Serviços	CITPAR	Presidente do Centro de Integração e Tecnologia do Paraná	01/01/2015	31/12/2018
Rubens Maluf Dabul	Serviços	CITPAR	Presidente do Conselho de Administração - ISAB - Instituto Socioambiental Brasil	01/01/2015	31/12/2018
Rainer Zielasko	Serviços	FACIAP	Presidente do Conselho Superior	01/01/2015	31/12/2018

Guido Bresolin Junior	Serviços	FACIAP	Presidente da FACIAP	01/01/2015	31/12/2018
Ágide Meneguette	Serviços	FAEP	Presidente da FAEP	01/01/2015	31/12/2018
Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque	Serviços	FAEP	Assessor Técnico da Presidência da FAEP	01/01/2015	31/12/2018
Darci Piana	Serviços	FECOMÉRCIO	Presidente do Sistema Fecomércio SESC SENAC PR	01/01/2015	31/12/2018
Ari Faria Bittencourt	Serviços	FECOMÉRCIO	Presidente do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Desenvolvimento	01/01/2015	31/12/2018
Edson Luiz Campagnolo	Auxílio para empresas do segmento industrial	FIEP	Presidente da FIEP e do Conselho Deliberativo do Sebrae/PR	01/01/2015	31/12/2018
Evaldo Kusters	Auxílio para empresas do segmento industrial	FIEP	Vice-Presidente da FIEP	01/01/2015	31/12/2018
Elizabeth Soares de Holanda	Serviços	SEBRAE/NA	Chefe de Gabinete da Diretoria Técnica do SEBRAE/NA	01/01/2015	31/12/2018
Joana Bona Pereira	Serviços	SEBRAE/NA	Gerente Adjunta da Unidade de Atendimento Individual do SEBRAE/NA	01/01/2015	31/12/2018
Silvio Magalhães Barros II	Instituição Pública	SEPL	Secretário de Estado	01/01/2015	31/12/2018
Mario José Doria da Fonseca	Instituição Pública	SEPL	Coordenador do Fórum	01/01/2015	31/12/2018
Zaki Akel Sobrinho	Instituição de Ensino	UFPR	Reitor da Universidade Federal do Paraná.	01/01/2015	31/12/2018
Joel Souza e Silva	Instituição de Ensino	UFPR	Chefe do Departamento de Administração Geral e Aplicada	01/01/2015	31/12/2018
Ercílio Santinoni	Serviços	FAMPEPAR	Presidente do Conselho Deliberativo da Fampepar	01/01/2015	31/12/2018
Jonas Bertão	Serviços	FAMPEPAR	Presidente da FAMPEPAR	01/01/2015	31/12/2018
Edson Pascoal Cardozo	Bancário	BANCO DO BRASIL	Superintendente Estadual do Banco do Brasil	01/01/2015	31/12/2018
Pablo Marcelo Favoretto	Bancário	BANCO DO BRASIL	Gerente de Negócios – Superintendência de Varejo e Governo-PR do Banco do Brasil	01/01/2015	31/12/2018
Fábio Carnelós	Bancário	CEF	Superintendente Regional da CEF	01/01/2015	31/12/2018

Enilson Ferreira de Araújo	Bancário	CEF	Gerente Regional da CEF	01/01/2015	31/12/2018
João Paulo Koslovski	Serviços	OCEPAR	Presidente do Sistema OCEPAR	01/01/2015	31/12/2018
José Roberto Ricken	Serviços	OCEPAR	Superintendente Adjunto da OCEPAR	01/01/2015	31/12/2018

4.2.3 Atribuições do Conselho Deliberativo Estadual

- Eleger, dentre os conselheiros titulares, com o voto concorde de, no mínimo, 7 (sete) conselheiros, o seu Presidente, em reunião especialmente convocada para esse fim;
- Eleger, com o voto concorde de, no mínimo, 7 (sete) conselheiros, o Diretor Superintendente, os demais Diretores do SEBRAE/PR e os membros titulares do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, em reunião especialmente convocada para esse fim;
- Destituir, com voto concorde de, no mínimo, 9 (nove) conselheiros, em reunião especialmente convocada para esse fim, o Diretor Superintendente, qualquer dos demais Diretores ou qualquer dos membros do Conselho Fiscal, titular ou suplente;
- Aprovar a discriminação das áreas de atuação setorial dos membros da Diretoria Executiva;
- Fixar remuneração dos membros da Diretoria Executiva;
- Elaborar e aprovar o Regimento Interno do próprio CDE;
- Aprovar o Regimento Interno do Conselho Fiscal;
- Aprovar o Regimento Interno do SEBRAE/PR;
- Decidir sobre as políticas, diretrizes e prioridades de aplicação de recursos, em consonância com as deliberações do CDN (Conselho Deliberativo Nacional), para o Sistema SEBRAE;
- Aprovar o Plano Plurianual e o Orçamento Anual;
- Aprovar as prestações de contas do SEBRAE/PR;
- Designar os representantes do SEBRAE/PR em órgãos colegiados de instituições nacionais;
- Estabelecer, mediante resolução específica, regras sobre o processo de eleição de seu Presidente, do Diretor-Superintendente e demais Diretores e dos membros titulares do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, observadas as normas que a respeito o CDN tiver baixado;
- Aprovar viagens ao exterior de representação, serviço ou estudo de conselheiros do próprio CDE, membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e convidado, assim como estabelecer normas a respeito dessas viagens, aplicáveis inclusive aos empregados e consultores externos do SEBRAE/PR;
- Aprovar o sistema de Gestão de Pessoas, compreendendo o quadro pessoal, o plano de cargos e salários, os critérios de avaliação de desempenho e os benefícios do SEBRAE/PR, bem como aprovar os reajustamentos salariais;
- Aprovar as propostas de alienação ou de oneração de bens imóveis;
- Decidir sobre a aceitação de doação com encargos;
- Decidir sobre a extinção da entidade e destinação de seus bens;
- Decidir sobre os pedidos de afastamento temporário dos membros da Diretoria Executiva, dispondo a respeito da concessão, ou, de remuneração, quando se tratar de casos de suspensão do contrato de trabalho;
- Fiscalizar a execução das ações projetos, programas e convênios a cargo da diretoria executiva, propondo os ajustamentos necessários ao atendimento dos objetivos institucionais do SEBRAE, do SEBRAE/PR e das resoluções do CDN e Diretoria Executiva do SEBRAE;

- Deliberar sobre a alteração do estatuto;
- Apresentar ao CDN proposições fundamentais, relacionadas com a integridade, eficácia e ampliação das ações do Sistema SEBRAE;
- Aprovar a proposta de planejamento estratégico da Diretoria Executiva para os Planos e Programas do SEBRAE/PR;
- Interpretar o estatuto e decidir sobre os casos omissos.

4.2.4 Estrutura do Conselho Fiscal

Composta por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, eleito pelo Conselho Deliberativo Estadual.

4.2.5. Membros do Conselho Fiscal

Dirigentes e Membros do Conselho FISCAL (período de jan/2015 a dez/2018)

Tabela 07 – Dirigentes e Membros do Conselho Fiscal

Nome	Segmento	Entidade	Função	Período de Gestão	
				Início	Fim
João Luiz Rodrigues Biscaia	Serviços	FAEP	Diretor Financeiro	01/01/2015	31/12/2018
Dalton Celeste Rasêra	Serviços	FAEP	Consultor da FAEP	01/01/2015	31/12/2018
Gerson José Lauermann	Serviços	OCEPAR	Gerente de Desenvolvimento Auto- gestão	01/01/2015	31/12/2018
João Gogola Neto	Serviços	OCEPAR	Coordenador de Desenvolvimento Cooperativista	01/01/2015	31/12/2018
Alberto Franco Samways	Serviços	FECOMERCIO	Diretor Sindical	01/01/2015	31/12/2018
Edson Luiz Guariza	Serviços	FECOMERCIO	Assessor da presidência para assuntos do SENAC/PR	01/01/2015	31/12/2018

4.2.6 Atribuições do Conselho Fiscal

- Eleger o seu presidente;
- Elaborar proposta de seu Regimento Interno e submetê-la ao CDE;
- Examinar parecer sobre as demonstrações financeiras e prestações de contas anuais do SEBRAE/PR;
- Emitir pareceres sobre balancetes de verificação ou realizar exames específicos, sempre que o CDE solicitar;
- Emitir parecer, quando solicitado pelo CDE, sobre a alienação ou oneração de bens imóveis;
- Acompanhar a implementação, se for o caso, de medidas relacionadas com as recomendações da empresa de auditoria independente que presta serviços ao Sistema SEBRAE e de órgãos de controle externo.

4.2.7 Estrutura da Diretoria Executiva

Composta por 1 (um) Diretor Superintendente e por 2 (dois) Diretores, eleitos pelo CDE para um mandato de 02 (dois) anos consecutivos.

4.2.8 Membros da Diretoria Executiva

Membros da Diretoria Executiva do Sebrae Paraná

Tabela 08 – Membros da Diretoria Executiva

Nome	Função	Período de Gestão	
		Início	Fim
Vitor Roberto Tioqueta	Diretor Superintendente	17/06/2013	31/12/2018
Julio Cezar Agostini	Diretor de Operação	01/01/2011	31/12/2018
José Gava Neto	Diretor de Administração e Finanças	17/06/2013	31/12/2018

4.2.9 Atribuições da Diretoria Executiva

- Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, o Plano Plurianual, as regras estabelecidas, nas Diretrizes para elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento Anual do Sistema SEBRAE, bem como as políticas, diretrizes e prioridades aprovadas regionalmente pelo CDE, assim como as resoluções do CDN e da Diretoria Executiva do SEBRAE, estas últimas no que sejam aplicáveis às ações do SEBRAE/PR;
- Promover a articulação interinstitucional e definir padrões para as ações de atendimento às microempresas e empresas de pequeno porte;
- Elaborar a proposta de Regimento Interno do SEBRAE/PR e submetê-lo à aprovação do CDE;
- Expedir e cumprir as respectivas normas internas de funcionamento e operação, consoante o disposto no Estatuto e do que dispuser o Regimento interno do SEBRAE/PR;
- Elaborar e submeter à aprovação do CDE propostas de Plano Plurianual e de Orçamento Anual, e respectivas alterações;
- Elaborar e submeter à aprovação do CDE, relativamente aos instrumentos de ação administrativa, os relatórios de acompanhamento e avaliação semestrais;
- Executar o Orçamento do SEBRAE/PR;
- Aprovar os planos de trabalho e orçamentos das áreas de supervisão de cada uma das diretorias;
- Buscar a captação de recursos, de fontes não previstas expressamente no Estatuto, afim de ampliar as ações do SEBRAE/PR;
- Submeter para aprovação do CDE a realização de viagens ao exterior de serviço, estudo ou representação, de diretores ou convidados;
- Elaborar proposta do Sistema de Gestão de Pessoas, compreendendo o Quadro de Pessoal, o Plano de Cargos e Salários, os critérios de avaliação e desempenho e os benefícios do SEBRAE/PR, submetendo a matéria ao CDE;
- Manifestar-se, quando solicitada, sobre questões da competência do CDE;
- Comunicar ao CDE a ocorrência de irregularidades no SEBRAE/PR;
- Executar atribuições conexas e correlatas que lhe forem confiadas pelo CDE.

4.3 Atuação da auditoria interna

4.3.1 Estrutura da auditoria interna

Composta por 03 colaboradoras, sendo uma Coordenadora.

4.3.2 Atribuições da auditoria interna

- Assessorar a Diretoria do SEBRAE/PR em relação à legislação que afeta o Sistema SEBRAE, Estatuto Social, diretriz nacional e estadual, normas internas e plano de trabalho;
- Transmitir orientações à Diretoria e as áreas internas do SEBRAE/PR, advindas da coordenação do SEBRAE/NA e dos órgãos fiscalizadores de suas atividades, notadamente da Controladoria Geral da União (CGU), através da Secretaria Federal de Controle, e do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Prestar apoio técnico ao grupo de colaboradores do SEBRAE/PR e parceiros de negócios;
- Elaborar Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, incluindo a avaliação dos processos do SEBRAE/PR e demais atividades atribuídas à auditoria interna, submetendo-o a Diretoria e Conselho Fiscal;
- Elaborar Relatórios de Auditoria contendo pontos observados nos processos, manifestando-se sobre os controles internos, através de recomendações de melhorias;
- Acompanhar a execução dos trabalhos de auditoria independente, como também as realizadas por órgãos fiscalizadores;
- Avaliar riscos e controles associados a processos, com base na metodologia de auditoria com foco em risco. Tal metodologia visa melhorias de governança, no tocante ao componente relacionado à gestão de riscos e controles internos e, conseqüentemente para o alcance dos objetivos organizacionais.

4.3.3 Atuação da Auditoria Interna

a) Posicionamento da auditoria na estrutura orgânica da entidade e processo de escolha do chefe da unidade.

Na estrutura organizacional da entidade, a Assessoria de Auditoria Interna se reportada ao Diretor Superintendente. Quanto à escolha da Coordenação da Assessoria de Auditoria Interna é realizada através de processo seletivo, conduzido por empresa licitada.

b) Demonstração da sistemática do monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna.

O monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da Auditoria interna é feito pela confirmação da implementação dos planos de ação e a realização de testes.

Observadas as datas de implementação dos planos de ação, é enviado um e-mail ao gestor responsável pelo plano de ação questionando a confirmação da implementação. Em caso afirmativo, a auditoria interna realiza os devidos testes, para averiguar a efetividade da implementação.

Os follow-ups realizados pela auditoria interna, consideraram a ausência de resposta ao e-mail de confirmação sobre a implementação dos planos de ação, como “Não Implementado – Enviado para Repactuação”. Os planos de ação não implementados nas datas acordadas

deverão ter suas datas repactuadas junto à DIREX através de uma autorização formal (Termo de Repactuação), em seguida ser apresentado à Auditoria Interna.

Os follow-up dos processos auditados pela Auditoria Externa são monitorados pela Auditoria Interna.

- c) *Eventuais redesenho feito recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da unidade jurisdicionada, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.*

Não houve mudanças na estrutura organizacional da Auditoria Interna. Última realizada foi em 2011.

- d) *Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade jurisdicionada.*

O PAAAI da Unidade Jurisdicionada do Paraná, é aprovado pela Diretoria Executiva e enviado ao Órgão controlador – CGU, para conhecimento dos trabalhos propostos para o exercício. As avaliações das atividades são por ordem de relevância e para tanto, é utilizado o cronograma das atividades, para monitorar o que já foi realizado versus a realizar. Quanto às constatações evidenciadas nos trabalhos, se recomenda ao responsável do processo auditado, que adote um plano de ação de melhoria, como também, informe a data da implantação, auxiliando a auditoria interna quando da realização dos trabalhos de follow-up.

4.4 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

No exercício de 2015 não houve ocorrência registrada.

4.5 Gestão de riscos e controles internos

O SEBRAE/PR em relação aos controles internos busca orientar e capacitar seus colaboradores. Zelar pela qualidade e funcionamento; a mitigar os riscos de seus processos e negócios; garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas; em atendimento aos normativos, leis, regulamentos e código de ética que regem a entidade; salvaguardar seus recursos e evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e eficiência de suas operações frente ao cenário econômico, a fim de não comprometer os objetivos institucionais traçados.

Na sequência, a avaliação dos dirigentes quanto à qualidade e suficiência dos controles internos administrativos para garantir a consecução dos seus objetivos estratégicos:

Tabela 09 – Avaliação dos Elementos de Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	

3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5

28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Escala de valores da Avaliação: (1). Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2). Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3). Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4). Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5). Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

O gerenciamento de riscos pela entidade, possibilita alinhar as estratégias e objetivos de negócio, favorecendo o alcance dos resultados. Citamos os componentes utilizados pela entidade para o gerenciamento dos riscos:

- Ambiente Interno – É abordado aspectos culturais da entidade, para identificar os riscos por parte da equipe interna, assim como: apetite integridade e valores éticos para o gerenciamento dos riscos;
- Fixação dos objetivos – Os objetivos são caracterizados pelas metas estratégicas da entidade. Essa etapa se caracteriza por avaliar e definir se os objetivos estão alinhados com a missão da entidade e se compatíveis com o apetite a riscos;
- Identificação de eventos – Os eventos internos e externos são considerados como as variáveis que podem influenciar o atendimento aos objetivos estratégicos. Esses eventos são classificados entre riscos e oportunidades, de forma a estabelecer um processo de administração que os considere tanto no que tange a mitigação;
- Avaliação de riscos – É realizada análise quanto a probabilidade e o impacto dos riscos, de forma a estabelecer as formas como esses serão gerenciados;
- Resposta a risco – São praticadas ações às evidências de risco – evitar, aceitar, reduzir ou transferir – concebendo medidas para alinhar com o apetite a risco;
- Informações e comunicações – As informações relevantes são identificadas, coletadas e reportadas de forma que permitam o cumprimento de suas responsabilidades. A comunicação aborda aspectos gerenciais e prática de gerir riscos;
- Monitoramento – São aplicados monitoramento e revisões para garantir o gerenciamento eficaz dos riscos. Realizado através de ferramentas próprias e atividades gerenciais, considerando que as avaliações são periódicas.

4.6 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

De acordo com o Art.9, VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

A Remuneração dos seus diretores está demonstrada na tabela abaixo.

Quadro 27 – Remuneração a Dirigentes

Cargo	Remuneração Mínima	Remuneração Máxima
Diretor	37.377,00	43.278,00
Nota informativa: o Sistema SEBRAE não está vinculado ao limite de teto remuneratório da administração pública federal, conforme Acórdão nº 2.788/2006 - 1º Câmara - TCU.		

4.7 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

O Sistema SEBRAE possui contrato com a empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes, oriundo da Concorrência (processo licitatório) 10/2011. O contrato, firmado sob o número 107/2012, tem vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos ou fração até o limite de 60 meses, considerando o período inicial. A prorrogação do contrato se dá por meio de aditivos aprovados pelo Conselho Deliberativo do SEBRAE, demandante do serviço.

Conforme aditivo vigente ao contrato, os serviços contratados compreendem os trabalhos de auditoria contábil, com emissão de opinião dos auditores sobre as demonstrações financeiras em período anual, bem como revisões trimestrais, para as 27 unidades estaduais do Sistema SEBRAE e o SEBRAE Nacional, ao custo de até R\$ 2.731 mil.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 Canais de acesso do cidadão

Ouvidoria

A Ouvidoria SEBRAE/PR dispõe de canal, com formulário próprio, disponível no portal Nacional www.sebrae.com.br e no portal estadual www.sebraepr.com.br, assim como urna de ouvidoria disposta em cada uma das seis regionais pertencentes ao Estado do Paraná.

O público interno, estagiários, terceiros, colaboradores, gestores, dirigentes e conselheiros, contam com acesso ao canal de ouvidoria por meio de formulário próprio disponível na intranet, sendo possível ao manifestante solicitar o sigilo da sua identidade.

Os clientes, colaboradores e demais partes interessadas também podem acessar a ouvidoria por e-mail – ouvidoria@pr.sebrae.com.br, por telefone e presencialmente. São ainda monitoradas e encaminhadas para tratamento na Ouvidoria as manifestações típicas de ouvidoria identificadas nas mídias sociais.

A Instrução Normativa INS 49-00, de outubro/2012, do Sebrae Nacional, e a Norma Interna NI 25-00, de maio de 2013, do Sebrae Paraná, disciplinam as atividades da Ouvidoria SEBRAE/PR, com o estabelecimento de normas e procedimentos para o funcionamento da Ouvidoria. O Código de Ética SEBRAE/PR; a Política de Atuação nas Redes Sociais e a Política de Segurança da Informação e Comunicação, constituem as principais referências normativas da Ouvidoria. De acordo com os documentos que regulam a Ouvidoria SEBRAE/PR as manifestações podem ser identificadas ou anônimas, constituindo indícios que devem ser apurados pelas unidades competentes.

Para verificar as soluções e respostas encaminhadas aos clientes e demais partes interessadas, a Ouvidoria SEBRAE/PR interage com todas as Unidades, Regionais e escritórios envolvidos nas manifestações. As ocorrências são encaminhadas aos responsáveis e monitoradas as soluções e o tratamento dado aos assuntos dos clientes e demais partes interessadas.

Neste exercício as manifestações, em sua maioria, se referiram a reclamações de clientes, cujas necessidades foram identificadas e tratadas no SEBRAE/PR.

Em 2015, a Ouvidoria SEBRAE/PR recebeu 156 manifestações de clientes externos e internos típicas de ouvidoria – reclamações, críticas, denúncias, sugestões e elogios. Destas, foram concluídas 143 ocorrências; 13 encontram-se em tratamento e nenhuma em aberto.

No exercício de 2014, a Ouvidoria SEBRAE/PR recebeu 238 manifestações de clientes externos e internos típicas de ouvidoria – reclamações, críticas, denúncias, sugestões e elogios.

No ano de 2015, nenhuma ocorrência foi tratada no âmbito da Comissão de Ética.

Com a perspectiva da qualidade na gestão, a Ouvidoria atende o público externo, em especial os clientes dos produtos SEBRAE/PR, os fornecedores e partes interessadas na atuação do SEBRAE/PR. Dá tratamento às manifestações ou as encaminha para as providências cabíveis no âmbito do SEBRAE/PR e dos escritórios e regionais.

5.2 Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Decreto 6.932/2009 e tem por objetivo informar o cidadão dos serviços prestados órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

O SEBRAE, por ser um Serviço Social Autônomo, constituído sob a forma de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, desvinculado da entidade da administração pública, por força da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto 99.570, de 09 de outubro de 1990, não se enquadra como órgão ou entidade do Poder Executivo Federal, portanto não está sujeito ao regramento.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Esse item está relacionado ao Decreto 6.923/2009, que institui a necessidade de que os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal realizem, periodicamente, pesquisas de satisfação junto aos usuários de seus serviços e utilizem os resultados para reorientar e ajustar os serviços prestados, em especial no que se refere aos compromissos e padrões de qualidade de atendimento divulgados na Carta de Serviços ao Cidadão.

O Sebrae, por ser um Serviço Social Autônomo, constituído sob a forma de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, desvinculado da entidade da administração pública, por força da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto 99.570, de 09 de outubro de 1990, não se enquadra como órgão ou entidade do Poder Executivo Federal, portanto não está sujeito ao regramento.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade

O SEBRAE/PR utiliza a página denominada Transparência, através do portal internet para informar a sociedade sobre dados inerentes às atividades desenvolvidas, para que possam saber onde e como foram aplicados os recursos geridos pelo SEBRAE/PR. Esta página visa criar um ambiente para visualização de informações relativas às atividades operacionais do SEBRAE/PR, em seus processos de pagamentos, nas relações empresariais com seus fornecedores públicos e privados e nos processos de seleção pública. Assim sendo, acesse: www.sebraepr.com.br Menu A-Z/Transparência. <http://goo.gl/yxxAWI>

Esta página contém seis menus com informações sobre orçamentos, funcionários e contratos, são eles:

- O SEBRAE/PR: Onde está descrito a Missão, Visão e Valores. Link <http://www.sebraepr.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/O-Sebrae-no-Paran%C3%A1> ;
- Regulamentos e Estatutos: Links para downloads. Link <http://www.sebraepr.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/Regulamentos-e-Estatutos> ;
- Orçamento: Esta página visa criar um ambiente para visualização de informações relativas às atividades operacionais do SEBRAE/PR, em seus processos de pagamentos, nas relações empresariais com seus fornecedores públicos e privados e nos processos de seleção pública. Link <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Orcamento> ;

- Fornecedores: Link para download das lista de fornecedores
<http://www.sebraepr.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/Fornecedores> ;
- Colaboradores e Dirigentes: Listagem de Colaboradores e Dirigentes do SEBRAE/PR. Link
<http://www.sebraepr.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/Colaboradores-e-Dirigentes> ;

Licitações: O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná - SEBRAE/PR realiza licitações normatizadas pela Resolução CDN n. 213/2011 de 18.05.2011, publicada no D.O.U. em 26.05.2011. <http://www.sebraepr.com.br/sites/PortalSebrae/licitacoes>

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Desempenho financeiro no exercício

Quadro 28 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL							
Ativo	2014	2015	Δ %	Passivo	2014	2015	Δ %
Circulante	39.950	52.486	31%	Circulante	10.959	12.030	10%
Não Circulante	29.297	31.174	6%	Não Circulante	890	191	-79%
Realizável a Longo Prazo	16.287	18.028	11%	Patrimônio Líquido	57.398	71.439	24%
Imobilizado	12.985	13.126	1%				
Intangível	25	20	-20%				
TOTAL	69.247	83.660		TOTAL	69.247	83.660	

Fonte: UCF/Contabilidade

Explicação para variações superiores a 15% entre 2014 e 2015 – Ativo e Passivo – Balanço Patrimonial

Quadro 29 – Explicativo sobre variações – Balanço Patrimonial

Ativo (R\$ mil)	2014	2015	2014 x 2015	Explicação para variações superiores a 15% entre 2014 e 2015
Circulante	39.950	52.486	31%	Aumento no saldo das contas de aplicação financeira.
Intangível	25	20	-20%	Redução por conta da amortização dos bens pertencentes a este grupo.

Quadro 30 – Explicativo sobre variações – Comparativo 2014/15

Passivo (R\$ mil)	2014	2015	2014 x 2015	Explicação para variações superiores a 15% entre 2014 e 2015
Não Circulante	890	191	-79%	Redução na conta de provisão trabalhista.
Patrimônio Líquido	57.398	71.439	24%	Aumento em função do superávit do exercício de 2015.

6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2,22% (imóveis) a 20,00%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual. Os Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Tabela 10 – Vida Útil de Depreciação

Edifícios	45 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-Emprego patrocinado pela Entidade.

6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O SEBRAE/PR procura manter compatibilidade conceitual das receitas e despesas orçamentárias com as contábeis (patrimoniais) ao utilizar o mesmo regime de competência contábil para as despesas e receitas correntes orçamentárias. Nesse sentido, o Sistema de Orçamento é utilizado como Sistema de Custos ao adotar o regime de competência para apurar o custo direto de projetos.

6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

O Sistema SEBRAE não segue a lei 4.320/64 e sim a lei nº11.638/2007 (antiga lei nº6.404/76) para a elaboração de suas Demonstrações Contábeis e respectivas CPCs para suas Notas Explicativas.

Demonstrações financeiras do SEBRAE/PR que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas conforme descrito no Anexo IV.

7 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1 Gestão de pessoas

7.1.1 Estrutura de pessoal da Unidade

Quadro 31 – Estrutura de pessoal do SEBRAE/PR

Força de Trabalho – SEBRAE/PR				
Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funcionários Efetivos (1.1 + 1.2)	-	276	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Temporários	-	07	-	-
3. Terceiros	-	53	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	336	-	-

Distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos colaboradores do SEBRAE/PR

Quadro 32 – Distribuição de Pessoal – Área Meio e Fim

Distribuição da Lotação Efetiva		
Tipologia dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Funcionários Efetivos (1.1 + 1.2)	113	163
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-
2. Temporários	5	2
3. Terceiros	22	31
4. Total de Servidores (1+2+3)	140	196

Estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas do SEBRAE/PR

Quadro 33 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do SEBRAE/PR				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Gerentes	-	17	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas (coordenadores)	-	15	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-		-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-		-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-		-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	-	32	-	-

7.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 34 – Demonstrativo de Despesas com Pessoal

Demonstrativo das despesas com pessoal											
Tipologias/ Exercícios		Remuneração (salário e taxa de coordenação)	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Despesas executadas no contrato	Benefícios	Encargos Sociais Trabalhistas			
Funcionários Efetivos											
Exercícios	2015	31.362.572,51	0	0	0	0	7.151.393,49	9.548.277,73	0	0	48.062.243,73
	2014	27.769.122,73	0	0	0	0	5.985.090,26	8.112.028,87	0	0	41.866.241,86
Terceiros e Temporários											
Exercícios	2015	0	0	0	0	3.465.409,20	0	0	0	0	3.465.409,20
	2014	0	0	0	0	2.861.756,78	0	0	0	0	2.861.756,78
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

7.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O SEBRAE/PR através de uma consultoria externa, mapeou todos os riscos possíveis e inerentes da Unidade de Gestão de Pessoas, com uma matriz de possíveis riscos. A partir desse mapeamento, ou seja, do conhecimento dos possíveis riscos, foram avaliados os controles e novos foram estabelecidos e os mesmos testados para assegurar sua efetividade. Continuamente os controles são monitorados.

7.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

7.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Sedes Próprias sendo que as mesmas não compõem a estrutura da União

Tabela 11 – Sedes Próprias

Regional	Escritório	Descrição ou Endereço do Imóvel	Área Total (M²)
LESTE	Curitiba	Rua Caeté, 150	8985
NORTE	Londrina	Av. Santos Dumont, 1335	1280
	Jacarezinho	Rua Coronel Figueiredo, 749	324
NOROESTE	Maringá	Av. Bento Munhoz da Rocha Neto, 1116	780
OESTE	Cascavel	Av. Presidente Tancredo Neves, 1262	1020
SUDOESTE	Pato Branco	Av. Tupi, 333	2034

7.2.2 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Para melhor desempenhar suas atividades em nosso estado, além das 6 sedes próprias, o SEBRAE/PR, contou em 2015 com 14 imóveis locados, conforme relação abaixo:

Tabela 12 – Imóveis Locados

Regional	Escritório	Cto n.º	Locador	Descrição ou endereço do imóvel	Área total (m²)	Contrato vigente até	Valor da locação (r\$)
LESTE	Curitiba	37/11	Referência Corretora e Administradora de Imóveis	Rua Alameda Júlia da Costa, 181	n/c	07.05.16	3.000,00
	Paranaguá	01/13	Yahia Hamud	Av. Gabriel de Lara, 1404	220	01.04.16	6.640,48
CENTRO	Ponta Grossa	01/14	Venture Administradora de bens Ltda	Lote Urbano n° 15/13 A-2 da quadra n° 07	800	12.08.21	16.044,58
	Guarapuava	02/13	Francisco Alberto Bochnia	Rua Arlindo Ribeiro, 892	360	20.11.15	7.000,33

NORTE	Londrina	06/15	Getúlio Bastos de Almeida	Av. Santos Dumont, 1287	800	25.05.16	5.400,00
	Apucarana	13/13	Vidraçaria Moreira Ltda	Av. Irati, 591	450	30.04.19	9.138,79
	Ivaiporã	02/15	Alcides Antonio Olbermann	Av. Minas Gerais, 530	355	02.02.20	3.700,00
NOROESTE	Maringá	02/15	Out-mar Painéis e Cartazes	Av. Bento Munhoz da Rocha Neto, 1116	1682	02.02.20	19.000,00
	Campo Mourão	02/14	Ody Salvadori Sandy Saavedra	Rua Santa Cruz, 1085	628,5	03.11.17	9.500,00
	Paranavaí	03/13	Jamil Abou Nouh	Rua Souza Naves, 935	194,55	01.10.16	3.119,18
	Umuarama	04/13	Nilson Destro	Av. Paraná, 7200	953,04	01.10.19	7.000,00
OESTE	Foz do Iguaçu	01/15	José Alcides Rossetto	Rua das Guianas, 151	384	18.01.16	674,31
		207/12	José Alcides Rossetto	Rua das Guianas, 151	375	08.01.16	3.044,43
	Toledo	03/15	José Carlos Dal Bosco	Av. Parigot de Souza, 2339	871	14.04.20	7.900,00
SUDOESTE	Francisco Beltrão	05/15	Miriam Regina Zanatta	Rua Ponta Grossa, 2509	484	27.08.25	7.000,00
Valor total (por mês) das locações vigentes							108.162,10

Foram relacionadas no quadro acima, apenas os contratos que estavam vigentes em 31/12/2015.

Cada escritório regional possui uma empresa de manutenção licitada para execução das ações de manutenção preventivas e corretivas.

Além dos contratos regionais, o SEBRAE/PR, possui um contrato estadual, que concentra as ações de maior complexidade, como grandes reformas, alterações de layout.

A agenda para execução dessas atividades é alinhada com os respectivos gerentes no início de cada exercício.

7.3 Gestão da tecnologia da informação

7.3.1. Principais sistemas de informações

Figura 05 - Relação dos Sistemas e as Funções

Nome	Classificação do sistema	Descrição	Sistema ou módulo	Características da arquitetura	Linguagem de desenvolvimento	Banco de dados
Administração	Apoio	Gestão de unidades e estrutura do SEBRAE/PR.	Módulo	Web	Java	Oracle
Banco de Produto	Apoio	Módulo do SMART para controle de produtos.	Sistema	Web	Java	Oracle
Beneflex	Apoio	Controle e gestão de benefícios para funcionários.	Sistema	Web	Flex	Oracle
Coordenação	Apoio	Funcionalidades de inadimplência e relatórios.	Módulo	Web	Java	Oracle
Credenciados	Apoio	Gestão e monitoramento dos credenciados.	Sistema	Web	Java	Oracle
Demanda	Apoio	Abertura de demandas internas entre as unidades do SEBRAE/PR.	Módulo	Web	Java	Oracle
Estoque	Apoio	Requisição de materiais de consumo, emissão de relatórios e gestão. (integrado com ERP)	Módulo	Web	Java	Oracle
Fluxo de Viagem	Apoio	Controle do adiantamento e prestação de contas de diárias de viagem.	Sistema	Web	Java	Oracle
Gestão de Pessoas	Apoio	Cadastro de áreas de conhecimento e manutenção de perfil de usuários.	Módulo	Web	Java	Oracle
Gestão Orçamentária	Apoio	Acompanhamento e controle orçamentário.	Sistema	Web	Flex	Oracle
Grupos	Apoio	Agrupamento e classificação de clientes.	Módulo	Web	Java	Oracle
Intera	Apoio	Portal Corporativo do SEBRAE/PR.	Sistema	Web	Opentext	Oracle
Municípios	Apoio	Cadastro de informações sobre os municípios.	Módulo	Web	Java	Oracle
Permissão	Apoio	Controle de permissões dos sistemas.	Módulo	Web	Java	Oracle
Público Alvo	Apoio	Vinculação de clientes a público alvo específico.	Módulo	Web	Java	Oracle
Relatórios	Apoio	Relatórios diversos.	Módulo	Web	Java	Oracle
Reserva de Sala	Apoio	Reserva e gestão de salas.	Módulo	Web	Java	Oracle
Service Desk	Apoio	Gestão de requisições e incidentes.	Sistema	Client Server e Web	Automatos	Oracle
UC	Apoio	Gestão e controle das inscrições na Universidade Corporativa.	Módulo	Web	Java	Oracle
ALI	Atendimento	Módulo do SMART para cadastramento dos ALI's e tutores.	Módulo	Web	Java	Oracle
Campanha	Atendimento	Gerenciamento de campanhas.	Sistema	Web	Java	Oracle
Central de Negócios	Atendimento	Gestão e monitoramento das centrais de negócio.	Módulo	Web	Java	Oracle
Central Fácil	Atendimento	Gestão de atendimento e protocolos.	Módulo	Web	Java	Oracle
Clientes	Atendimento	Funcionalidades para a central de relacionamento.	Módulo	Web	Java	Oracle
Comércio Varejista	Atendimento	Diagnósticos e relatórios do comércio varejista.	Módulo	Web	Java	Oracle
CRM Atendimento	Atendimento	Módulo do SMART de atendimento e relacionamento com o cliente.	Sistema	Web	Java	Oracle
Loja Virtual	Atendimento	Gerenciamento da Loja Virtual.	Sistema	Web	Java	Oracle
Negócio a Negócio	Atendimento	Gestão e monitoramento do programa Negócio a Negócio.	Sistema	Web	Java	Oracle
Prosperar	Atendimento	Configuração e gerenciamento do programa Prosperar. (descontinuado)	Sistema	Web	Java	Oracle
Questionário	Atendimento	Gerenciamento de questionários e diagnósticos.	Módulo	Web	Java	Oracle
Sebrae Relacionamento	Atendimento	Gerenciamento do programa SEBRAE Relacionamento.	Módulo	Web	Java	Oracle
Sebrae Responde	Atendimento	Gerenciamento de perguntas e respostas. (utilizado no portal institucional)	Módulo	Web	Java	Oracle
SMART	Atendimento	Sistema de Relacionamento do SEBRAE	Sistema	Web	Java	Oracle
Tele Atendimento	Atendimento	Relatórios de atendimento. (substituído pelo Clientes)	Módulo	Web	Java	Oracle
BI	BI	Análise de dados através da ferramenta Qlikview.	Sistema	Client Server e Web	QlikView	Oracle
Protheus Totvs	Gestão	Gestão financeira, contabilidade e recursos humanos.	Sistema	Client Server e Web	ADVPL	Oracle
RM (Totvs)	Gestão	Controle de Convênios (módulo Prestcontas) e Avaliação de Competências (módulo SGP). (disponibilizado pelo SEBRAE Nacional)	Sistema	Client Server e Web	.Net	SQL Server
ALI	Portal	Divulgação de projeto. (integrado com o módulo gestão e monitoramento)	Sistema	Web	Java	Oracle
Credenciados	Portal	Divulgação de editais. (integrado com o módulo gestão e monitoramento)	Sistema	Web	Java	Oracle
Lei Geral	Portal	Divulgação de projeto e dados. (utilizado por todos os Estados)	Sistema	Web	Java	Oracle
PAPPE	Portal	Divulgação de projeto. (descontinuado)	Sistema	Web	Java	Oracle
Portal Internet	Portal	Portal institucional.	Sistema	Web	Opentext	oracle
Prisma	Portal	Banco de Ideias do SEBRAE/PR.	Sistema	Web	.Net	SQL Server
Prosperar	Portal	Divulgação de projeto. (integrado com o módulo gestão e monitoramento - descontinuado)	Sistema	Web	Java	Oracle
SEBRAETEC	Portal	Divulgação de projeto. (integrado com o módulo gestão e monitoramento)	Sistema	Web	Java	Oracle

7.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do SEBRAE/PR (PDTI 2015) reflete o empenho da Diretoria do SEBRAE/PR em alavancar a atuação estratégica da Unidade de Tecnologia da Informação – UTI, adotando elevados padrões de governança e aderindo às melhores práticas de gestão da tecnologia da informação.

O PDTI está orientado a maximizar o uso dos recursos aplicados em favor da missão constitucional do SEBRAE/PR e na busca constante da melhoria contínua.

Este plano foi construído em harmonia com o Plano Estratégico Institucional do SEBRAE/PR e compreende todas as ações de TI indispensáveis para o desenvolvimento dos objetivos estratégicos da Instituição, atendimento das recomendações dos órgãos de auditoria, bem como às oportunidades

de melhoria da Pesquisa Sinergia e do Relatório de Autoavaliação Assistida (AAA) do Programa SEBRAE de Excelência em Gestão (PSEG).

Este documento busca, de forma resumida, direcionar os esforços da Unidade da Tecnologia da Informação, no sentido de atingir os objetivos estratégicos do Sebrae com foco nos resultados, orientado aos clientes e na direção firme ao SEBRAE 2022.

Comitê Gestor de TI: composição, reuniões que ocorreram no período e as principais decisões tomadas:

- Definir e priorizar ações e projetos de TI, com foco em curto, médio e longo prazos, alinhando e dimensionando processos, pessoas e recursos para implementação dos mesmos;
- Garantir que o modelo de governança de TI aplicado esteja em consonância com as melhores práticas de mercado, necessidades do Negócio e considerando os requerimentos externos (legislação, normas, etc.);
- Comprovar os benefícios tangíveis evidenciando os benefícios intangíveis dos investimentos, bem como resultados e impactos (ex: Impacto estratégico, no cliente, econômico-financeiro, na cadeia de valor, inovação, operacional, etc.), promovendo a transparência e a credibilidade da TI;
- Estimular o pensamento estratégico, definindo mecanismos, processos e ferramentas para:
- Monitoramento de cenários internos da TI: diagnósticos, evolução e necessidades tecnológicas, nível de maturidade, etc;
- Monitoramento de cenários externos da TI: identificação tendências e oportunidades criadas por novas tecnologias ou novas formas de sua aplicação, com impacto nos processos de negócio;
- Avaliar e monitorar indicadores vinculados às estratégias, ações estratégicas e projetos.
- Deveres e responsabilidades;
 - Para cumprimento de suas atribuições, os membros do Comitê Diretor de TI, deverão:
 - Tornar o processo participativo, com responsabilidades claras;
 - Encaminhar demandas, solicitar estudos para unidades;
 - Realizar Interfaces (negociar, influenciar, etc.) com demais comitês ou áreas de negócio;
 - Compartilhar informações e comunicar/reportar suas decisões às unidades de negócio que se fizerem necessárias;
 - Tratar demandas e necessidades das áreas não consideradas no Planejamento Estratégico, considerando critérios de priorização alinhados às estratégias;
 - Recomendar mudanças, emitir pareceres sobre questões tecnológicas e de gestão.

O Comitê constituído por quatro (4) membros fixos.

- Diretoria Executiva e Assessoria
- Gerente da Unidade de Tecnologia da Informação e da Comunicação (UTIC)
- Gerente da Unidade de Gestão Estratégica (UGE)
- Consultor de TI responsável pelo portfólio de projetos (PMO)
- Convidados (conforme necessidade identificada pelo Comitê).

Reuniões do Comitê em 2015

Em 2015 ocorreu apenas uma reunião com o objetivo de aprovar projetos não relacionados no PPA 2015-2018. Nessa reunião foram apresentados 12 projetos dos quais 10 foram aprovados, conforme ATA DIREX 28/07/2015.

1. Projeto: Gestão de empresas de alto potencial. Aprovado.
2. Projeto: Novo sistema de demandas geradas para a UMC. Aprovado.
3. Projeto: Atualização INTERA. Aprovado.
4. Projeto: BI BSC. Aprovado.
5. Projeto: Sistema de Consultoria. Aprovado. Avaliar possibilidade de Inclusão do SEBRAETEC na solução de consultoria.
6. Projeto: Workflow de Convênios. Aprovado.
7. Projeto: Integração SMART x Portal de Credenciados. Aprovado. Avaliar possibilidade de ampliar o escopo para inclusão do NAN na solução.
8. Projeto: Modernização do BENEFLEX. Aprovado.
9. Projeto: SCC Eletrônica - melhorias (fase II). Aprovado.
10. Projeto: Aquisição de uma solução de gateway GSM. Aprovado.
11. Projeto: Novo Negócio à Negócio. Reprovado.
12. Projeto: Portal Credenciado para NAN. Reprovado.

Posteriormente, dada a revisão do Orçamento 2016 e da necessidade de controlarmos os gastos em 2015, alguns projetos foram adiados, permanecendo apenas os projetos abaixo:

1. Projeto: Atualização INTERA. Aprovado.
2. Projeto: BI BSC. Aprovado.
3. Projeto: Workflow de Convênios. Aprovado.
4. Projeto: Integração SMART x Portal de Credenciados. Aprovado. Avaliar possibilidade de ampliar o escopo para inclusão do NAN na solução.
5. Projeto: Modernização do BENEFLEX. Aprovado.
6. Projeto: SCC Eletrônica - melhorias (fase II). Aprovado.
7. Projeto: Aquisição de uma solução de gateway GSM. Aprovado.

A área de TI conta com 8 colaboradores efetivos e 18 terceirizados. E o plano de capacitação dos colaboradores de TI é definido no PADI - Plano de Acompanhamento do Desempenho Individual de cada colaborador, sendo validado pelo Gerente da Área.

Processos de gerenciamento de serviços TI implementados.

Todos os serviços são monitorados por software (Nagios) além das ferramentas específicas de cada tecnologia, quando aplicável (Banco de Dados por exemplo). O monitoramento é efetuado na base 24 X 7 X 365 e são disparados alarmes automáticos na ocorrência de falha.

Projetos de TI desenvolvidos no período:

Tabela 13 – Projetos de TI

PROJETO	PPA	CUSTO R\$	ÁREA	GASTO R\$	CONCLUSÃO
ATUALIZAÇÃO INTERA	SIM (1/2)	200.000,00	UMC	205.000,00	Jul/2016
BI BSC	NÃO	15.000,00	UGE	15.000,00	Dez/2015
WORKFLOW DE CONVÊNIOS (fundos de inovação – novo nome)	NÃO	35.000,00	UAN	0,00	Abr/2016

INTEGRAÇÃO SMART X PORTAL DE CREDENCIADOS	NÃO	131.178,00	UGP	131.178,00	Dez/2015
MODERNIZAÇÃO BENEFLEX	NÃO	89.792,00	UGP	78.000,00	Mar/2016
SCC ELETRONICA – MELHORIAS II	SIM DIRETORIA	29.000,00	UGAC	29.000,00	Dez/2016
GATEWAY GSM – INTERFACE CELULAR - PABX	NÃO	102.632,00	UTIC	102.632,00	Dez/2016
Migração ECM	NÃO	39.000,00	UTIC	0,00	Jul/2016
Fluxo de Viagem Sharepoint	NÃO	32.000,00	UTIC	0,00	Jul/2016
SCC Eletrônica Sharepoint	NÃO	88.000,00	UTIC	0,00	Jul/2016
Smart Campanha	SIM	680.000,00	UMC	680.000,00	Mar/2015
Smart Melhorias	SIM	290.000,00	UMC	290.000,00	Set/2015
RID Melhorias	SIM	83.000,00	UGP	83.000,00	Dez/2015
TOTAL		1.814.602,00		1.613.810,00	

Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a Unidade.

A propriedade intelectual dos sistemas desenvolvidos são garantidos ao SEBRAE/PR por cláusula contratual. Todos os códigos fontes são armazenados em bibliotecas do SEBRAE/PR, bem como sua documentação. As tecnologias utilizadas são padrão de mercado e em casos extremos podem ser analisadas e reproduzidas por qualquer técnico de mercado.

7.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

Em 2015 o projeto de Sustentabilidade passou a fazer parte das atividades da Unidade de Gestão Administrativa e Contratações – UGAC.

Para subsidiar as ações sustentáveis a serem implantadas no SEBRAE/PR foi realizada uma atualização (2ª versão) do Diagnóstico de Impacto Ambiental (DIA), por meio da metodologia Ethos. Trata-se de uma 2ª versão pois no ano de 2010 foi realizado um primeiro Diagnóstico, porém sob uma ótica diferente. O DIA tem por objetivo identificar o grau de maturidade da empresa sob os aspectos sustentáveis, por meio de vários questionários respondidos por diferentes áreas dentro do SEBRAE/PR. Ao final é obtida uma pontuação para cada critério analisado, a fim de subsidiar um plano de trabalho para as maiores lacunas identificadas. O Centro SEBRAE de Sustentabilidade (CSS), localizado junto ao SEBRAE/MT, também serviu de referência para o andamento do projeto de sustentabilidade no SEBRAE/PR, visto que o CSS já tem diversas práticas muito bem fundamentadas há vários anos.

Ainda em 2015, foi apresentado um plano de trabalho a ser desenvolvido visando a criação de processos/práticas sustentáveis dentro do SEBRAE/PR. Este plano se divide em 4 eixos: Processo

educativo, responsabilidade social para equipe interna, gestão de resíduos e redução de desperdício. O principal passo é a criação de um Comitê Executivo de Sustentabilidade, onde serão reunidas várias competências distintas para a melhor condução dos trabalhos propostos. Durante o decorrer do ano de 2016 serão implantadas diversas ações dentro do projeto de Sustentabilidade, conforme planejamento definido pelo Comitê.

Principais atividades sustentáveis já realizadas no SEBRAE/PR:

- Monitoramento mensal do consumo de água, energia, papel em todos os escritórios do SEBRAE/PR;
- Informações em edital de licitação com restrição ao emprego de menores;
- Venda de materiais descartáveis à cooperativas/empresas especializadas;
- Descarte de materiais considerados perigosos (pilhas/baterias);
- Doação ambientalmente correta dos notebooks inservíveis;
- Projeto para efficientização dos aparelhos de ar condicionado;
- Projeto para implantação de energia fotovoltaica;
- Projeto para substituição das válvulas de acionamento de descarga “convencionais” por válvulas de duplo acionamento;
- Implantação de 100% das etapas dos processos de compras por dispensa ou inexigibilidade via eletrônica, não sendo necessária mais nenhuma impressão em papel;
- Projeto para mitigação de riscos (saúde e segurança para os colaboradores);
- Destinação correta de resíduos sólidos após a prestação de serviços de jardinagem;
- Destinação adequada de lâmpadas fluorescentes usadas/queimadas;
- Utilização de paver na entrada de veículos ao invés de asfalto ou concreto; é uma aplicação que contribui para a preservação do meio ambiente;
- Gerador de energia da sede do SEBRAE/PR em Curitiba utiliza combustível biodiesel;
- Separação dos resíduos dos escritórios (papel, plástico, metal, orgânicos e recicláveis) para adequada eliminação ou reciclagem;
- Substituição dos galões de água mineral por purificadores de água (galões tem vida útil e precisam ser substituídos);
- Utilização de torneiras com vazão controlada para evitar o desperdício de água;
- Implantação de sensores de iluminação em alguns ambientes para redução do consumo de energia;
- Exigência contida no edital de licitação de substituição de fachadas para haver a destinação correta dos resíduos (totens, placas, testeiros e todas as sinalizações externas);
- Nas licitações de limpeza e conservação é exigido o fornecimento de produtos de limpeza biodegradáveis para reduzir a agressão ao meio ambiente;
- Substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de Led, as quais proporcionam significativa redução de consumo de energia e maior vida útil das mesmas.
- Implantação de caixas coletoras de papéis não utilizados ao lado das impressoras de cada unidade, a fim deste material entrar na venda de materiais recicláveis.

7.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

- Continuamos com os bons resultados oriundos da implantação de outsourcing de impressão em 2014, quando fizemos a substituição de 100% das impressoras no SEBRAE/PR por equipamentos mais modernos, com maior eficiência energética e adição de novas funcionalidades como impressão em nuvem, que permite que qualquer colaborador possa retirar seus trabalhos impressos em qualquer localidade. A implantação de sistema de liberação de impressão por crachá trouxe segurança e reduziu o desperdício de papel, além da

redução de custo. A economia obtida em papel no exercício 2015 com essa iniciativa foi de 56,919% de uma árvore; o valor economizado de R\$ 4.646,39, e o CO2 poupado de 206,2kl.

- Nesta mesma solução cabe ressaltar ainda a destinação adequada dos suprimentos das impressoras e copiadoras.
- O projeto TI Verde trouxe uma redução no consumo de energia pelos computadores através da implementação de um sistema de gerenciamento de consumo nos computadores pessoais, o que significou uma redução de gastos da ordem de 63.370,74 KWh e R\$ 29.400,84 no exercício 2015.
- A automação de processos, como SCC eletrônica e Reembolso de Despesas, que reduziu significativamente o uso e trâmite de papel, os custos da empresa e o tempo das pessoas. Ao final de 2015 100% dos processos de compras diretas (dispensa ou inexigibilidade) já estavam operando em formato integralmente digital, sem geração de impressos.

Não foram contratadas realizações de obras em 2015.

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Tratamento para o exercício de 2015

Tabela 14 – Recomendações do TCU Atendidas

Recomendações do TCU Atendidas					
Recomendações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	030.204/2013-5	7.287/2015 – TCU – Primeira Câmara	1.7	Prestação Contas 2012	Ofício 1.512-TCU/SECEX-PR, em 01/12/2015, Natureza Notificação
Descrição das Recomendações:					
Subitem 1.7.2 – Ao Controle Interno do SEBRAE/PR que dê maior ênfase à avaliação da gestão de compras, licitações e contratações.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					
UGAC – Unidade de Gestão Administrativa de Contratações					
Síntese da Providência adotada					
<p>UGAC – em relação a avaliação da gestão de compras, licitações e contratações a Unidade responsável implantou as seguintes melhorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Em 21/07/2014, foi implantada a NI nº26 – Gestão e Fiscalização de Contratos e Atas de Registro de Preços Firmados pelo SEBRAE/PR, definindo papéis, obrigações dos gestores e fiscais de contratos e Atas de Registro de Preço, como também a responsabilidade de cada; b) Adoção de novos procedimentos relacionados a solicitação do gestor quando de nova contratação; c) Da gestão por indicadores, o qual é avaliado os contratos/fornecedores visando obter informações que favoreçam em futuras contratações e objetos similares; d) Em relação a contratos com vigência e/ou execução por prazo inferior a um ano, é necessária a realização de pelo menos uma pesquisa com os demandantes internos/usuários dos serviços contratados/produtos fornecidos, para verificar sua qualidade e as oportunidades de melhorias; e) Para as unidades demandantes devem zelar pelos contratos/atas de sua responsabilidade, auxiliando gestores e fiscais, quando necessário, de modo a obter uma melhor e mais eficiente gestão de contratos /atas. <p>AAI - Assessoria de Auditoria Interna, a partir de 2014, inseriu em seu Plano de Atividades Anual de Auditoria Interna, a realização da averiguação da conformidade da gestão dos contratos. Este procedimento se tornou contínuo nas atividades da assessoria.</p>					

Ao final de cada trabalho realizado pela auditoria interna são recomendadas melhorias de procedimentos, compliance e controles internos aos responsáveis pela gestão. O monitoramento de atendimento das recomendações é realizado através do follow-up.

Não há deliberações pendentes de atendimento no ano de 2015

Tabela 15 – Deliberações do TCU - Pendentes de Atendimento

Deliberações do TCU- Pendentes de Atendimento					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição da Deliberação:					
N/A					
Justificativa para o não atendimento					
N/A					
Setor responsável pela implementação					
N/A					

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Recomendações do Órgão Controlador - posição em 31/12/2015

Tabela 16 – Recomendações do Órgão Controlador - 1

Recomendações em Monitoramento					
Expedidas pela CGU					
Ordem	Tipo	Nº	ID	Situação/Prazo	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria	201308608	88900	05/03/2016	Ofício 34026/2014 de 23/12/2014
Descrição das Recomendações:					
Recomenda-se, doravante, quando da contratação de serviços de consultoria, a adoção de prazos céleres para sua conclusão.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implantação					
UMC – Unidade de Marketing e Comunicação					
Síntese da Providência adotada					
Em relação a execução de serviços de consultoria em CRM – Gestão de Relacionamento com Clientes, o projeto está finalizado desde agosto/2013. Para os próximos projetos serão seguidas as orientações do CGU. Até o presente momento não ocorreram contratações com esse tipo de objeto.					

Tabela 17 – Recomendações do Órgão Controlador - 2

Recomendações em Monitoramento					
Expedidas pela CGU					
Ordem	Tipo	Nº	ID	Situação/Prazo	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria	201308608	88901	05/03/2016	Ofício 34026/2014 de 23/12/2014
Descrição das Recomendações:					
Recomenda-se ao SEBRAE/PR que se abstenha de efetuar despesas estranhas às finalidades da entidade, de modo a não contrariar os princípios constitucionais insculpidos no art.37 da CF/88, evitando-se gastos com festividades, eventos comemorativos e outros congêneres sem amparo legal.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					
UGAC – Unidade de Gestão Administrativa e Contratações e Diretoria de Administração e Finanças					
Síntese da providência adotada					
Ações de melhoria já implementadas desde 2013, quando da realização da auditoria da CGU, para a prestação de contas do exercício de 2012: Deixou-se de realizar contratações por inexigibilidade em tais serviços, quando os mesmos ultrapassassem os limites estabelecidos no Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, para compras dispensáveis por valor; as solicitações de contratações de serviços envolvendo despesas com alimentação, passaram a ser previamente avaliadas com mais critério pela Diretoria Executiva do SEBRAE/PR, quanto a pertinência e consonância aos objetivos institucionais, atribuindo aos Diretores a aprovação ou não de tais contratações; como medida adicional de apoio à gestão e tomada de decisão da Diretoria, foi desenvolvido relatório-resumo mensal, contendo todas as despesas com alimentação realizadas pelo SEBRAE/PR, com objetivo de monitoramento destes gastos e definições de ações corretivas julgadas necessárias com anuência da Diretoria.					

Tabela 18 – Recomendações do Órgão Controlador - 3

Recomendações em Monitoramento					
Expedidas pela CGU					
Ordem	Tipo	Nº	ID	Situação/Prazo	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria	201308608	88905	05/03/2016	Ofício 34026/2014 de 23/12/2014
Descrição das Recomendações:					
Recomenda-se ao SEBRAE/PR remunerar serviços mensurados por resultados sempre que a prestação do serviço puder ser avaliada por determinada unidade quantitativa de serviço prestado ou por nível de serviço alcançado.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					
UTIC – Unidade de Tecnologia de Informação e Comunicação					
Síntese da providência adotada					
Em 2014, foi realizada uma licitação para cobrir as necessidades do SEBRAE/PR, até que a organização esteja preparada para o uso de outra forma de medição de desenvolvimento de software. O contrato de transição prevê a medição por Ponto de Caso de Uso e Unidade de Serviço Técnico (UST), métodos seguros e amplamente aceitos. Em janeiro/2015 foi aberto processo de licitação de empresa especializada em medição de software, com objetivo de auxiliar no estabelecimento de valores base para remuneração de desenvolvimento de software e apoio na elaboração de um termo de referência para contratação de fábrica de software.					

Tabela 19 – Recomendações do Órgão Controlador - 4

Recomendações em Monitoramento					
Expedidas pela CGU					
Ordem	Tipo	Nº	ID	Situação/Prazo	Comunicação Expedida
4	Relatório de Auditoria	201308608	88907	05/03/2016	Ofício 34026/2014 de 23/12/2014
Descrição das Recomendações:					
Recomenda-se que a Entidade observe os princípios constitucionais da legalidade, da finalidade, da isonomia entre os interessados, da impessoalidade, da transparência, da moralidade e da publicidade dos procedimentos em seus processos seletivos, e adote os critérios e determinações contidos no subitem 9.3 do acórdão TCU nº 2.017/2005 – 2ª Câmara e no subitem 9.2 do acórdão TCU nº 2.305/2007 e o acórdão TCU nº 305/2011.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					
UGP – Unidade de Gestão de Pessoas					
Síntese da providência adotada					
Em 30/07/2013 foi realizada reunião com a empresa licitada, para discussão de apontamentos da CGU. Quanto as melhorias implementadas a partir de 15/10/2013.					

Tabela 20 – Recomendações do Órgão Controlador – 5

Recomendações em Monitoramento					
Expedidas pela CGU					
Ordem	Tipo	Nº	ID	Situação/Prazo	Comunicação Expedida
5	Relatório de Auditoria	201306638	129739	01/03/2016	Ofício 25062/2014 de 26/09/2014
Descrição das Recomendações:					
Recomenda-se ao SEBRAE a formalização de alterações nos objetos originalmente pactuados em contratações de qualquer natureza, ainda que essas alterações não impliquem na realização de despesas financeiras adicionais.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					
UNC - Unidade de Negócios Competitivos					
Síntese da providência adotada					
De acordo com a cláusula quarta do contrato nº153 com SENAC, estava previsto o “limite de 35 pessoas”, no treinamento. Como foram inscritas apenas 29 pessoas, pagou-se apenas o que foi realizado, ou seja, R\$3.000,00 referente a cada participante. Evitou-se pagar integralmente o objeto da proposta, uma vez que os treinamentos dependem de negociações locais com outros parceiros e com o risco também de não os realizar. Portanto não houve prejuízo ao SEBRAE/PR. Melhorias estão sendo implantadas na formalização processual para não ocorra em futuras contratações similares.					

Tabela 21 – Recomendações do Órgão Controlador - 6

Recomendações em Monitoramento					
Expedidas pela CGU					
Ordem	Tipo	Nº	ID	Situação/Prazo	Comunicação Expedida
6	Relatório de Auditoria	201306638	129740	07/03/2016	Ofício 25062/2014 de 26/09/2014
Descrição das Recomendações:					
Ainda, quando de alterações como as relatadas nos objetos pactuados em contratos, recomenda-se adicionar justificativas formais nos processos explicitando as razões que as motivaram.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					
UNC – Unidade de Negócios Competitivos					
Síntese da providência adotada					
De acordo com a cláusula quarta do contrato nº153 com SENAC, estava previsto o limite de 35 pessoas no treinamento. Como foram inscritas apenas 29 pessoas, pagou-se R\$3.000,00 referente a cada participante. O SEBRAE/PR concorda com a recomendação e reconhece que no processo não houve justificativa de formalização processual relativa a alterações efetivas no decorrer da execução do contrato, quanto às quantidades de cursos previstas e às localidades de sua realização. Foram previstos 35 treinamentos em 22 cidades do Estado, mas realizados 29 treinamentos em 11 das cidades inicialmente previstas. Melhorias estão sendo implementadas. Estaremos adicionando em casos similares, justificativas formais nos processos explicitando as razões que as motivaram.					

Tabela 22 – Recomendações do Órgão Controlador - 7

Recomendações em Monitoramento					
Expedidas pela CGU					
Ordem	Tipo	Nº	ID	Situação/Prazo	Comunicação Expedida
7	Relatório de Auditoria	201306638	129746	07/03/2016	Ofício 25062/2014 de 26/09/2014
Descrição das Recomendações:					
Recomenda-se, ainda, doravante, que a Unidade faça cumprir as obrigações dos convenientes previstas nos Planos de Trabalhos pactuados e na Norma Interna 06: realização de pelo menos três orçamentos pelos convenientes na contratação de despesas efetuadas; apresentação de termos formais de contrato entre os convenientes e prestadores de serviços por eles contratados; apresentação de relatório descritivo/detalhado atestando o alcance das metas e objetivos dos termos dos convênios pactuados. Atenção especial, contido no anexo IV, 4, item “c”, “c1” e, principalmente “c2”:					
c) a observância pelo partícipe executor, dos princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo necessária, no mínimo, a realização de cotação prévia de preços no mercado;					
c1) descrição completa e detalhada do objeto a ser contratado, e em conformidade com o Plano de Trabalho, especificando as quantidades no caso de aquisição de bens. O partícipe executor deverá providenciar três orçamentos para o objeto a ser contratado a ser anexados e apresentados quando da prestação de contas;					
c2) a não observância das obrigações impostas já citadas, implicará na devolução integral ao SEBRAE/PR dos recursos utilizados na consecução do objeto do convênio.					

Providências Adotadas
Setor responsável pela implementação
UCF – Unidade de Controladoria e Finanças / Diretoria de Administração e Finanças
Síntese da providência adotada
Em relação a atuação na fiscalização em convênios, estaremos reforçando junto aos gestores as falhas apontadas, e que monitorem de forma contínua os convênios, conforme Norma Interna nº06, de Convênios do SEBRAE/PR. O que compete ao gestor do convênio de acordo com a NI nº06: a) Acompanhar de forma eficaz a execução das ações previstas no Plano de Trabalho, peça esta integrante do convênio; b). Validar as prestações de contas parciais e final, informando conclusivamente os resultados comparados aos propostos;

Tabela 23 – Recomendações do Órgão Controlador – Pendentes 1

Recomendações Pendentes em 31/12/2015					
Expedidas pela CGU					
Ordem	Tipo	Nº	ID	Situação/Prazo Atendida em	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria	201308608	88897	26/01/2016	Ofício 34026/2014 de 23/12/2014
Descrição das Recomendações:					
Recomenda-se, doravante, que a Unidade busque aprimorar os mecanismos de controle e planejamento de contratações e compras, de modo que a utilização de dispensas de licitação sob o argumento de urgência restrinja-se às hipóteses de imprevisibilidade que lhe são afetas, consoante estabelece o inciso XI do artigo 9º do RLCSS.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					
UGAC – Unidade de Gestão Administrativa e Contratações					
Síntese da providência adotada					
A partir de 2013, quando da realização da Auditoria da CGU referente a Prestação de Contas do Exercício de 2012, não foram realizadas contratações através de dispensa emergencial. Foram implantadas melhorias de controle e planejamento de contratações e compras através de ações tais como: participação de gestores no “Programa Capacita”, disponibilizado pela CGU em 2013; realização de capacitação sobre Gestão e Fiscalização de Contratos, em maio/2014; implantação da NI 26 – Gestão e Fiscalização de Contratos e Atas de Registro de Preços firmados pelo SEBRAE/PR, em julho/2014; implantação da função do consultor de compras, cujo papel é exatamente evitar atrasos na elaboração da SCC – Solicitação de Compras e Contratações, e o comprometimento do tempo hábil requerido ao desenvolvimento do processo licitatório.					

Tabela 24 – Recomendações do Órgão Controlador – Pendentes 2

Recomendações Pendentes em 31/12/2015					
Expedidas pela CGU					
Ordem	Tipo	Nº	ID	Situação/Prazo Atendida em	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria	201308608	88898	26/01/2016	Ofício 34026/2014 de 23/12/2014

Descrição das Recomendações:
Recomenda-se, doravante, quando da realização de compras sob o argumento do inciso V do artigo 9º do RLCSS que a Unidade implemente controles que resultem na observância do prazo máximo de 90 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, estabelecido por jurisprudência do Tribunal de Contas da União.
Providências Adotadas
Sector responsável pela implementação
UGAC – Unidade de Gestão Administrativa e Contratações
Síntese da providência adotada
Aprovada e publicada em 21/07/2014 a Norma Interna nº26 – Gestão e Fiscalização de Contratos e Atas de Registro de Preços firmados pelo SEBRAE/PR, cujo objetivo é estabelecer diretrizes e procedimentos para a gestão e fiscalização de contratos e atas de registros de preço firmados pelo SEBRAE/PR.

Tabela 25 – Recomendações do Órgão Controlador – Pendentes 3

Recomendações Pendentes em 31/12/2015					
Expedidas pela CGU					
Ordem	Tipo	Nº	ID	Situação/Prazo Atendida em	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria	201308608	88902	26/01/2016	Ofício 34026/2014 de 23/12/2014
Descrição das Recomendações:					
Recomenda-se ao SEBRAE/PR adotar as providências necessárias de modo a implantar o seu MDS.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					
UTIC – Unidade de Tecnologia de Informação e Comunicação					
Síntese da providência adotada					
A metodologia foi revisada e o departamento foi reestruturado para se adequar aos novos parâmetros de governança. A equipe de TI foi readequada com a contratação de novos colaboradores para acelerar a adoção da metodologia. A partir de 2015 o Termo de Encerramento de projetos definidos no Plano Estratégico, só será firmado com o aceite do cliente e com o certificado de aderência à governança, a ser emitido pelo Gestor do Escritório de Projetos de TI.					

8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Podemos quantificar apenas um caso de dano e objeto de medidas internas administrativas adotadas pela SEBRAE/PR, para instauração e remessa ao TCU a título de **Tomadas de Contas Especiais**.

A instauração do processo se deu em 26/02/2009 e teve como fundamento a constatação de irregularidades na prestação de contas da 1ª parcela, representado pelo débito de R\$99.937,38, recursos estes repassados à entidade PTS BRASIL – Parque de Tecnologia Social, em 06/03/2009, a título de convênio nº 58/2008, com vigência de 26/02/2009 a 26/08/2010. Outros motivos fizeram parte da instauração: a inexecução do objeto pactuado, do desvio de finalidade na aplicação dos recursos, apresentação de documentos insuficientes para julgamento e aprovação das contas e

ausência de comprovação das ações previstas para o objeto do convênio “Criação da Cadeia Produtiva da Apicultura: Justa, Transparente e Sustentável – Vale do Ribeira e Costa Oeste do Paraná”.

Esgotadas as providências administrativas internas pelas regularidades e não atendimento para devolução do recurso, entendeu-se que o processo se encontrava apto a ser submetido ao Tribunal de Contas da União, para a instauração de Tomada de Contas Especial e dar outras providências.

Em 03/04/2014 – Recebemos cópias dos documentos da CGU: Relatório de Auditoria, Certificado de Auditoria, Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno de nº 194/2014, como comprovante de entrega, no Tribunal de Contas da União, do processo de Tomada de Contas Especial nº 00190.018643/2011-81, em que houve pronunciamento Ministerial (MDIC) da irregularidade das contas tratadas no processo e a conclusão que o responsável da entidade PTS Brasil encontra-se em débito com a Fazenda Nacional, pela importância de R\$175.154,36, ou seja, o valor original de R\$99.937,38 atualizado monetariamente e acrescidos de juros legais de mora no período de 06/03/2009 a 10/02/2014, na forma da Decisão TCU nº1.122/2000 – Plenário e do Acórdão 1.603/2011, com alterações do Acórdão 1.247/2012 – ambos do Plenário – TCU.

Em 26/09/2014, através do Ofício 0950/2014 – TCU/SECEX-PR, obtivemos informações ou esclarecimentos da TC nº 009.995/2014-5, com o seguinte teor:

“Autuado para apurar possíveis irregularidades na prestação de contas do convênio nº 58/2008 – 00190.0186432/2011-81, firmado entre o Parque de Tecnologia Social – PTS Brasil e o SEBRAE/PR, encontra-se aguardando providências da 1ª Diretoria Técnica desta Secretaria”, assinado por Luiz Gustavo Gomes Andreoli, secretário.

Em 13/01/2016, em consulta à SECEX-PR, obtivemos a informação do Assessor Sr. Marcos Antonio Gomes da Silva, que o Órgão estava aguardando análise de mérito.

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O item faz referência ao cronograma de pagamentos de obrigações em conformidade com o artigo 5º da Lei 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O SEBRAE possui regulamento próprio de licitações e contratos, não estando sujeito à Lei 8.666/1993. Portanto, o conteúdo não se aplica ao Relatório de Gestão do SEBRAE/PR.

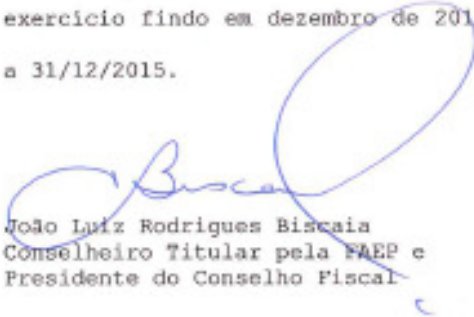
9 ANEXOS E APÊNDICES

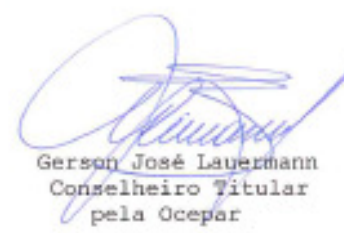
Anexo I - Parecer conselho Fiscal Estadual

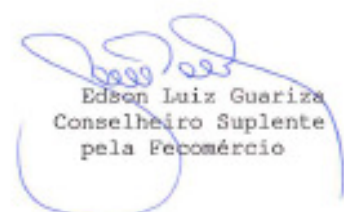



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/PR, reunidos em 15/02/2016, para examinar: Balanço Patrimonial, demonstrações dos Resultados, demonstração do resultado abrangente, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto e notas explicativas às demonstrações financeiras, com base no Relatório da KPMG Auditores Independentes e nos esclarecimentos da Administração do SEBRAE/PR, opinam pela aprovação do Conselho Deliberativo Estadual das contas do exercício findo em dezembro de 2015, período de 01/01/2015 a 31/12/2015.


João Luiz Rodrigues Biscia
Conselheiro Titular pela FAEP e
Presidente do Conselho Fiscal


Gerson José Lauermann
Conselheiro Titular
pela Ocepar


Edson Luiz Guariza
Conselheiro Suplente
pela Fecomércio


João Gógola Neto
Conselheiro Suplente
pela Ocepar

Anexo II - Parecer CDE Conselho Deliberativo Estadual



RESOLUÇÃO CDE nº 01/2016

O Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 13, inciso XI, do Estatuto Social, em face da decisão unânime do Colegiado, em reunião ordinária realizada nesta data,

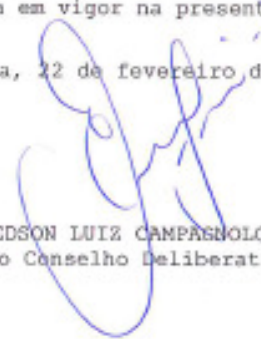
RESOLVE,

Aprovar a Prestação de Contas anual do SEBRAE/PR, exercício 2015, contendo:

- I- Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras;
- II- Balanço Patrimonial;
- III- Demonstração dos Resultados;
- IV- Demonstração do resultado abrangente;
- V- Demonstrações das mutações do patrimônio líquido;
- VI- Demonstrações dos fluxos de caixa;
- VII- Notas Explicativas às demonstrações financeiras;
- VIII- Relatório de Gestão.

Esta Resolução entra em vigor na presente data.

Curitiba, 22 de fevereiro de 2016.


EDSON LUIZ CAMPESOLO
Presidente do Conselho Deliberativo Estadual



Anexo III – Parecer da Auditoria Interna



Parecer da Auditoria Interna

Após análise da Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União nº 146 de 30 de setembro de 2015 – DN nº 146/2015 que dispõe acerca das unidades cujos dirigentes máximos devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2015, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 verificamos que a exigência prevista em um dos itens desta DN nº 146/2015 não se aplica ao SEBRAE.

A exigência de apresentação de **Parecer da Auditoria Interna constante no item I do art. 6º da DN 146/2015**, não pode ser exigida deste Serviço Social Autônomo tendo em vista que à luz do próprio comando, a exigência refere-se a “Relatórios e Pareceres de Instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão”, o que não é o caso desta Auditoria Interna.

Esse fato foi corroborado pelo Tribunal de Contas da União, cuja decisão proferida mediante acórdão 8512/2013 – 1ª Câmara, que julgou as contas do Sebrae Nacional do exercício de 2007, retirou a exigência de apresentação do referido parecer pela Auditoria do Interna do Sebrae.

Curitiba, 04 de janeiro de 2016



Sylvia Lucia da Fonseca Gonçalves

Coordenadora da Auditoria Interna – SEBRAE - PR

Anexo IV - Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria Externa

Ver página 86.

Anexo V - Declaração de Integridade e Completude dos Registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES

O SEBRAE, por ser um Serviço Social Autônomo, constituído sob a forma de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, desvinculado da entidade da administração pública, por força da Lei nº8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 99.570, de 09 de outubro de 1990, não se enquadra no que prevê a Instrução Normativa TCU 55/2007 e, portanto, não está sujeito a registrar os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do Sebrae Nacional no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC.

Anexo VI - Sistemática de Coleta das Declarações de Bens e Rendas

ANEXO VI – SISTEMÁTICA DE COLETA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Essa declaração tem como objetivo informar aos órgãos de controle se o SEBRAE está em dia com a obrigação da Lei 8.730/93, referente à apresentação das Declarações de Bens e Rendas. Para cumprimento do item, elaboramos modelo de **declaração (anexa)**, que deve ser assinada pelo Diretor Superintendente ou pelo Gerente da Unidade responsável por gerenciar a guarda das declarações. Caso haja alguma pendência (declaração não apresentada), ela deve ser informada na carta, bem como, quais os procedimentos que estão sendo adotados para resolver a situação. Além disso, é exigida uma breve apresentação da sistemática adotada para coleta das declarações.


Anexo VII – Declaração da UGP – Unidade de Gestão de Pessoas

ANEXO VII

DECLARAÇÃO

Declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, que todos os dirigentes do SEBRAE/PR, obrigados pela Lei nº 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto à UGP – Unidade Gestão de Pessoas, para fins de avaliação patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Curitiba, 18 de dezembro de 2015.



Alba Silva Anastácio Soares

Gerente de Unidade de Gestão de Pessoas – SEBRAE/PR

Responsável por Gerenciar a Entrega das Declarações de bens e rendas

CPF: 428.345.469-91

Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores Externos.

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do
Estado do Paraná - SEBRAE/PR**

Demonstrações financeiras em
31 de Dezembro de 2015 e de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	5
Notas explicativas às demonstrações financeiras	6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros do
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná- SEBRAE/PR
Curitiba - PR

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná - SEBRAE/PR (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, demonstração do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

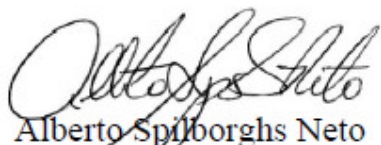
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná - SEBRAE/PR em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 05 de Fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-006201/F-0



Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Alberto Neto
Contador CRC



**Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas
do Estado do Paraná - Sebrae/Pr**

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.199.633	33.114.031				
Valores a receber	6	1.605.133	696.073	Benefícios a empregados de curto prazo	10	2.656.669	1.987.870
Numerários vinculados a convênios e programas	5	266.443	962.321	Obrigações com convênios e contratos	11	163.998	623.900
Adiantamentos concedidos	7.1	4.313.402	3.004.894	Contas a pagar a fornecedores e outras	12	2.351.157	1.450.937
Créditos com o Sistema SEBRAE	8	2.859.130	1.380.687	Obrigações trabalhistas	13	4.461.067	4.082.500
Outros Créditos	7	1.242.925	792.540	Obrigações com o Sistema SEBRAE	8	2.397.414	2.813.107
Total do ativo circulante		<u>52.486.666</u>	<u>39.950.546</u>	Total do passivo circulante		<u>12.030.305</u>	<u>10.958.313</u>
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais	14	153.919	207.671	Obrigações com o Sistema SEBRAE	8	92.098	-
Aplicações financeiras	7.2	17.007.058	15.297.191	Provisões	14	98.740	890.729
Outros créditos	7.3	866.756	781.921	Total do passivo não circulante		<u>190.838</u>	<u>890.729</u>
Imobilizado	9	13.125.788	12.985.392	Total do passivo		<u>12.221.143</u>	<u>11.849.043</u>
Intangível		<u>20.529</u>	<u>25.259</u>	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		<u>31.174.050</u>	<u>29.297.433</u>	Patrimônio Social		55.929.542	46.257.778
Total do ativo		<u><u>83.660.716</u></u>	<u><u>69.247.979</u></u>	Superávit do período / exercício		14.040.636	9.445.964
				Ajustes de avaliação patrimonial		<u>1.469.395</u>	<u>1.695.195</u>
				Total do patrimônio líquido	15	71.439.573	57.398.937
				Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>83.660.716</u></u>	<u><u>69.247.979</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná - Sebrae/Pr

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Nota	2015	2014
Receitas			
Receitas com Contribuição Social (CSO)	16	107.363.943	99.733.841
Receitas com Contribuição Social do Nacional (CSN)	16	83.038.744	51.967.486
Receitas empresas beneficiadas	17	18.259.110	11.622.046
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros	18	1.175.768	1.115.992
Outras receitas operacionais	19	1.416.200	2.682.180
Total das Receitas		211.253.765	167.121.545
Despesas			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	20	(48.062.244)	(41.866.242)
Despesas com serviços profissionais e contratados	21	(121.399.244)	(84.858.393)
Custos e despesas de operacionalização	22	(28.992.813)	(28.035.267)
Encargos diversos		(1.955.092)	(1.462.736)
Despesas com programas e convênios	23	(3.577.612)	(5.609.322)
Despesas com provisões		(178.962)	(319.659)
Despesas com depreciação e amortização		(1.684.033)	(1.512.852)
Outras		(27.085)	(51.612)
Total de Despesas		(205.877.085)	(163.716.083)
Superávit antes do Resultado Financeiro Líquido		5.376.680	3.405.462
Receitas Financeiras		8.934.897	6.224.924
Despesas Financeiras		(270.941)	(184.422)
Resultado Financeiro Líquido	24	8.663.956	6.040.502
Superávit do exercício		14.040.636	9.445.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas
do Estado do Paraná - Sebrae/Pr**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Superávit acumulado	Superávit do período	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013	34.071.264	12.186.514	1.695.195	47.952.973
Incorporação do superávit do exercício anterior	12.186.514	(12.186.514)	-	-
Superávit do exercício	-	9.445.964	-	9.445.964
Saldo em 31 de dezembro de 2014	46.257.778	9.445.964	1.695.195	57.398.937
Incorporação do superávit do exercício anterior	9.445.964	(9.445.964)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	225.800	-	(225.800)	-
Superávit do exercício	-	14.040.636	-	14.040.636
Saldo em 31 de dezembro de 2015	55.929.542	14.040.636	1.469.395	71.439.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas
do Estado do Paraná - Sebrae/Pr**

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Resultado do período	14.040.636	9.445.964
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	14.040.636	9.445.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas
do Estado do Paraná - Sebrae/Pr**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Resultado do exercício	14.040.636	9.445.964
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	1.524.378	161.823
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(791.989)	(1.591.171)
Provisões imposto de renda em fundos	115.371	61.442
Provisões perdas em cheques	31.632	21.751
Baixa Imobilizado	186.739	1.402.643
Ajuste ao Lucro Líquido:	15.106.767	9.502.452
Redução (aumento) nos ativos:		
Valores a receber	(940.692)	(224.471)
Numerários vinculados a convênios e programas	695.878	778.029
Adiantamentos concedidos	(1.308.508)	2.400.231
Créditos com o Sistema SEBRAE	(1.478.443)	(1.093.314)
Outros créditos circulantes	(450.385)	(65.961)
Depósitos realizáveis a longo prazo	53.752	75.970
Aplicações financeiras não circulantes	(1.825.237)	(1.349.183)
Outros créditos não circulantes	(84.835)	(481.921)
	(5.338.470)	39.380
Aumento (redução) nos passivos:		
Benefícios a empregados	668.799	737.746
Obrigações com convênios e contratos	(459.902)	(203.771)
Contas a pagar a fornecedores e outras	900.220	(4.247.537)
Obrigações trabalhistas	378.567	561.136
Obrigações com o Sistema SEBRAE	(323.595)	2.133.361
	1.164.089	(1.019.065)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	10.932.386	8.522.767
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(1.846.785)	(1.842.605)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(1.846.785)	(1.842.605)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	9.085.601	6.680.162
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	42.199.633	33.114.031
(-) Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.114.031	26.433.869
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	9.085.601	6.680.162

Notas explicativas as demonstrações financeiras

(Em Reais)

Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas do Paraná - SEBRAE – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.110.585/0001-00, é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob a forma de Serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Rua Caeté n. 150, bairro Prado Velho na cidade de Curitiba.

O âmbito de atuação do SEBRAE - PR constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Paraná, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE - PR recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

Agência de Fomento do Paraná;

Banco do Brasil S/A;

Caixa Econômica Federal;

Centro de Integração de Tecnologia do Paraná - CITPAR;

Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP;

Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná - FACIAP;

Federação do Comércio do Estado do Paraná - FECOMÉRCIO;

Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná - FAMPEPAR;

Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP;

Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL;

Sindicado e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR;

Universidade Federal do Paraná - UFPR.

O SEBRAE - PR é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente

superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

Com relação à tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, de acordo com avaliações internas da Administração da Entidade, não são esperados efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Entidade.

Base de apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Nota Explicativa nº 9), instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4) e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-Emprego patrocinado pela Entidade (Nota Explicativa nº 25)

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria Executiva da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 25 de Janeiro de 2015.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas

estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos ativos financeiros, a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6), revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 14) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota explicativa nº 25).

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

a. *Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego*

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 25).

b. *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 27).

c. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 14).

d. *Depreciação de ativos tangíveis*

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2,22% a 20,00%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual. Os Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa n.º 9).

Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de contribuição Social Ordinária - CSO é relacionada com as transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês de sua competência (Nota Explicativa nº 16). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional - CSN é relacionada à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos. (Nota Explicativa nº 16).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 18 e 23).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 17).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 4).

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 12).

(iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada, data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Em 31 de Dezembro de 2015 não houve perdas por redução ao valor recuperável.

c. Classificação entre Circulante e Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 9).

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	45 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos

e. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. (Nota Explicativa nº 9).

f. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 14).

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 10).

Benefícios pós-emprego

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná - SEBRAE - PR é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE - PR reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE - PR contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº 25)

h. Subvenção e assistência governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Entidade irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como; receita de convênios, e subvenções e auxílios e outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Fundo fixo	38.417	31.000
Contas Bancárias (i)	65.511	383.415
Aplicações financeiras (ii)	42.095.705	32.699.616
	<u>42.199.633</u>	<u>33.114.031</u>

- (i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas correntes bancárias, cuja posição, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, se encontra a seguir descrita:

	2015	2014
Banco do Brasil	63.575	372.237
Caixa Econômica Federal	1.936	11.178
	<u>65.511</u>	<u>383.415</u>

- (ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Bancos	Modalidade do Fundo	2015	2014
Banco do Brasil	BB Milênio 10	42.012.679	31.628.593
Caixa Econômica Federal	Caixa FI Sebrae RF LP	168.639	1.108.933
(-) Prov. IRRF Fundo		(85.613)	(37.909)
		<u>42.095.705</u>	<u>32.699.616</u>

- (-) Prov. IRRF Fundo refere-se a estimativa da Provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

O rendimento acumulado no ano foi de 13,1647% para o fundo BB Milênio 10 e de 13,2074% para o fundo Caixa FI Sebrae RF LP.

Numerários vinculados a convênios e programas

	2015	2014
Banco do Brasil (i)	266.443	962.321
	<u>266.443</u>	<u>962.321</u>

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos Programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE - PR, e que são apresentados separadamente da rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixas”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE - PR. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica “Obrigações com Convênios e Contratos”, e detalhada na (Nota Explicativa nº 11).

- (i) No quadro abaixo é apresentado à composição por entidade:

	2015	2014
Convênio 13/15 Guarapuava	134.308	-
Convênio 20/14 Quedas do Iguaçu	51.548	-
Convênio 10/15 FPTI	45.093	-
Convênio 08/15 FPTI	25.743	-
Convênio 03/15 Agência Curitiba de Desenvolvimento	6.347	-
Convênio 26/14 FPTI	3.404	86.449
Convênio Gerdau	-	42.782
Convênio Varejo Mais 2014	-	263.027
Convênio PM de Guarapuava	-	186.834
Convênio 19/14 Laranjeiras	-	14.916
Convênio Finep Pappe	-	291.663
Convênio Olex	-	52.678
Convênio 10/14 FPTI	-	10.321
Convênio Petrobras	-	3.876
Convênio 17/14 Santa Helena	-	2.567
Convênio 12/14 Itaipulândia	-	2.345
Convênio 21/14 Tupassi	-	1.871
Convênio 13/14 Missal	-	1.515
Convênio 18/14 Pato Bragado	-	1.477
	<u>266.443</u>	<u>962.321</u>

Contas a receber

	2015	2014
Créditos a Receber (i)	581.452	5.380
Cheques e cartão (i)	1.041.649	702.137
(-) Provisão para Crédito de Liquidação (ii)	<u>(17.968)</u>	<u>(11.444)</u>
	<u>1.605.133</u>	<u>696.073</u>

- (i) Créditos a receber referente a operações de venda de serviços;
- (ii) Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro. O SEBRAE - PR constitui a provisão quando o cheque é devolvido pela segunda vez.

Outros créditos

O grupo é formado pelos adiantamentos a empregados e a terceiros e por créditos diversos relativos à contribuição social a receber do exercício anterior, conforme apresentado a seguir:

	2015	2014
Adiantamento e empregados e a terceiros	<u>1.242.925</u>	<u>792.540</u>
	<u>1.242.925</u>	<u>792.540</u>

Adiantamentos concedidos

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE - PR, que foram repassados as entidades conveniadas e que aguardam a execução e posterior prestação de contas.

2015	2014
------	------

SGC Oeste do PR	415.000	60.000
SGC Sudoeste do PR	313.000	60.000
Faciap	297.982	12.436
Senai	215.000	-
SGC Noroeste do PR	213.000	60.000
Centro Sul Garantia	193.769	193.769
Universidade Federal do Paraná	181.265	66.265
Senar	158.115	202.745
Fundação Parque Tecnológico de Itaipu	130.000	187.902
Fundação para o Desenvolvimento Cient. e Tecnológico	129.000	142.824
Incubadora Tecnológica de Maringá	115.000	3.280
Incubadora Tecnológica de Guarapuava	114.880	-
Prefeitura Municipal de Palotina	113.500	-
Fundação Educere de Campo Mourão	108.500	-
Fundação Cultural Educ. Tec. Francisco Beltrão	105.000	-
Unicemp	100.000	-
PTS Brasil	99.937	99.937
Sudotec Assoc. para Desenvolvimento Tec. Ind.	92.250	64.324
Centro Amparense de Ensino Superior	85.887	74.728
Conampe	85.528	50.000
Cresol Baser	75.000	58.900
Instituto Polo Internacional Iguassu	75.000	75.000
União Dinâmica de Faculdades Cataratas	72.647	61.750
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Pato Branco	68.403	52.167
Sinvespar	66.602	-
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Cornélio Procopio	65.550	76.775
Cesumar	62.666	-
Agência de Desenvolvimento Regional	60.551	70.792
SGC Norte do PR	60.154	181.700
Faculdade Metropolitana de Curitiba	59.140	59.140
Fiep	46.197	43.997
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campo Mourão	41.965	41.965
AMPEC Metropolitana	40.492	-
Microtiba	38.957	-
Associação Patobranquense de Ensino Superior	38.149	50.777
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Londrina	34.443	28.715
Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu	32.240	32.240
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Apucarana	26.933	34.368
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Curitiba	20.000	32.458
Fecilcam	17.440	17.440
Tecpar	15.000	254.818
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Ponta Grossa	14.000	71.164
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Medianeira	10.000	42.054
Centro Educacional Integrado	5.260	4.666
Associação Paranaense de Cultura	-	72.617
Centro de Ensino Superior de Maringá	-	62.666
Centro de Estudos Sup. Positivo Ltda	-	4.732
Itedes	-	144.269
Unicentro	-	72.550
Universidade Estadual de Maringá	-	36.405
Universidade Estadual do Centro Oeste	-	42.559
	<hr/>	<hr/>
	4.313.402	3.004.894

Aplicações financeiras de longo prazo

Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Nome do fundo	2015	2014
---------------	------	------

Banco do Brasil	BB Milênio 10	2.636.355	2.371.499
(-) Prov. IRRF Fundo		(4.485)	(3.370)
Caixa Econômica Federal	Caixa FI Sebrae RF LP	14.400.461	12.949.225
(-) Prov. IRRF Fundo		(25.273)	(20.163)
		<u>17.007.058</u>	<u>15.297.191</u>

(-) Prov. IRRF Fundo refere-se a estimativa da Provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

O rendimento acumulado no ano foi de 13,1647% para o fundo BB Milênio 10 e de 13,2074% para o fundo Caixa FI Sebrae RF LP.

Outros créditos

	2015	2014
Fundo Garantidor - Programa Juro Zero - FIEP - CNV 19/05	<u>866.756</u>	<u>781.921</u>
	<u>866.756</u>	<u>781.921</u>

Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE

Pessoal chave da Administração

Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

	2015		2014	
	Circulante	Total	Circulante	Total
Recursos de CSN a receber	2.858.474	2.858.474	1.368.491	1.368.491
Outros Créditos a receber	<u>656</u>	<u>656</u>	<u>12.196</u>	<u>12.196</u>
	<u>2.859.130</u>	<u>2.859.130</u>	<u>1.380.687</u>	<u>1.380.687</u>

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

	2015		2014	
	Circulante	Total	Circulante	Total
Licenças de software Res. Direx	122.797	122.797	-	-
CSN a devolver (i)	<u>2.274.617</u>	<u>2.274.617</u>	<u>2.813.107</u>	<u>2.813.107</u>

	2.397.414	2.397.414	2.813.107	2.813.107
	2015		2014	
	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Licenças de software Res. Direx	92.098	92.098	-	-
	92.098	92.098	-	-

- (i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais - CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-15, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2015 os acertos contábeis no SEBRAE - PR e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

c. Transações de resultado

	2015	2014
Contribuição Social Ordinária (CSO)	107.363.943	99.733.841
Contribuição Social Nacional (CSN)	83.038.744	51.967.486
	190.402.687	151.701.327

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º. , inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. Do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

	2015	2014
Remuneração	1.477.368	1.370.612
Encargos	532.304	493.839
Benefícios	225.349	188.274
Total	2.235.021	2.052.725

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar - SEBRAEPREV - estão descritos na Nota Explicativa nº 25.

Ativo imobilizado

	Vida Útil	Saldo em 2014	Aquisições	Baixas	Valor em 2015
Custo Contábil					
Terrenos		1.442.768	-	-	1.442.768
Edificações	45	9.532.519	-	-	9.532.519
Móveis e utensílios	10	2.807.856	178.585	158.513	2.827.928
Veículos e acessórios	5	1.926.966	1.093.400	-	3.020.366
Maquinas e equipamentos	10	2.480.742	117.647	23.202	2.575.187
Equipamentos de informática	5	5.763.077	457.153	5.023	6.215.207
Instalação	10	1.172.265	-	-	1.172.265
Total do Custo		25.126.193	1.846.785	186.738	26.786.240
Total da Depreciação Acumulada		(12.140.801)	(1.679.306)	159.655	(13.660.452)
Total Líquido		12.985.392	167.479	346.393	13.125.788

O imobilizado é registrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada e está totalmente empregado nas atividades na Entidade no Brasil. A administração realizou a avaliação da revisão da vida útil de seus ativos imobilizados em 31/12/2015.

Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais

	2015	2014
Encargos Sociais a Recolher	1.022.791	873.567
Obrigações Fiscais a Recolher	1.633.878	1.107.924
Consignações da Folha de Pagamento	-	6.380
	2.656.669	1.987.870

Obrigações com convênios e contratos

Refere-se a saldos de recursos resultantes de convênios, ainda não utilizados, conforme demonstrativo abaixo:

	2015	2014
Convênio 13/15 Guarapuava	101.420	-
Convênio 20/14 Quedas do Iguaçu	43.064	-
Convênio 08/15 FPTI	10.151	-
Convênio 10/15 FPTI	5.958	-
Convênio 26/14 FPTI	3.405	86.449
Convênio 10/2013 GERDAU	-	5.521
Convênio Varejo Mais 2014	-	129.298
Convênio PM de Guarapuava	-	61.402
Convênio 19/14 Laranjeiras	-	12.704
Convênio 02/2006 consorcio PAPPE Subvenção PR	-	291.663
Convênio Olex	-	13.406
Convênio 10/14 FPTI	-	9.660
Convênio Petrobras	-	4.910
Convênio 17/14 Santa Helena	-	2.236
Convênio 13/14 PM MISSAL	-	1.918
Convênio 18/14 PATO BRAGADO	-	1.638

Convênio 12/14 Itaipulândia	-	1.578
Convênio 21/14 TUPASSI	-	1.517
	<u>163.998</u>	<u>623.900</u>

Os valores a comprovar referem-se a verbas recebidas de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

Contas a pagar a fornecedores e outros

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

	2015	2014
Fornecedores	2.339.207	1.435.026
Outras Obrigações	<u>11.950</u>	<u>15.911</u>
	<u>2.351.157</u>	<u>1.450.937</u>

Obrigações sobre a folha de pagamento

	2015	2014
Férias e Encargos (i)	2.211.587	2.054.378
Remuneração Variável (ii)	<u>2.249.480</u>	<u>2.028.121</u>
	<u>4.461.067</u>	<u>4.082.500</u>

- (ii) Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes e foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.
- (iii) Corresponde à provisão de Remuneração Variável que considerou a folha de dezembro de 2015 como base para a constituição da provisão;

Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria jurídica externa do SEBRAE - PR como risco “provável” de perda:

	Depósitos Judiciais (i)		Provisão (ii)	
	2015	2014	2015	2014
Riscos Trabalhistas	<u>153.919</u>	<u>207.671</u>	<u>98.740</u>	<u>890.729</u>
	<u>153.919</u>	<u>207.671</u>	<u>98.740</u>	<u>890.729</u>

(i) Depósitos judiciais

	Processo	2015	2014
Sebrae Prev Aposentados	RT 18.659/2007	136.995	126.651
Eduardo Barrozo Prugner	RT 37.165/2010	8.514	7.871
Anderson Junior Begnini Machado	RT 2244/2014	8.410	-
Eluíse de Araújo Traleski	RT 29.560/2008	-	23.993

Marilza Pereira Silva dos Santos	RT 5.472/2011	-	21.592
Juliano Couto	RT 9.760/2011	-	12.641
Gyl da Silva	RT 31.649/1998	-	7.995
Vilma Maria Alves Bento	RT 287/2013	-	5.117
Delci Candido Costa	RT 285/2013	-	1.811
		<u>153.919</u>	<u>207.671</u>

(ii) Provisão

	Processo	2015	2014
Eluíse de Araújo Traleski	RT 29.560/2008	76.345	871.527
Marilza Pereira Silva dos Santos	RT 5472/2011	<u>22.395</u>	<u>19.202</u>
		<u>98.740</u>	<u>890.729</u>

As ações consideradas como perda possível montam em R\$ 3.487.071 (R\$ 2.477.345 em 2014).

As provisões foram constituídas com base no parecer da assessoria jurídica externa do SEBRAE - PR.

Patrimônio Líquido Social

	2015	2014
Superávit acumulado	55.929.542	46.257.778
Superávit do exercício	14.040.636	9.445.964
Ajuste a valor patrimonial	<u>1.469.395</u>	<u>1.695.195</u>
	<u>71.439.573</u>	<u>57.398.937</u>

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávits acumulados

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

c. Superávit do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da Entidade.

Receitas com contribuição social

	2015	2014
Contribuição Social Ordinária - CSO (a)	107.363.943	99.733.841
Contribuição Social Nacional - CSN (b)	<u>83.038.744</u>	<u>51.967.486</u>
	<u>190.402.687</u>	<u>151.701.327</u>

a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

b. Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para os SEBRAE/UF para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/UF (IN.37.15).

Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

	2015	2014
Consultoria	13.435.567	8.083.945
Treinamento	3.152.907	2.368.405
Empretec	396.900	362.700
Palestras	166.810	316.303
Outras	1.106.926	490.694
	<hr/>	<hr/>
	18.259.110	11.622.046
	<hr/>	<hr/>

Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE - PR.

	2015	2014
Convênio 08/15 FPTI	321.711	-
Convênio Copel	285.951	-
Convênio Quedas do Iguaçu	138.027	-
Convênio Varejo Mais 2014	124.768	371.725
Convênio 10/15 FPTI	90.090	-
Convênio Petrobras	87.752	101.982
Convênio 26/14 FPTI	87.440	-
Convênio PM Guarapuava	21.899	25.469
Convênio 19/14 Laranjeiras	12.705	18.334
Convênio 13/15 Guarapuava	2.335	-
Convênio 02/2006 consorcio PAPPE Subvenção PR	1.441	2.251
Convênio PM Tupassi	966	24.271
Convênio Olex	613	135.437
Convênio 10/14 FPTI	30	113.609
Convênio 12/14 Itaipulândia	15	24.037
Convênio 17/14 Santa Helena	14	24.116
Convênio PM Missal	8	18.104
Convênio Pato Bragado	3	24.000
Convênio 43/08 FINEP CP4 2007	-	80.050
Convênio PM Paranagua	-	19.561
Convênio 20/14 FPTI	-	19.790
Convênio 11/2012 GERDAU	-	97.748
Convênio 10/2013 GERDAU	-	15.508
	<hr/>	<hr/>
	1.175.768	1.115.992
	<hr/>	<hr/>

Outras receitas operacionais

	2015	2014
Receita na reversão de provisões trabalhistas	823.948	1.718.542
Receita de Convênio exercícios anteriores	473.566	582.618
Receita na reversão de provisões diversas	86.551	54.974

Outras receitas	26.973	27.121
Recuperações e restituições	5.162	24.839
Receita na alienação de ativo imobilizado	-	137.513
Receita de Exercícios Anteriores	-	136.573
	<hr/>	<hr/>
	1.416.200	2.682.180
	<hr/>	<hr/>

Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

	2015	2014
Salários e proventos	26.160.515	23.249.956
Encargos trabalhistas	9.548.278	8.112.029
Benefícios	7.151.393	5.985.090
Férias	2.896.963	2.568.473
13º salário	2.183.412	1.945.694
Outros gastos com pessoal	121.683	5.000
	<hr/>	<hr/>
	48.062.244	41.866.242
	<hr/>	<hr/>

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

	31/12/2015	31/12/2014
Instrutoria e consultoria	86.927.316	55.531.574
Demais serviços contratados	16.956.489	13.649.296
Serviços técnicos especializados	11.264.948	10.592.956
Manutenção, segurança e limpeza	6.186.761	5.009.699
Encargos sociais sobre serviços	63.730	74.868
	<hr/>	<hr/>
	121.399.244	84.858.393
	<hr/>	<hr/>

Despesas com custo de operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos.

	2015	2014
Diárias e hospedagem	5.339.351	5.424.401
Passagens e transportes	4.853.323	4.657.250
Serviços gráficos	4.359.427	4.580.564
Divulgação e publicidade	3.999.950	4.478.559
Aluguéis e encargos	3.602.991	3.033.975

Demais custos e despesas	2.980.712	2.384.782
Material de consumo	2.380.511	2.263.181
Serviços de comunicação	1.476.548	1.212.555
	<u>28.992.813</u>	<u>28.035.267</u>

Despesas com convênios e programas

Referem-se aos valores executados e comprovados por meio de prestações de contas dos parceiros, relativo a recursos de convenio, de acordo com programação prevista no plano de trabalho do exercício. Conforme demonstrado a seguir:

Entidade	Convênio 2015	Convênio 2014	2015	2014
Faciap	01/15	01/14	1.142.184	1.171.842
Sinvespar	02/15	02/14	203.398	270.000
Senar	05/15	11/13	200.985	325.493
Senar	05/14	05/14	193.471	203.171
Tecpar	27/12	37/12	193.465	126.745
SGC Norte do PR	50/12	-	181.546	-
Itedes	23/12	23/12	130.289	126.981
Conamp	07/15	05/13	84.472	99.584
Fundetec	30/12	30/12	79.834	30.431
Agentes Desenvolvimento	19/13	19/13	70.242	49.208
Centro Ampere	36/13	-	63.568	-
FPTI	33/12	33/12	62.810	84.587
Cesumar	32/13	-	62.666	-
SGC Noroeste do PR	13/11	13/11	60.000	231.754
SGC Oeste do PR	07/11	07/11	60.000	70.621
SGC Sudoeste do PR	08/11	08/11	60.000	76.501
Famec	30/13	-	59.140	-
Cresol	15/12	-	55.149	-
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	21/13	-	50.930	-
UDC Faculdade	25/13	-	50.853	-
Conamp	07/14	07/14	50.000	100.000
FIEP	25/14	15/12	43.990	134.983
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	29/12	-	43.425	-
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	24/13	34/12	38.822	27.490
Sudotec	49/12	49/12	37.087	68.607
Microtiba	28/14	-	36.843	-
Universidade Estadual do Centro Oeste	48/12	48/12	35.340	137.241
Ampec	06/15	-	35.308	-
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	28/12	28/12	32.458	37.559
Uniguaçu	35/13	-	32.240	-
FPTI	08/13	08/13	27.296	126.637
Sudotec	31/12	31/12	27.236	22.926
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	20/13	46/12	22.987	41.301
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	26/12	26/12	18.246	41.139
Associação Pato Bragado	27/13	-	12.628	-
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	23/13	-	7.434	-
Centro Educacional Integrado	26/13	-	4.071	-
Unicentro	33/13	-	3.900	-
Intec	25/12	25/12	3.282	24.215
Centro de Estudos Superiores Positivo	35/12	35/12	17	25.201
Conamp	-	04/13	-	65.000
Faciap	-	04/14	-	260.658
Faciap	-	02/13	-	249.879
Faciap	-	51/12	-	76.649
Fadec	-	44/12	-	71.548
Fadec	-	45/12	-	16.953
Fauel	-	41/12	-	74.449

Fauel	-	38/12	-	38.898
Fauel	-	42/12	-	36.000
Fecomercio	-	17/13	-	117.900
FIEP	-	37/13	-	38.737
FIEP	-	15/13	-	9.904
FPTI	-	09/13	-	151.265
Instituto Tesla	-	47/12	-	38.001
Intec	-	27/12	-	47.644
Intec	-	40/12	-	18.871
Intec	-	24/12	-	799
Senar	-	03/13	-	172.314
Sesi	-	36/12	-	102.365
Tecpar	-	44/08	-	156.546
Tecpar	-	43/12	-	99.173
Universidade Estadual de Maringá	-	39/12	-	111.552
			<u>3.577.612</u>	<u>5.609.322</u>

Resultado financeiro líquido

Resultado financeiro líquido referente aos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade:

	2015	2014
Receitas Financeiras		
Rendimentos recursos próprios	4.668.923	2.337.949
Rendimentos recursos ordinários	2.227.846	2.347.503
Receita aplicação - <i>funding</i>	2.010.023	1.517.028
Variações Monetárias Ativas	14.538	13.282
Juros	13.567	9.163
	<u>8.934.897</u>	<u>6.224.924</u>
Despesas Financeiras		
Despesas com cartões de credito e cheque em cobranças	(191.110)	(134.295)
Despesas bancárias	(79.155)	(50.105)
Juros e Multas	(676)	(16)
Descontos concedidos	-	(6)
	<u>(270.941)</u>	<u>(184.422)</u>
	<u>8.663.956</u>	<u>6.040.502</u>

Benefícios a empregados pós-emprego

Descrição geral das características do plano

O plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

Aposentadoria normal.

Aposentadoria antecipada.

Aposentadoria por invalidez.

Pensão por morte.

Institutos de autoprocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

Projeção de contribuição em caso de invalidez.

Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

Benefícios de demissão;

Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e

Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE - PR contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras.

	2015	2014
Valor justo dos ativos do plano	35.535.377	22.473.815
Valor presente das obrigações atuarias	(35.231.641)	(22.287.737)
Superávit ou Déficit	303.736	186.078

O total de contribuições reconhecidas como despesas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 monta a R\$ 1.050.397 e R\$ 929.457 em 2014 conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014
Participantes	1.187.402	1.007.774
Básica	1.021.581	903.720
Serviço Passado	15.553	17.171
Voluntária	150.268	86.885
Patrocinador	1.050.397	929.457
Básica	1.050.397	929.457

Reconhecimento das obrigações atuariais e contribuição do plano

Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	2015	2014
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	(177.922)	(87.197)
Custos do serviço corrente	(15.410)	(8.813)
Custos de juros	(19.956)	(4.681)
Perdas (ganhos) atuariais em outros resultados abrangentes	26.791	(77.231)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	(186.497)	(177.922)

Movimentação no valor justo dos ativos do plano

	2015	2014
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	364.000	177.913
Contribuições pagas ao plano	29.707	27.250
Receita de Juros	50.976	60.491
Perdas (ganhos) atuariais em outros resultados abrangentes	45.550	98.346
	<hr/>	<hr/>
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	490.233	364.000
	<hr/>	<hr/>

Despesa reconhecida no resultado (a)

	2015	2014
Custo do serviço corrente	(15.410)	(8.813)
Ganho (perda) sobre o ativo	45.550	98.346
Ganho (perda) sobre o passivo	26.791	(77.232)
Efeito do Teto do Ativo	(86.638)	(39.551)
	<hr/>	<hr/>
Retorno esperado dos ativos do plano	(29.707)	(27.249)
	<hr/>	<hr/>

(a) Em 31 de Dezembro de 2015 os resultados atuariais não foram reconhecidos.

Premissas atuariais

As premissas atuarias utilizadas na data do relatório são:

Premissas atuarias na data do relatório	2015	2014
Taxa real anual de juros	12,76% a.a.	11,22% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	2,16% a.a.	2,18% a.a.
Taxa de inflação média anual	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,76% a.a.	11,22% a.a.

Premissas relacionadas à mortalidade são baseadas em tábuas de mortalidade divulgadas a seguir.

Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos - AT2000M & F Desag10%

Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados - AT2000M & F Desag10%

Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos - 50% UP M + 50% UP F

Tábua de entrada de invalidez - Tasa 1927 M&F

Tábua de morbidez - N/A

O cálculo da obrigação referente aos benefícios de risco é sensível às premissas de mortalidade e entrada em invalidez descrita acima. Como as estimativas atuariais de mortalidade e invalidez são refinadas ano a ano, o aumento de um ano na expectativa de vida ou entrada em invalidez mostrada anteriormente é considerado como sendo razoavelmente possíveis no próximo exercício.

Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 10.000.000,00 de importância segurada, com custo do prêmio de R\$ 38.228,53 e não havendo cobertura para lucros cessantes e responsabilidade civil para a Entidade.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 28 de fevereiro de 2016, por contrato de seguro para riscos

nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 14.733,10 e a importância segurada de R\$46.590.000,00.

Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

Risco de crédito;

Risco de liquidez e

Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).

Contas a receber.

Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.

Contas a pagar a fornecedores e outras.

Aplicações Financeiras de Longo Prazo (7.2).

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Os valores derivados de recebíveis de terceiros possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6). Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito de praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.199.633	33.114.031

Valores a receber	6	1.605.133	696.073
Numerários vinculados a convênios e programas	5	266.443	962.321
Outros Créditos	7	1.242.925	792.540
Adiantamentos concedidos	7.1	4.313.402	3.004.894
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	7.2	17.007.058	15.297.191
Outros Créditos	7.3	866.756	781.921
Créditos com o Sistema SEBRAE	8	2.859.130	1.380.687

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2015, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

	dez/15		dez/14	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Benefícios a empregados de curto prazo	2.656.669	2.656.669	1.987.870	1.987.870
Obrigações com convênios e contratos	163.998	163.998	623.900	623.900
Contas a pagar a fornecedores e outras	2.351.157	2.351.157	1.450.937	1.450.937
Obrigações trabalhistas	4.461.067	4.461.067	4.082.500	4.082.500
Obrigações com o Sistema SEBRAE	2.397.414	2.397.414	2.813.107	2.813.107

Em 31 de dezembro de 2015, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE - PR desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações na taxa SELIC. A Entidade estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2016, a taxa SELIC, será de 14,25%. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Exposição em	Cenários Projetados - Base 31/12/2016		
	Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%

	(R\$)	14,25%	17,81%	21,38%
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	42.095.705	48.094.343	49.594.003	51.093.662
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	17.007.058	19.430.564	20.036.441	20.642.317
Efeito da Variação do CDI	59.102.763	67.524.907	69.630.444	71.735.979

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas aos dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“nonperformance risk”), incluindo o próprio crédito da Entidade, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia do valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com o CPC 40, a Entidade mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 1, pois são mensurados utilizando preços de mercado para os ativos idênticos na data da mensuração.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	Nota	Nível	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	42.199.633	33.114.031
Numerários vinculados a convênios e programas	5	1	266.443	962.321
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	7.2	1	17.007.058	15.297.191

Eventos subsequentes

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 24 não houve fato relevante a ser relatado entre a data de encerramento das demonstrações e a data de aprovação das mesmas.

Declaramos que:

As demonstrações financeiras do ano de 2015 foram revisadas. A revisão é realizada até o dia 10 do mês subsequente ao encerramento do ano;

As demonstrações financeiras do ano de 2015 não contém informações incorretas e não omitem informações sobre fatos materiais;

As informações financeiras incluídas nas demonstrações financeiras do ano de 2015 representam a condição financeira da Entidade.

* * *

